

UM MOVIMENTO SINDICAL “DE RAÇA” NA BAHIA

*As peculiaridades da ação do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do
Estado da Bahia – Sindlimp/BA*

SANDRO AUGUSTO SILVA FERREIRA

SANDRO AUGUSTO SILVA FERREIRA

UM MOVIMENTO SINDICAL “DE RAÇA” NA BAHIA

*As peculiaridades da ação do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do
Estado da Bahia – Sindlimp/BA*

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, do
Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina
Grande, para a obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr. Marilda Menezes

Campina Grande
2003

26/4



F383m Ferreira, Sandro Augusto Silva
Um movimento sindical "de Raca" na Bahia : as
peculiaridades da acao do Sindicato dos Trabalhadores em
Limpeza do Estado da Bahia - Sindlimp/BA / Sandro Augusto
Silva Ferreira. - Campina Grande, 2003.
196 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

1. Sindicalismo 2. Etnicidade 3. Provas de Carga 4.
Dissertacao I. Menezes, Marilda II. Universidade Federal de
Campina Grande - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 331.105.44(043)

A Joanilda Maria West Silva, minha mãe

Que é na verdade a grande razão de toda a minha luta e empenho acadêmico. Se não fosse por ela não sei se seria tão persistente.

Aos 4.741 demitidos da Prefeitura de Salvador

Que mostraram que a luta é quem faz a lei, e deram suor e sangue em busca dos seus direitos.

A Paulo da Anunciação

Grande dirigente sindical que, com sua disposição e combatividade, marcou época na luta contra a exploração capitalista e contra o racismo.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Em primeiro lugar a minha mãe, Joanilda West, por sempre, e incondicionalmente, ter estado ao meu lado me apoiando nos meus sonhos, sem a sua ajuda e compreensão, certamente, este trabalho não existiria.

A professora Marilda Menezes, minha orientadora, que com enorme capacidade e compreensão me permitiu concluir este trabalho dentro dos objetivos que havia planejado.

Ao professor Rodrigo de Azeredo que contribuiu decisivamente para a minha compreensão acerca dos temas sobre etnicidade e racismo.

Aos grandes amigos, os melhores que já tive, Luís Flávio Godinho e Fabiano Brito que além de incentivo e compreensão dos meus limites, foram fundamentais na coleta de dados, como o levantamento dos jornais.

Aos amigos (as) Carla Galvão, Fábio Lima, Gleide Sacramento, Jair Batista, Luciana Lutigards, Maurício Brito, Renato Santos e Sandro Roberto, pelo apoio e pelos debates e “discussões” teóricas que tive por vários anos e que me ajudaram na percepção do tema que gostaria de estudar.

Aos deputados estaduais Lídice da Mata e Paulo da Anunciação pela predisposição e simpatia com que me concederam as entrevistas, fundamentais ao meu trabalho.

Aos diretores do Sindlimp/Ba, Edvaldo, Luís e Vítor pela ajuda e permissão de acesso aos boletins do sindicato.

A Sandra Gama pelo esforço em conseguir o material sobre o movimento dos demitidos e pela cessão das fotos do arquivo do gabinete do Deputado Nelson Pelegrino.

Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem "Por quê?" Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo "Por que não?".
George Bernard Shaw

RESUMO

Título: UM MOVIMENTO SINDICAL “DE RAÇA” NA BAHIA

As peculiaridades da ação do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia – Sindlimp/BA

Esta dissertação objetiva compreender o papel assumido pela incorporação de novas linguagens de mobilização política, não tradicionais na pauta sindical, no fortalecimento dos sindicatos brasileiros. Busca através de uma análise da trajetória e das conquistas do Sindlimp/BA, identificar a incorporação de uma nova linguagem sindical, que ressalta elementos étnicos de valorização do *ser negro*, e analisar as suas reais potencialidades como instrumento de mobilização que dialoga com as novas identidades encontradas entre os componentes da *classe que vive do trabalho*.

O Movimento Sindical enfrenta uma forte crise de caráter estrutural, percebida pelo refluxo na sua organização. Este pode ser medido por vários indicadores: diminuição no número de sindicalizados, diminuição das greves, mudança das pautas sindicais, mais voltadas para a defesa do emprego, e na própria mudança do discurso sindical.

Esta crise é fruto de uma conjunção de fatores, em especial a crise do fordismo, que impôs aos trabalhadores derrotas significativas no campo dos direitos trabalhistas e no próprio campo da sociabilidade e identidade operária. Para Bihl (1998)¹ esta crise, é a crise de um modelo específico do MS, intitulada pelo autor como o sindicalismo de inspiração Social Democrata, que congregaria, tanto os reformistas no sentido comum da palavra, como os sindicatos leninistas. Estes, afetados por uma excessiva “*fetichização do Estado*” passam a encontrar dificuldades em organizar suas categorias para novas demandas impostas pela Globalização e pelo Neoliberalismo, movimentos que unidos à Reestruturação Produtiva são os principais responsáveis pelo atual quadro de refluxo.

Embora num quadro de crise estrutural, alguns sindicatos, entre eles o Sindlimp/Ba, tem alcançado graus significativos de (re)mobilização das suas categorias, a partir da incorporação de novas pautas políticas, antes relegadas à ação dos partidos. Estas novas pautas tem gerado novos quadros identitários, facilitando a mobilização dos trabalhadores.

O Sindlimp/BA, através de uma ação política que aponta as mazelas do racismo na Bahia, tem gerado na sua categoria (de grande maioria negra) uma maior identificação com as ações do Sindicato, o fortalecendo em contrapartida.

Assim, verificaremos se a incorporação desta nova linguagem anti-racista pode ser considerada como ação alternativa e eficiente de mobilização sindical.

Palavras chaves: Sindicalismo – Etnicidade - Mobilização

¹ BIIH, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

ABSTRACT

Title: A LABOR UNION MOVEMENT OF "RACIAL OVERTONES" IN BAHIA
Peculiarities of the activities of the Street Cleaners and Garbage Collectors Trade Union of the State of Bahia – Sindilimp / Bahia

This dissertation aims to understand the role played by the incorporation of new language of political mobilization, alien to traditional labor union agendas, in an effort to strengthen Brazilian trade unions. It attempts to identify, by an analysis of the course of actions and of gains obtained through such actions on the part of Sindilimp/BA, the incorporation of a new trade union language emphasizing ethnic elements of valorization of *being black*, and analyze the true potential of such language as an instrument of mobilization capable of holding dialogue with the new identities to be found among members of the *class who work for a living*.

The Trade Union Movement faces a severe crisis of structural character, which can be perceived by the reflux operating in its midst: decrease in the number of unionized members, decrease in the number of strikes, changes in the nature of the unions' claims, directed more toward guaranteeing employment and changing the line of speech of the trade unions itself.

This crisis is the result of a conjunction of factors, in particular the crisis of Fordism, which imposed upon the workers significant losses in the field of labor rights and in the very field itself of sociability and worker identity. To Bihr (1998)¹ this is a crisis of a particular model of Trade Union Movement, identified by the author as a movement of Social Democratic inspiration, which congregates both the reformists, in the usual sense of the word, and the Leninist trade unions. The latter, affected by an excessive "*fetishism of the State*", begin to encounter difficulties in organizing their trade categories for new demands aimed at countering impositions brought about by Globalization and Neoliberalization, movements which together with that of Productive Restructuring, bear the main responsibility for the present state of reflux witnessed in the midst of Trade Unions.

Notwithstanding such a framework of structural crisis, some trade unions, among them the Sindilimp/BA, have managed to attain significant degree of remobilization of their trade categories by incorporating new political agendas until now consigned to the realm of political parties. These new agendas have spawned new sets of group identity, thus facilitating the mobilization of workers.

Sindilimp/BA, through political actions that reveal the sore spots of racial prejudice in Bahia, has generated in its trade category (where the majority of members are black) greater identity with the actions of the Trade Union, which in turn has resulted in its strengthening.

Thus, we will verify whether the incorporation of this new anti-racist language may be considered an efficient alternative action of trade union mobilization.

Key words: Trade Union – Ethnicity – Mobilization

¹ BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS	13
3. O SINDICALISMO, OS ELEMENTOS DA SUA CRISE E A AÇÃO DO SINDLIMP/BA	19
2.1 DISCUSSÃO SOBRE A TEORIA DO SINDICALISMO	19
2.2 O FORTALECIMENTO DO SINDICALISMO DE ORIENTAÇÃO MARXISTA-LENINISTA	24
2.3 O GRANDE “CISMA” DO MOVIMENTO SINDICAL	27
2.4 O SINDICALISMO NO BRASIL	35
2.5 OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA CRISE	38
2.6 PERMANÊNCIAS DA ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA	41
2.7 A CRISE NO BRASIL – PECULIARIDADES	47
4. O DEBATE EM TORNO DO CONCEITO DE CLASSE: DE MARX A THOMPSON	53
3.1 A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE CLASSE NA TEORIA MARXIANA	53
3.2 A CLASSE COM PRODUTO DA EXPERIÊNCIA – THOMPSON	54
3.3 A MOTIVAÇÃO PARA A AÇÃO: ETNICIDADE X CONSCIÊNCIA DE CLASSE	59
5. EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE NEGRO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS	69
4.1 O CAMINHO PERCORRIDO PELA LEITURA DOS FENÔMENOS SOBRE A ETNIA NEGRA NO BRASIL	69
4.2 RAÇA E ETNIA EM WEBER E BARTH	73
4.3 PERSISTÊNCIAS DO CONCEITO DE RAÇA	79
4.4 AS POSSIBILIDADES DA ETNICIDADE	82
4.5 ELEMENTOS DA PECULIARIDADE DO RACISMO NO BRASIL	84
4.6 O RACISMO NA GUERRA DO MERCADO DE TRABALHO	89
6. BREVE HISTÓRICO DO SINDLIMP	95
5.1 A FUNDAÇÃO DO SINDICATO	95
5.2 A DISPUTA COM O SINTRAL	97
5.3 A LEGITIMAÇÃO	104
7. O FORTALECIMENTO DURANTE A GESTÃO LÍDICE DA MATA	115
6.1 OS IMPACTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO ACÚMULO DE LIXO NUMA METRÓPOLE	115
6.2 A HEGEMONIA NEGOCIADA ENTRE PREFEITURA E SINDICATO	126
6.3 AS VITÓRIAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO PERÍODO	128
8. A SITUAÇÃO ATUAL – DESAFIOS DA LUTA	137
7.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO MUNICIPAL	137
7.2 O MOVIMENTO DOS DEMITIDOS DA PREFEITURA	144
7.3 UM MOMENTO DE REANIMAÇÃO POLÍTICA	150
9. CONCLUSÕES - A ETNICIDADE NA MOBILIZAÇÃO SINDICAL	176
8.1 A AÇÃO SINDICAL CONECTADA A VALORIZAÇÃO DO “SER NEGRO”	180
8.2 CONCLUINDO...	188
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
Anexos	195

INTRODUÇÃO

“As pessoas que vencem neste mundo são as que procuram as circunstâncias de que precisam e, quando não as encontram, as criam”

Bernard Shaw

“PREFEITA CHORA MAS PAGA:

Os trabalhadores da Limpurb já se preparam para agüentar mais uma choradeira da prefeita Lídice da Mata. Tá na hora de pagar a gratificação da operação carnaval. **Mas vamos à luta, ela chora, mas acaba entendendo** que a **limpeza pública está em primeiro plano**.

Vamos discutir os valores e os critérios de participação.”¹

Esta matéria publicada no boletim mensal do Sindilimp/BA, embora bastante curta, consegue sintetizar num só parágrafo, alguma das marcas da ação do sindicato num primeiro momento importante da sua história, densamente analisada neste trabalho. Verifica-se a combinação de três significativos elementos: 1º, a disposição e aposta do Sindilimp/Ba no confronto direto através da mobilização da sua categoria, expresso no termo: *“Vamos a luta”*; 2º, a predisposição ao diálogo da prefeita Lídice da Mata (neste caso específico, o que irá se transformar ao avesso na gestão seguinte) durante a sua gestão à frente da Prefeitura Municipal de Salvador, já que sempre *“ela chora, mas acaba entendendo”*, e a importância, diríamos até a “centralidade”, do lixo no âmbito municipal, no qual normalmente a *“limpeza pública está em primeiro plano”*.

A nossa análise vai, durante todo o tempo, procurar entender a inter-relação puricausal destes três elementos: a luta sindical peculiar (uma mistura de lutas tipicamente sindicais (salariais) e lutas anti-racistas) do Sindilimp; a relação entre movimento social e poder público municipal (em dois momentos em especial: a gestão Lídice da Mata (1993-1996) e a gestão de Antônio Imbassahy (1997-2000)); e a importância sócio-econômica, da

¹ Boletim o Vassourão, número 74 de janeiro de 1996.

categoria dos trabalhadores em limpeza em um sistema metropolitano e capitalista. A partir da análise relacional destes três elementos é que buscarei entender o grau e a importância das conquistas alcançadas pelos trabalhadores em Limpeza da Bahia², em especial os funcionários da Limpurb, através da ação do seu sindicato e, principalmente, das maneiras particulares de ação sindical realizadas por este sindicato. Provando a importância de cada elemento, citado acima, isoladamente, buscaremos incidir qual a síntese surgida a partir do choque dialético entre os mesmos.

Vale ressaltar que a negociação/confronto entre trabalhadores, patronato e Estado podem assumir historicamente diversas formas distintas. A formação social/regional do espaço e sociedade na qual desenrolam-se as contradições; a experiência (tomando emprestado um conceito thompsoniano) e a trajetória de cada ator social envolvido; e a estrutura social regulatória, todos influem decisivamente nos resultados obtidos e, portanto, precisam ser entendidos em sua relação dialética, e não de forma maniqueísta, como se houvessem sempre dois lados estanques que não se completam na diversidade.

Essa tendência em absolutizar as relações sociais, como simples reflexos dos antagonismos entre as classe sociais, ainda é verificada, de forma dispersa, na sociologia contemporânea. E, em relação ao movimento sindical (objeto central da minha análise) e os movimentos sociais em geral, esta postura se reflete na predeterminação, muitas vezes academicista, de que, no advento de uma crise, todos os sindicatos estão em crise, e se há um *boom*, não se admite que um, seja lá onde esteja e influenciado por quais condições, possa estar experimentando um momento de refluxo.

Mesmo considerando a existência de uma crise geral no movimento sindical, resultado de alterações na base estrutural, como por exemplo, a implementação da

² Trabalhadores em Asseio, Conservação, Limpeza Pública e controle de Pragas do Estado da Bahia.

Reestruturação Produtiva, e de mudanças conjunturais, como o fortalecimento do Neoliberalismo no mundo, alguns autores ousam fugir da postura derrotista e, entendendo que nem tudo deve ser generalizado, buscam apontar possíveis saídas à essa crise.

Alain Bihr (1998)³ é um destes que, mesmo sendo acusado de “pobre ingênuo otimista”, busca entender quais as origens da crise e apontar novas formas de luta e identidade para o movimento sindical. Impregnado dos conceitos gramscianos de Hegemonia e Sociedade Civil, Bihr, rompendo radicalmente com o conceito leninista de sindicalismo⁴, aponta saídas para a crise de representatividade e mobilização dos sindicatos, que passam pela incorporação de outras lutas sociais e políticas, imediatas e estratégicas, antes reservadas aos partidos políticos. Além disso, busca através de novas práticas e do senso de oportunidade, alcançar melhorias não só salariais, mas também de sociabilidade, visando construir, através da luta cotidiana uma consciência crítica anti-capitalista entre os trabalhadores.

É partindo destas inovadoras idéias que buscarei, através desta pesquisa para obtenção de título de mestre em Sociologia, compreender as conquistas alcançadas pelo Sindilimp/Ba e as formas de ação sindical próprias deste sindicato, valorizando a compreensão do poder mobilizador do uso de signos étnicos entre os trabalhadores em limpeza, majoritariamente negros.

Vale ressaltar que a análise deste fenômeno mostra-se mais que atual, em decorrência de uma série de transformações verificadas no mundo do trabalho. O mercado fraciona e seleciona os trabalhadores através de uma série de categorias, que podem ser

³ Alain Bihr, filósofo francês, autor do Livro “Da Grande noite a Alternativa” – São Paulo, Boitempo, 1998.

⁴ De acordo com o pensamento leninista os sindicatos são “correias de transmissão” do pensamento do partido comunista, vanguarda absoluta da revolução, e, portanto devem apenas desenvolver lutas parciais, de caráter econômico, buscando pequenas melhorias e o acirramento das contradições, para que sejam criadas as condições para a ação do partido.

complementares ou mesmo excludentes. A raça, é sem dúvida um elemento diferenciador no mercado de trabalho do mundo atual, como verifica Mary Castro (1996):

O mercado mais integrado ao global com maior probabilidade se utiliza da competição entre os trabalhadores e por critérios como qualificação qualidade e produtividade se camuflam preconceitos, fragmenta-se a classe, em hostilidades, como também se acirra exclusões. Novas exclusões se somam as estruturais com os novos processos do trabalho. Com a reconversão industrial, os setores modernizados da economia são altamente seletivos, poucos trabalhadores são selecionados. No mercado aumentaria a heterogeneidade e a polarização, combinando-se velhas e novas formas de exploração da força de trabalho e uso de categorias identitárias marcadas por assimetrias e discriminações por conta não só da economia política, mas também de logos da cultura.⁵

Em nosso entendimento as iniciativas políticas que dialogam com estas identidades particulares possuem relevância na atual situação de crise de paradigmas do movimento sindical. Demonstraremos a presença complementar desta inovação na ação do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza da Bahia – Sindilimp/BA.

⁵ CASTRO, M. Raça, Gênero e Sindicato em Tempos de Globalização In: *Cadernos do CEAS*. N 166, dezembro 1996—p36-51

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Entendemos aqui metodologia científica enquanto um conjunto de procedimentos epistemológicos, teóricos, morfológicos e técnicos que possam ser apropriados pelo pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Ao nosso ver só se pode alcançar um conhecimento verdadeiramente científico¹, se forem seguidas regras de uma metodologia verdadeiramente científica.

“O objeto da metodologia, que é uma praxiológica da produção dos objetos científicos, é o de esclarecer a unidade subjacente a uma multiplicidade de procedimentos científicos particulares, ela ajuda a desimpedir os caminhos da prática concreta da pesquisa dos obstáculos que esta encontra. Ela não pretende refletir a progressão concreta de cada pesquisa particular, pois esta é eminentemente variável, mas quer se pensar em sua própria progressão em suas relações com os procedimentos concretos da prática científica” (Bruyne, 1991. pp. 27).

Desta forma, concluímos que a metodologia além de orientar a prática científica e de fornecer elementos para a análise desta prática, busca também a construção de uma unidade dos métodos particulares aplicados à ciência, tendo com objetivo facilitar e dar coerência ao desempenho prático do pesquisador.

Outro problema que aflora no cotidiano da prática científica diz respeito à validade do procedimento metodológico em questão, em especial se levarmos em conta a diversidade de procedimentos/métodos aplicados às Ciências Sociais contemporaneamente. Trancados ao limite imposto pelo “objeto construído”, o temor de que diversos métodos levem a diversos “objetos construídos”, impõem a necessidade de uma ciência do método científico dotada de legitimidade para validar, ou não, os diversos procedimentos em questão.

¹ Entendemos aqui este caráter *verdadeiramente científico* como a busca de maiores graus de objetividade no trabalho científico.

“À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular” (Bourdieu, 1999. pp. 14).

Daí se conclui que a vigilância epistemológica deve ser encarada como uma prática constante do pesquisador, e que deve ser entendida enquanto tarefa de todos, inclusive do próprio pesquisador no contato com o seu problema de pesquisa e os sujeitos envolvidos. Dentro desta perspectiva percebe-se que a metodologia e a epistemologia se completam no cotidiano da prática científica em Ciências Sociais, uma como “ciência do método”, e a outra como a “metaciência” ou a “ciência da ciência”.

A prática científica divide-se em quatro campos de ação que se interagem constantemente no decorrer da pesquisa: o campo epistemológico; o campo teórico; o campo morfológico e o campo técnico.

Cabe ao campo epistemológico exercer o controle crítico que vai garantir a objetividade da pesquisa. Dentro do pólo epistemológico encontram-se vários métodos de abordagem do pesquisador: a dialética; a fenomenologia; e a lógica hipotético-dedutiva.

Ao campo teórico cabe guiar a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos. Muito próximo do “quadro de referências”, o polo teórico fornece as problematizações e contribuições teórico-práticas das disciplinas. Os principais quadros de referência são: positivismo; compreensivismo; funcionalismo e estruturalismo.

O campo morfológico é o espaço onde se determinam as regras de formação do objeto de estudo possibilitando criar modelos/cópias de acordo com exemplos reais. As

principais modalidades de quadro de análise são: Tipologia; tipo ideal; sistema e modelos estruturais.

O campo técnico ordena a coleta de dados e sua comparação com os elementos teóricos que os suscitaram. Alguns modos de investigação particulares: estudo de caso; estudos comparativos; experimentações; simulações; etc.

Ao nosso ver, a pesquisa científica que empreendemos teve um outro desafio de suma importância, qual seja, evitar cair no erro de confundir a metodologia científica, que é a lógica de procedimentos científicos influenciados por fatos e acontecimentos surgidos no desenvolver da pesquisa, com uma “*metrologia*” dos fatos científicos, entendida como algo estático, imóvel. Sendo assim, é equivocado tentar definir de antemão todos os passos da pesquisa, incorrendo assim num comportamento burocrático que desconhece o caráter dialético da prática da pesquisa.

É importante compreender o espaço do “*campo de pesquisa*” como o lugar efetivo do trabalho científico e que, desta forma, vai construindo e reconstruindo a prática do pesquisador. Isso nos leva a entender que a idéia de uma “*autonomia da pesquisa*” é necessariamente a liberdade de utilizar os postulados gerais oferecidos por uma *metodologia geral*² e aproveitar as utilidades de metodologias particulares.

Um grande defensor desta *liberdade* metodológica foi Paul Feyerabend³ (1924-1994). Segundo ele um método científico universal e necessário para todos os ramos do saber é um monstro que convém abater. É que não há uma única regra, ainda que plausível, e ainda que firmemente alicerçada em termos epistemológicos, que não tenha sido uma ou

² Utilizamos aqui a idéia de uma *Metodologia Geral*, para fazer referência a um conjunto de critérios metodológicos, historicamente estabelecidos e relativamente consensuais no meio acadêmico, que, quase sempre, são incorporados nas diversas orientações metodológicas.

³ FEYERABEND, Paul. *Contra o Método: Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

outra vez violada. Estas violações não acontecem do nada, acidentalmente, nem são conseqüências de uma insuficiência do conhecimento científico ou de uma mera desatenção que poderia ser facilmente evitada. “*Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso*”. (Feyerabend, 1977. p. 29).

Para Feyerabend, a idéia de que a ciência pode e deve ser organizada segundo regras fixas e universais é ao mesmo tempo utópica e perniciosa.

“A idéia de conduzir os negócios da ciência com o auxílio de um método que encerre princípios firmes, imutáveis e incondicionalmente obrigatórios vê-se diante de considerável dificuldade, quando posta em confronto com os resultados da pesquisa histórica”. (Feyerabend, 1977. p. 29).

Portanto, a autonomia da pesquisa científica deve ser entendida enquanto um espaço de constantes articulações e rearticulações práticas que influem diretamente nos rumos adotados pela própria pesquisa.

A partir destas orientações metodológicas gerais a nossa pesquisa buscou integrar aspectos econômicos, políticos e sociais, e articular análises qualitativas e quantitativas referentes ao objeto da pesquisa. Esta possui um caráter acentuadamente explicativo, buscando confirmar as hipóteses levantadas e relacionar os dados coletados com os estudos acerca do tema: *crise do sindicalismo*.

O principal método adotado na nossa pesquisa foi a da observação semi-participante, a mais adequada, ao nosso ver, às demandas de observação, descrição e análise das práticas adotadas pelo sindicato e pela categoria que nos interessam mais diretamente (linguagens, ritos, comportamentos, símbolos, etc.). Não podemos aqui deixar de fazer referência a Bronislaw Malinowski⁴ (1884-1942), fundador da etnografia moderna

⁴ Malinowski, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

e a Clifford Geertz (1978)⁵ importante referência contemporânea do tema. Geertz parte da idéia de que a etnografia é uma *descrição densa*, dado que o pesquisador está sempre diante de uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, quase sempre inexplicitas, cabendo portanto a ele a dura tarefa de, primeiro apreendê-las para depois apresentá-las.

“Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado”. (Geertz, 1978.p. 20).

Este autor ao falar do trabalho de campo e das tarefas da observação etnográfica, torna bastante significativa e sensivelmente ressaltada a questão da autoridade do “pesquisador”. Este tema nos leva a um outro problema que diz respeito ao envolvimento do pesquisador com os pesquisados e ao processo de relativização e interpretação dos dados obtidos em campo. Normalmente este envolvimento, que é necessário, esta familiarização com o universo e o “objeto” da pesquisa, nos imprime também uma autoridade, a autoridade do interlocutor. Uma autoridade que se manifesta no momento quando escolhemos e apresentamos os dados. Em seus trabalhos Geertz procura enfatizar sempre que *“realizamos uma interpretação da interpretação”*, e que isto é uma premissa fundamental para a relativização de valores e significados culturais existentes, que deve nos levar a relativizar nossa autoridade junto ao campo⁶.

⁵ Geertz, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁶ Esta relação de poder se apresenta como duro de se transpor, principalmente devido ao fato da mesma nos oferecer, na maioria das vezes, um conjunto de sensações prazerosas, entre as quais se destaca a tão almejada sensação de autoridade. Relativizar um “poder” e autoridade constantemente incentivadas na academia e, muitas vezes, desejados e reconhecidos no próprio campo, é uma tarefa que exige do pesquisador uma constante vigilância epistemológica, e um extremo cuidado metodológico no estabelecimento do contato pesquisador/pesquisado.

Além da observação semi-participante e da técnica etnográfica, aproveitamos também alguns elementos da Pesquisa-Ação⁷, referente a defesa da função social transformadora da pesquisa, embora não incorporamos uma das premissas básicas da corrente, referente a participação dos pesquisados na construção direta da pesquisa. Por fim, recuperamos uma categoria metodológica Weberiana⁸, a das *Possibilidades Objetivas* que, a partir de uma ação da desconstrução e isolamento de variáveis, busca definir quais as causas acidentais e as causas determinantes dos fenômenos pesquisados, sempre entendidas numa perspectiva pluricausal.

⁷ A Pesquisa-Ação é definida como “Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1985, p. 14). Este autor reifica a Pesquisa-Ação como a única corrente diretamente envolvida com uma prática transformadora. De acordo com Zaluar (1986) a Pesquisa Participante também se destaca por “... questionar a finalidade dos nossos trabalhos e os benefícios que eles trariam para os que aturam a nossa infundável e nem sempre agradável curiosidade” (ZALUAR, in: CARDOSO, 1986, p. 111). Esta, assim como a Pesquisa-Ação, também tem como princípio pensar a pesquisa enquanto veículo de mudança social.

⁸ Weber, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo : Campinas, SP: Cortez, Ed. UNICAMP, 1993.

O SINDICALISMO, OS ELEMENTOS DA SUA CRISE E A AÇÃO DO SINDLIMP/BA

DISCUSSÃO SOBRE A TEORIA DO SINDICALISMO

O Sindicalismo surge como um estilo de ação revolucionária ou quase revolucionária das organizações dos trabalhadores tendo sua primeira configuração nos sindicatos franceses do último decênio do século XIX. Sua filosofia recebeu uma elaboração posterior nos escritos de George Sorel e de outros intelectuais. Durante uma geração desempenhou importante papel na França, Itália, Espanha e em outros países, constituindo-se na mais eficiente forma de protesto proletário contra a ordem industrial, o Estado e a crescente tendência dos partidos socialistas em compactuar com a ordem política existente.

O termo procede do francês *syndicat*, que significa um grupo para a defesa dos interesses comuns. Uma organização de trabalhadores é *um syndicat ouvrier* ou simplesmente um *syndicat*. Em francês, *sindicalisme* designa os sindicatos proletários em geral, porém quando o termo começou a ser utilizado na Inglaterra, passou a designar especificamente o sindicalismo revolucionário. De maneira similar os franceses passaram a utilizar o termo *trade-unionisme* para referir-se ao sindicalismo reformista de estilo inglês.

Em 1833 os trabalhadores ingleses organizam os sindicatos (*trade unions*) como associações locais ou por ofício, para obter melhores condições de trabalho e de vida. O direito ao reconhecimento enquanto entidade representativa dos trabalhadores variou de país para país. Os sindicatos só conquistaram o direito de funcionamento na França em 1864, seguido dos Estados Unidos em 1866, e da Alemanha em 1869.

Devido ao fato do sindicalismo ter tido suas origens no seio dos sindicatos franceses, acabou se configurando como a combinação de muitas idéias que circulavam entre os grupos radicais do século XIX neste país. Proudhon era, em todo caso, a mais poderosa influência intelectual entre a elite dos trabalhadores franceses. Dos proudhonianos da Iª Internacional, os sindicalistas receberam a crença de que o autogoverno era a unidade básica de uma sociedade livre e descentralizada, assim como sua insistência no papel revolucionário dos próprios trabalhadores, como único meio para a emancipação operária e sua desconfiança da autoridade coercitiva do Estado. Dos marxistas, adotaram a ênfase na luta de classes como o princípio de explicação e norma para a ação. Da tradição revolucionária francesa dos blanquistas e dos bakunistas da Iª Internacional, receberam o legado da aceitação da violência (luta armada) e a confiança numa elite militante para o processo de emancipação social. A Comuna de Paris, por sua parte, veio apontar uma justificação posterior à subversão contra o Estado centralizado. O método da luta geral, pacífica e revolucionária, era a linha proposta pelos partidários de Owen e dos cartistas. Os anarquistas, que ingressaram massivamente nos sindicatos franceses no último decênio do século XIX, apontaram uma nova mistura de idéias proudhonianas e bakunistas, que generalizaram a idéia de oposição à ação política em geral, e aos partidos socialistas em particular.

Os conceitos centrais da concepção sindicalista eram os seguintes: A luta de classes era a característica dominante da sociedade moderna e da mesma maneira era o método da sua transformação; a classe operária deve realizar a sua própria libertação contra a autoridade empresarial, o sistema salarial e o Estado opressor; os trabalhadores não devem apoiar-se na ação política. A ação direta dos trabalhadores poderia assumir diversas formas

de pressão sobre os empresários e o governo: o boicote, a sabotagem (muito discutido, mas pouco utilizado) as manifestações de massa, etc. Todas as lutas, vitoriosas ou derrotadas, contribuiriam para aumentar a consciência de classe dos trabalhadores, e isso poderia levar a qualquer momento à forma suprema de ação direta, a luta geral revolucionária.

Nos sindicatos a autoridade central está sob o poder dos representantes eleitos que devem ser numericamente reduzidos ao mínimo, posto que devem ter o espírito revolucionário. Para eles a luta geral revolucionária não virá da ação de sindicatos ricos e poderosos, mas sim, da vontade de uma vanguarda de militantes conscientes que *“hãõ de galvanizar a massa adormecida dos trabalhadores levando-as a uma súbita tomada de consciência”*. Esta vanguarda é a *“força motriz”* da história. Vale ressaltar que, quanto ao papel da vanguarda, existiram várias concepções e análises no movimento sindical, alguns mais radicais pregavam que os intelectuais eram uma classe não considerada aliada, na luta dos trabalhadores. Gramsci (1982), mais adiante vai afirmar que não existe uma classe de intelectuais, podendo eles estar nas diversas classes. Para além dessa formulação, Gramsci elabora o conceito de Intelectual orgânico, onde o critério para que um indivíduo seja considerado um intelectual passa a ser a capacidade de domínio do mesmo sobre a realidade, e a ação cotidiana (orgânica) visando a transformação desta realidade. Portanto a formação acadêmica deixa de ser o único legitimador da condição de intelectual na concepção gramsciana. Desta forma os intelectuais, para Gramsci, não são aqueles *“grandes intelectuais clássicos”* mas sim, aqueles que possuem uma *“consciência elevada”* e que são capazes de elaborar uma ideologia para a classe que representam.

Quanto ao marxismo, esta concepção de sindicalismo se diferencia pelo fato de que os sindicatos não estavam interessados na conquista do Estado por intermédio da ação de

um partido político, nem tampouco tratavam de fazer uma análise histórica, e sendo assim não contavam com o determinismo histórico para a realização dos seus objetivos.

Em contrapartida, para o anarquismo, o sindicalismo difere-se por se basear num grupo de trabalho, numa classe mais do que no indivíduo. A organização sindical tinha como objetivo o alcance de melhoras imediatas somadas à busca da emancipação social final.

As primeiras demonstrações de um “movimento operário” surgem dos conflitos entre trabalhadores, revoltados com as péssimas condições de trabalho, e os empresários. As primeiras manifestações coletivas são de depredação de máquinas e instalações fabris. Com o tempo começam a surgir organizações de trabalhadores de uma mesma área.

Segundo Azis Simão, “a situação comum de classe econômico-social (...), expressa-se também, desde cedo, através de formas coletivas de desajustamento e reajustamento nas relações de produção. As mais ocorrentes foram a solicitação grupal de alterações nas condições de trabalho, as greves e as manifestações públicas de inconformismo e de solidariedade operária, realizadas simultaneamente ou isoladamente. Constituem elas o fato primeiro que define a ação social denominada movimento operário, já por sua inerência às próprias relações de produção, já por transcenderem os fins da ação individual do operário. (São Paulo, 1981, pg. 94.)

Os operários jamais aceitaram passivamente as novas condições impostas pelas transformações geradas com a Revolução Industrial. As diferenças sociais tornavam-se mais agudas, passando a existir uma diferenciação até mesmo dos locais de moradia da burguesia e do proletariado. Uma das mais infelizes conseqüências sociais do primeiro

sistema fabril foi a exploração de mulheres e crianças. Em Lion, em 1777, havia 3823 crianças ocupadas no fabrico de sedas, numa força total de trabalho de 9657 trabalhadores.

As queixas mais sérias dos operários das fábricas e das minas referiam-se às excessivas horas de trabalho, salários baixos, multas e ao sistema de permuta segundo o qual os patrões pagavam em gêneros e não em dinheiro¹.

Tais condições produziram a resistência, que se expressou de diversas maneiras. A primeira manifestação da resistência foi o movimento "*ludita*". Inspirados em Ned Ludd, os operários ingleses deram início à destruição de máquinas, identificadas como as responsáveis pela sua situação de miséria. A reação governamental foi violenta, com perseguições aos *luditas*, havendo até mesmo condenações à morte.

A partir de 1830, observa-se um segundo momento na luta operária: o movimento Cartista. Os operários ingleses haviam criado a "Associação dos Operários", considerada ilegal pelo governo. Dessa Associação partiu em 1837, a publicação da "Carta do Povo", onde se propugnava o sufrágio universal masculino, o voto secreto, a remuneração dos parlamentares, uma representação mais igualitária nas eleições, entre outros itens. O que se pretendia, em última análise, era permitir uma representação política do proletariado. Greves, passeatas, comícios, foram organizados para pressionar o Parlamento que, no entanto, recusou a "Carta do Povo". O movimento se evadiu, por volta de 1848, devido à repressão governamental.

¹ Os homens, as mulheres e as crianças trabalhavam doze horas ou mais por dia e devido ao interesse deste empresariado nascente em ampliar as possibilidades de lucro, passam a introduzir turnos noturnos em algumas indústrias, fazendo com que as máquinas trabalhassem continuamente. O número de dias trabalhados no ano aumentava, inclusive incorporando, em alguns casos, o domingo como dia de trabalho, apesar dos protestos da igreja. Nos distritos onde os aprendizes costumavam ter as segundas-feiras livres, os patrões faziam o possível por abolir esse hábito. E, nos países católicos, os dias santos eram gradualmente reduzidos nas fábricas.

A partir daí, o interesse operário se dirigiu para a formação das "Trade Unions", ou seja, associações de trabalhadores, com objetivos inicialmente assistenciais. Destas "Trade Unions" surgirão, no final do século, os sindicatos. Num primeiro momento os sindicatos tiveram uma preocupação nitidamente assistencialista e, posteriormente, procuraram formalizar objetivos que garantiriam uma transformação social mais ampla.

O FORTALECIMENTO DO SINDICALISMO DE ORIENTAÇÃO MARXISTA-LENINISTA

Para os marxistas, a atuação no movimento sindical deve estar em sintonia com a ação política do partido revolucionário dirigente (o Partido Comunista), a vanguarda do processo revolucionário. A luta sindical é por princípio uma luta econômica, e sendo assim deve cumprir o papel de elevar ao extremo as contradições entre o capital e o trabalho. Os marxistas não divergem dos anarco-sindicalistas quanto ao caráter e a origem dos conflitos coletivos de trabalho, seus efeitos e desenvolvimento no sentido da pressão geral e definitiva sobre o sistema capitalista. Segundo eles, a greve tem o caráter de luta reformista e revolucionária ao mesmo tempo, não significando esses termos senão diferenças de amplitude e intensidade assumidas pelo fenômeno. Consideram-na a forma de oposição ao poder econômico, necessária e diretamente resultante do processo moderno de produção (o capitalismo industrial) e, portanto, adequada aos objetivos imediatos e últimos do movimento operário. E, já por exprimir o conflito fundamental da sociedade capitalista, acredita-se que a greve é substancialmente revolucionária, embora circunstancialmente reformista, dado que objetiva medidas sociais que melhorem as condições de vida e do trabalho, sob o regime capitalista. Seus objetivos imediatos não escondem os objetivos mediatos para os quais ela se organiza e que nela encontram seu primeiro instante de

desvendamento. O caráter revolucionário já se revela nas greves parciais, na medida em que estas demonstram, para os seus agentes, a relação fundamental do modo de produção e esquematizam o antagonismo de classe.

Este debate acerca do caráter da greve é claramente expresso em Simão (1981), onde fica mais clara a posição dos anarco-sindicalistas quanto aos limites da “greve parcial”.

“Entre os anarquistas, houve divergências quanto ao incremento e efeitos das greves de reivindicação trabalhistas, denominadas “greves parciais”. Alguns eram contrários a todo e qualquer movimento que redundasse, a curto ou longo prazo, em reformas, e não na extinção da sociedade de classes. As greves parciais, embora motivadas por antagonismos entre o capital e o trabalho, não constituem uma ação dirigida contra os fundamentos do sistema econômico existente, mas apenas contra dadas condições de locação de serviços, que se pretende reformar. As reivindicações referentes a salários e jornada, ainda que satisfeitas à custa de grandes sacrifícios do proletariado, só terão por efeito a preservação e aperfeiçoamento do próprio regime do salariado.”(pg. 111 e 112)

Já os marxistas compreendem o movimento sindical (correia de transmissão), enquanto meio de conscientização da classe operária, sobre a necessidade de sua organização em um partido político para que possa superar por completo o capitalismo. Ainda assim a luta economicista dos sindicatos cumpre papel importante neste objetivo.

A relação dos sindicatos com o partido, na perspectiva leninista de sindicalismo, aponta o partido enquanto porta-voz dos sindicatos frente ao Estado, já que cabe também ao partido lutar pela legitimação, na forma de leis mesmo dentro da sociedade burguesa, das reivindicações operárias.

“Os marxistas, (...) consideram a greve tanto como forma de encaminhamento do movimento operário para uma política partidária quanto como meio de influir nas funções do Estado, mesmo sob o regime capitalista. Para eles, os objetivos das greves parciais, mesmo quando alcançados, em um dado momento, não teriam duradoura aplicação, enquanto restritos às categorias profissionais ou grupo de empresas isoladamente. Torna-se necessária a generalização das medidas alcançadas através da sua transformação em lei. A ação dos socialistas na esfera do Estado pressionará sobre o poder público no sentido de regulamentar as

reivindicações operárias e ainda propugnar pela ampliação das leis trabalhistas (...). Julgavam assim, ser preciso estabelecer uma divisão do trabalho entre o partido e o sindicato, na qual a greve e a ação política seriam tecnicamente complementares” (pg. 114)

No final do século XIX, pôde-se vislumbrar a aproximação do movimento operário ao pensamento marxista. O marxismo, entendido como uma contestação ao individualismo liberal, corporifica-se como uma resposta aos problemas sociais criados pela industrialização e às crises que começavam a acontecer dentro do sistema capitalista. O Manifesto Comunista, publicado em 1848, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels, tornou-se o principal documento orientador da ação desta prática sindical, baseada inicialmente na noção de dialética.²

Entretanto, a presença do marxismo, no século XIX, manifesta-se não apenas no campo teórico. A prática encontra-se espelhada nos congressos, especialmente aqueles conhecidos como "Internacionais". A Iª Internacional reuniu-se de 1864 a 1876. Em 1872 os anarquistas (a palavra anarquismo é de origem grega, significando: *an* = negação; *arquia* = governo.) foram expulsos da Iª Internacional, cujo conselho foi transferido para Nova York, onde se decidiu pelo seu fechamento, em 1876.

A IIª Internacional se reúne em 1891. Nesse intervalo, na Alemanha ocorrera importante modificação: seguidores de Marx, como Bebel e Karl Liebknecht, reunidos em

² O método dialético, importante característica do pensamento marxista, desenvolvida pelo filósofo alemão Hegel, afirma que cada conceito possui em si o seu contrário, cada afirmação, a sua negação. O mundo não é um conjunto de coisas prontas e acabadas, mas sim o resultado do movimento gerado pelo choque desses antagonismo e dessas contradições. A afirmação traz em si o germe de sua própria negação; depois de se desenvolver, essa negação entra em choque com a afirmação e este choque vai gerar um terceiro elemento mais evoluído, que Hegel chamou de "síntese" ou "negação da negação". O Marxismo irá "virar pelo avesso" a filósofo idealista de Hegel, ao afirmar que não eram as idéias que criavam a realidade, e sim as circunstâncias materiais. Em outros termos, Marx afirmou o materialismo como base dialética. A partir do conceito de materialismo dialético, Marx e Engels criaram uma nova teoria da História: o materialismo histórico. Para eles, a História se desenvolve, dialeticamente, a partir das relações de produção existentes em cada momento. As relações de produção seriam a infra-estrutura sobre a qual se sustenta a superestrutura política, jurídica e ideológica.

1875, no Congresso de Gotha, deram origem à Social-Democrática, negando determinados pontos básicos do pensamento de Marx e dele recebendo duras críticas. Mas o Partido Social-Democrata, apesar das resistências, inclusive do governo alemão, cresceu, transformando-se no maior partido político do país, passando a influenciar fortemente outros movimentos operários em diversos países.

O GRANDE "CISMA" DO MOVIMENTO SINDICAL

Algumas análises mais contemporâneas que buscam entender o processo de constituição do Sindicalismo enquanto forma de luta dos trabalhadores e conseqüentemente a sua crise atual, apontam para uma redefinição das principais correntes existentes no Movimento Sindical. Entre os principais, destaca-se o filósofo francês Alain Bihr (1998), devido principalmente à radical redefinição que faz das correntes do Movimento Sindical, mas também pelos caminhos que aponta como saídas da crise atual do sindicalismo, focando em especial a realidade europeia.³

O autor distingue a tendência revolucionária, de caráter combativo, tendo como característica central a identificação do movimento sindical, e conseqüentemente das suas instituições representativas, os sindicatos, como o espaço central da organização e da luta

³ Este livro tem como objetivo, discutir os elementos que constituíram a atual crise do movimento operário europeu, apontando a origem política do atual modelo de movimento sindical hegemônico, sua relação com o fordismo e o processo de aumento da burocratização e afastamento dos mesmos em relação aos trabalhadores. Tenta apontar também os principais desafios do movimento sindical hoje, analisando o impasse gerado pelo fim do compromisso típico da era fordista, a divisão atual do proletariado gerada pela reestruturação produtiva, a transnacionalização do capitalismo e as diversas crises estruturais e políticas da atualidade, e por fim, os possíveis caminhos a seguir na busca da reafirmação do projeto comunista. Dividido em três grandes partes, o livro começa fazendo uma longa e precisa caracterização das principais correntes que surgiram nas origens do movimento sindical, com ênfase em três o anarco-sindicalismo, o sindicalismo leninista e o sindicalismo reformista. O autor reclassifica estas correntes de acordo com a relação das mesmas com o Estado. A partir daí conclui que, o movimento operário no mundo ocidental tem historicamente assumido duas formas centrais: o chamado sindicalismo revolucionário e o sindicalismo de inspiração social-democrata.

dos trabalhadores contra o capitalismo, outro elemento importante é o severo combate dado ao Estado enquanto instituição autoritária que necessariamente deve ser abolida. Este tipo de movimento sindical, que normalmente é aproximado do modelo das correntes anarquistas e anarco-sindicalistas, teve em determinado momento histórico (pós - I Guerra Mundial) um processo de enfraquecimento em relação ao outro modelo que acabou tornando-se hegemônico no movimento sindical.

A outra tendência, o sindicalismo de inspiração social-democrata que se tornou hegemônico, é composto por duas grandes correntes: a corrente reformista, social-democrata no seu sentido clássico, e a corrente leninista, de caráter mais combativo. Para o autor, ambas as correntes têm um elemento em comum que os colocam enquanto sindicatos de inspiração social-democrata: a supervalorização do Estado enquanto espaço promotor das mudanças (ou reformas) sociais, chamando este movimento de *fetichismo* do Estado.

Para os chamados reformistas, o Estado, administrando o capitalismo, desenvolveria as reformas necessárias para uma melhor condição de trabalho e de vida aos trabalhadores. Desta forma o problema não estaria contido na expropriação capitalista da taxa de mais valia, e sim na redistribuição de parte desses ganhos com os trabalhadores. Para os leninistas, o Estado precisava ser o alvo da ação revolucionária, que numa ruptura radical (a grande noite) tomaria o poder instalando o socialismo. Em ambos há uma supervalorização do Estado enquanto alvo da ação do sindicalismo e enquanto promotor das mudanças necessárias aos trabalhadores.

Segundo Bihr, a crise por que passa o Movimento Sindical hoje, em todo o mundo ocidental, é na verdade, a crise de um modelo bem particular do movimento operário, o chamado modelo de inspiração social democrata, desenvolvido na Europa desde o século

passado, no quadro do qual o movimento operário europeu se formou. Esse modelo se caracteriza em particular pelo privilégio concedido ao exercício do poder do Estado, o “fetichismo de Estado” como meio de transformação social, tanto para os movimentos de tipo reformista, no sentido social-democrata clássico, como também na prática de tipo leninista, que desembocou em regimes intitulados “socialistas”, como na ex-União Soviética ou China.

Desse modo, o sindicalismo precisa buscar novas referências de luta, que também possam fazer o enfrentamento com o capitalismo, e propõe como bandeira atual, a luta ecológica, que, segundo ele, é hoje um dos pontos de maior preocupação da população e um dos grandes problemas causados pelo desenvolvimento desenfreado do capitalismo.

Discutindo as características centrais do fordismo o autor busca caracterizar como se deu e quais eram as bases do compromisso entre os sindicatos e os empresários típico deste regime e as consequências disto no processo de massificação do operariado, que foi perdendo importância dentro do processo produtivo, dado a crescente parcialização da produção e a consequente apropriação dos padrões (através do seu *staff* administrativo) do conhecimento do trabalhador. Esse movimento, denominado por Marx de Alienação do Trabalho, tornar-se-á uma das principais características do período fordista.

Analisando os atuais desafios a serem enfrentados pelo Movimento Sindical, o autor aponta vários caminhos e problemas a serem enfrentados pelos sindicatos, com destaque para: os problemas gerados pela ruptura do pacto fordista, (desemprego, terceirização, precarização do trabalho, etc.); as dificuldades organizativas do movimento sindical devido à grande fragmentação sofrida pelo proletariado a partir das mudanças aplicadas com a crise do fordismo; o fortalecimento do capitalismo, na sua face financeirista e especulativa

e também das grandes empresas que hoje se constituem, não mais como multinacionais, mas sim como transnacionais oriundas da unificação de capitais de vários países, que acaba por enfraquecer o poder de articulação interna (em âmbito nacional) dos sindicatos; e a crise ecológica, de sociabilidade e cultural gerados pela atual fase de acumulação do capital, marcada pela exacerbação do individualismo.

Prosseguindo, Bihl discute as possibilidades de reorganização do movimento operário na sua luta econômica, mas, principalmente, política. As “Vias de Renovação” apontadas pelo autor são:

1. A construção política de um amplo movimento em busca da edificação de um “Contrapoder” que se afirme enquanto espaço de socialização e de luta “alternativa” para os trabalhadores, tendo como principal espaço de atuação “o chão da fábrica” através das comissões de trabalhadores. Os primeiros pontos na construção deste “contrapoder” são: a luta pela Redução da Jornada de Trabalho; a instituição de uma Renda Social Garantida; a restituição do controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo; e a construção de espaços políticos de poder alternativos tanto no âmbito do trabalho, quanto fora dele, criando uma verdadeira “Democracia Social”;
2. Construir uma estratégia de acumulação progressiva destas conquistas criadas pela “Democracia Social” para iniciar uma nova socialização dos trabalhadores na busca da sociedade comunista que, para o autor, poderia ser antecipada em pequenos elementos dentro do próprio capitalismo, superando assim a idéia, até então hegemônica na esquerda, de que as transformações só poderiam ocorrer com a tomada imediata do Estado na “Grande Noite”. Assim, a luta pelo comunismo é de longo fôlego, numa

estratégia de um prolongado acúmulo de forças, uma “guerra de posições” como nas formulações gramscianas.

“Achando-se ao mesmo tempo relativizada a oposição entre reforma e revolução, lutar por reformas parece então **duplamente necessário**. É inevitável cada vez que a relação de forças não permite desencadear uma “ruptura” revolucionária, o que aconteceu na maior parte das vezes. E é **desejável**, uma vez que reformas não só podem melhorar a condição imediata do proletariado, mas também e sobretudo que, favorecendo a edificação ou o fortalecimento de contrapoderes, a luta por arrancar reformas da classe dominante permite melhorar a relação de forças em seu favor e constitui, assim, o trampolim para avanços futuros mais importantes na via do comunismo.” (Bihr, 1998, p. 224).

3. Reconstruir os sindicatos no seu caráter revolucionário (já que esta luta pela destruição do Estado através da construção do contrapoder e da democracia social) ao mesmo tempo adaptando-se as condições atuais da luta de classes. Este sindicalismo deveria ser autônomo em relação aos patrões; ter uma relação não dirigista e não vanguardista com os seus representados; unificar a luta imediata de caráter econômico à luta revolucionária pela construção do comunismo; construir uma ação sindical horizontal que organize os trabalhadores em geral sem fixar-se em categorias profissionais e atuar, tanto fora, quanto dentro do espaço fabril.

“Em síntese, a organização sindical não mais pode desempenhar o seu papel tradicional de unificação do proletariado (de superação de sua divisão concorrencial e de sua segmentação), senão com uma condição: romper radicalmente com sua organização corporativa e profissional atual e **retomar as relações com a inspiração do sindicalismo revolucionário**, privilegiando as estruturas interprofissionais (a exemplo das antigas bolsas de trabalho) e estabelecendo a identidade política e cultural do proletariado em uma base desde logo mais ampla do que somente a empresa”. (Bihr, 1998, p. 102)⁴

⁴ Discutindo ainda esta estratégia de acúmulo de forças o autor passa a diferenciar esta luta pela construção do comunismo da proposta conhecida como Neo Social Democracia. Para ele, a NSD poderia realmente gerar avanços na luta dos trabalhadores em direção ao comunismo mas, em contrapartida, poderia ser uma derrota, dado que barraria o avanço dos trabalhadores na construção dos seus objetivos plenos. Desta maneira o autor rejeita a saída da NSD afirmando: *“somente uma luta política que se proponha explicitamente à superação do capitalismo pode levar a reformas radicais, sanção provisória para a luta de classes e trampolim para avanços posteriores. O que significa, em última análise, que a luta para obtenção de reformas como estas é um negócio muito sério para ser confiado aos reformistas...”* (1998, p. 267).

Fortemente influenciado pelo pensamento de Antonio Gramsci, Bihr, defende a idéia de acúmulo de forças, muito próxima do conceito de guerra de posição formulado por Gramsci. Para Bihr, a luta cotidiana empreendida pelos sindicatos no espaço da Sociedade Civil, torna-se um importante passo na construção de uma nova hegemonia, que venha a superar o capitalismo.

Gramsci inova, em relação a Marx, o conceito de Sociedade Civil. De acordo com Marx, a Sociedade Civil está vinculada diretamente ao Estado e às relações econômicas dadas num determinado modo de produção, dentro de uma concepção onde as relações sociais são simples reflexos das relações de produção. Gramsci, em sua formulação, afirma que a Sociedade Civil se encontra no âmbito da disputa de hegemonia, configurando-se enquanto um espaço privilegiado de disputa de idéias e posições.⁵

Outro elemento importante da formulação gramsciana diz respeito ao Estado. Para ele tanto a Sociedade Política (que Gramsci também chama de "*Estado em sentido estrito*" ou de "*Estado-Coerção*"), que é formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção; quanto a Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias (sistema escolar, as igrejas, partidos políticos, sindicatos, televisão, etc.), compõem o Estado enquanto instituição social. Dessa forma o autor leva-nos a entender o Estado no seu sentido ampliado, portanto presente não só na repressão, mas também no convencimento.

⁵ Desta maneira, a luta contra o capitalismo se empreende em duas frentes, como numa ação de mão dupla. Ao mesmo tempo que se busca a tomada dos meios de produção e do seu principal aparelho legitimador e repressivo: o Estado; realiza-se no âmbito da Sociedade Civil uma corrosão, ora lenta ora acelerada, dos pilares ideológicos da Hegemonia burguesa. Esta formulação que dá grande importância ao âmbito da disputa da Hegemonia, ou seja a superestrutura, levou vários estudiosos do assunto a taxarem Gramsci, assim como a Bihr, de não darem a devida importância a base infra-estrutural da sociedade, em privilégio das relações sociais existentes na Sociedade Civil.

Nesta perspectiva Gramsci aponta a luta contra – hegemônica, dentro dos aparelhos da Sociedade Civil, como de extrema importância, inclusive para os Sindicatos, antes relegados apenas à luta econômica. Portanto o estímulo a esta ação cotidiana de construção de uma nova Hegemonia no seio da sociedade torna-se mais uma arma na luta contra a dominação capitalista.

Vale ressaltar que a discussão em torno das formas de controle social (dominação) tem encontrado uma série de especificações na história das Ciências Sociais. Isso principalmente devido ao processo de complexificação típica do capitalismo moderno. Já não basta mais, afirmar que as relações sociais de dominação decorrem, única e exclusivamente, das relações de produção vigentes em dada sociedade. Para além deste determinismo econômico althusseriano, vários autores tem buscado compreender os outros instrumentos de dominação social, em especial os chamados instrumentos ideológicos de dominação (*aparelhos ideológicos de Estado*, em Althusser e *aparelhos privados de hegemonia* em Gramsci).

Seguindo estes passos, muitos têm buscado uma síntese entre os elementos de determinação econômica casados com os elementos ideológicos. Gramsci neste sentido é brilhante, pois consegue apontar, claramente, que para se ter a direção política de uma sociedade não basta a dominação econômica é preciso também obter a direção política desta sociedade. Portanto Hegemonia para Gramsci é a soma da dominação com a direção, podendo ser conquistada gradativamente, dentro dos aparelhos privados de hegemonia. Para Gramsci, o controle social é conquistado através da “guerra de posições”, onde a classe social que pretende tornar-se hegemônica precisa atuar no interior dos aparelhos privados de hegemonia, desenvolvendo uma luta contra hegemônica, luta essa que é

possível e é passo imprescindível para a conquista da hegemonia enquanto direção e dominação. Entendido dessa forma abre-se uma possibilidade, que Althusser nega explicitamente em sua obra *“Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”*, das classes subalternas obterem a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham conquistado o poder de Estado em sentido estrito, ou seja, tenham se tornado classe dominante.

A política de alianças, segundo Gramsci, é condição para que uma classe conquiste a hegemonia de determinada sociedade e torne-se *“classe dirigente”*, constituindo um *“bloco histórico”*, onde as classes aliadas sintam-se representadas por esta classe dirigente, a partir do momento em que a mesma tome para si as bandeiras de luta das suas classes aliadas, tornando-se assim *“classe nacional”*. Analisando o caso italiano, no seu processo de unificação, o *“Risorgimento”*, Em *“Questão Meridional”*, tenta apontar os equívocos cometidos pela burguesia industrial do norte da Itália, na formação do bloco histórico com os latifundiários do sul, entendendo que a burguesia do norte não incorporou as bandeiras dos seus aliados sulistas, permitindo assim que as diferenças regionais (um sul agrário e com fortes problemas sociais e um norte industrial e avançado) permanecessem.

O caminho descrito por Bühr, indicando semelhanças com Gramsci, aponta claramente para a constituição de Sindicatos preparados para a disputa de Hegemonia na Sociedade Civil, abandonando a ilusão da *“Grande noite”* como único meio para a superação da dominação capitalista.

Apesar da importante presença do anarco-sindicalismo na história dos sindicatos no Brasil, o modelo de ação sindical que se tornou hegemônico no país é fortemente marcado pela idéia de acúmulo prolongado de forças, buscando ao mesmo tempo, vitórias parciais

de caráter econômico, e o fortalecimento das suas posições políticas tendo em vista a luta emancipatória através da ação do Partido.

“Junto com isso avançou qualitativamente o movimento operário, desde a sua organização na base até a luta pelo fortalecimento e unidades sindicais, visando o fim da estrutura sindical e uma participação efetivamente democrática dos operários nos destinos da nação em todos os níveis, econômico, social e político” (Antunes, 1980. p. 86).

O sindicalismo brasileiro, com suas várias fases, só veio a se afirmar enquanto movimento político relativamente autônomo a partir do final do regime militar, em um movimento que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”.

O SINDICALISMO NO BRASIL

A década de 80 foi marcante para o sindicalismo brasileiro. Depois do período de crescimento resultante dos movimentos grevistas do ABC em 78 e 79, e da greve não vitoriosa de 80, que ficou conhecida como “Novo Sindicalismo”⁶, o movimento começa a passar por transformações importantes no período que vai de 82 até os dias atuais. Após a greve de 80 (que durou 41 dias) e sua conseqüente derrota devido ao endurecimento do patronato e do governo que não cederam às exigências dos grevistas, o movimento sindical entra o biênio de 81/82 abalado por aquela derrota acrescida à política recessiva e às mudanças na política salarial, resultando assim num quadro de refluxo e numa diminuição na deflagração de greves. Vale ressaltar que o desenvolvimento da crise, que se dá com

⁶ As novas práticas implementadas por esta corrente a partir do final da década de 70, apontam claramente para um “Novo Sindicalismo”, que rompe e começa a disputar hegemonia no movimento sindical contra o “velho sindicalismo” de caráter assistencialista, corporativista e dependente. Os três principais eixos da prática deste novo sindicalismo são: A ruptura da dependência do Estado (demonstrado na defesa do contrato coletivo e da livre negociação, em contraposição ao dissídio coletivo), a necessidade de democratização dos sindicatos (com a maior participação da base nas atividades através das comissões de fábrica e dos delegados sindicais) e a politização do movimento sindical e sua ampliação para a disputa política nacional (alcançados com a fundação do PT e da CUT).

maior força na década de 90, é resultado de vários fatores somados, como a reestruturação produtiva que o capitalismo vai passar a partir da crise do modelo de acumulação fordista, e a conseqüente crise do sindicalismo de inspiração social democrata no Brasil e na Europa.

Paralelo a isso houve também um crescimento expressivo do sindicalismo nos setores assalariados médios, resultado também do processo de diversificação e heterogeneidade da classe trabalhadora (ver Nogueira, 1996), e na formação de associações sindicais e profissionais, além do crescimento do movimento sindical rural. Como conseqüência disto há uma retomada expressiva dos movimentos grevistas no pós-83. Surge também neste período as principais centrais sindicais brasileiras, com destaque para a CUT⁷, herdeira dos movimentos grevistas do ABC e portadora de uma prática mais combativa, e a CGT⁸ mais moderada e herdeira da antiga burocracia sindical atrelada ao Estado. Deste último acabará por surgir uma outra vertente conhecida como sindicalismo de resultados que se chamará Força Sindical, liderada por Luís Antônio de Medeiros.

Segundo Nogueira (ibidem), a década de 80 é marcada principalmente pela incorporação no Movimento Sindical de amplos contingentes de trabalhadores não qualificados, o que aumentou significativamente os desafios do sindicalismo brasileiro. Isso se deu principalmente devido ao aumento do número de sindicalizados observados na década de 80. Outro elemento importante é a presença, cada vez maior, dos funcionários públicos no Movimento Sindical organizado. Com a crise do sindicalismo, este segmento será o grande responsável pela manutenção, tanto financeira como política dos sindicatos, em especial da CUT, já que era praticamente o único setor que mantinha o ritmo de greves

⁷ Central Única dos Trabalhadores fundada em São Bernardo em 28/08/1983.

⁸ Central Geral dos Trabalhadores fundada em 23 de Março de 1986.

na década de 90. A ação do governo federal visando quebrar a estabilidade do funcionalismo público está certamente relacionada a este fenômeno.

A emergência do sindicalismo no setor público possui uma dupla dimensão: tanto econômica quanto política. A incorporação crescente dos assalariados médios e dos trabalhadores de serviços no movimento sindical e na organização de greves, que em relação aos funcionários públicos tem características peculiares como a longa duração das greves e o elevado índice de jornadas não trabalhadas, vem do fato de os trabalhadores assalariados de nível médio sofrerem hoje um processo de pauperização e de aproximação gradativa à situação salarial dos operários industriais. Este quadro trouxe à luz a problemática da organização dos setores médios, quer em associações, sindicatos ou comissões de empresas; colocou também um desafio aos mesmos, no sentido da priorização da dimensão sindical de suas entidades para atender às demandas das bases e da incorporação no movimento sindical mais geral, o que exige o posicionamento sobre a ordem política, econômica e social.

Este fenômeno causa também mudanças na luta estratégica das centrais sindicais, em especial a CUT, que historicamente tem uma inserção maior e uma ação voltada preferencialmente para o segmento operário urbano.

Assim como Alain Bihr, Nogueira aponta a necessidade dos sindicatos brasileiros transitarem da luta econômica à luta política, como forma de superar a crise atual, e criarem novas estratégias de mobilizações de suas categorias.

“O sindicato representa também forma de mediação para a consciência sindical e formação de interesses e de classes do mundo do trabalho. Ainda que diferente dos partidos políticos que por excelência são instrumentos diretos da luta política, os sindicatos enquanto forma de mediação transitam da economia à política o tempo todo” (1996, p.04).

Outras marcas importantes do período são: o aumento no número de sindicalizados, que foi ampliado não só no meio urbano, mas também no meio rural, e das greves gerais como as ocorridas em 1983, 1986, 1987 e 1989 sendo todas realizadas contra a política econômica do governo que gerou no período um forte arrocho salarial. A constituição de 88 traz também avanços ao movimento sindical, devido à consolidação de direitos trabalhistas conquistados nas greves e devido à permissão dada pela constituição à formação de sindicatos pelos funcionários públicos que até então não dispunham deste direito.

Com a eleição de Fernando Collor e a aceleração da implantação do projeto neoliberal no Brasil o sindicalismo brasileiro inicia o seu período de crise. Vale ressaltar que, com a implantação do Neoliberalismo, outros movimentos também ocorrem, quais sejam, o avanço da globalização e da reestruturação produtiva.

OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA CRISE

O Neoliberalismo é a expressão política, de caráter conjuntural, de um projeto de sociedade sem qualquer “intervenção⁹” do Estado. Este movimento é iniciado a partir do pós-II Guerra Mundial, com a reação de alguns teóricos e políticos às políticas Keinesianas e ao Estado de Bem Estar Social. O primeiro teórico a defender estas idéias foi Friedrich Hayeck, fundador da Sociedade de Mont Pelerin na Suíça. O Neoliberalismo é fundado em três bases fundamentais: nenhum controle por parte do Estado ao funcionamento do mercado; a defesa da desigualdade como valor fundamental para garantir a liberdade e a

⁹ Intervenção no sistema produtivo através das estatais que, para os neoliberais, deveria ser suprimida através das privatizações. Vale ressaltar que apesar disto o Estado ainda dispõe de outros meios de intervenção sobre a economia já que é exercida um controle pelo mesmo sob as regras do mercado, como por exemplo as constantes barreiras alfandegárias impostas pelo governo dos EUA para impedir a entrada de produtos estrangeiros no país.

concorrência, e a afirmação do capitalismo enquanto realização ou consequência natural da organização dos homens. O Neoliberalismo, que surge inicialmente na Europa, ganha força com a ampliação das suas idéias para os países periféricos, a partir do início dos anos 90 com o chamado “Consenso de Washington”.

Em relação à Globalização, vários conceitos foram desenvolvidos, embora poucos conseguiram integrar os vários aspectos da globalização, discutindo-o em sua esfera cultural, econômica e, principalmente social e política. Também vale ressaltar que, por ser um movimento recente, qualquer conceituação dada ao fenômeno tende a ser incompleta, necessitando de maiores análises e comprovações.

O grande debate, hoje existente entre os estudiosos do assunto, diz respeito ao caráter da Globalização, ou seja, se ela é um fenômeno real, palpável, ou se não passa de uma construção ideológica, que criaria novas condições políticas para o avanço do capitalismo. Chesnais (1996, p.23), filiado a segunda perspectiva, defende a tese de que o termo (Globalização) nada mais é do que uma mensagem, enviada aos grandes grupos multinacionais, que os alertam da necessidade de se *aproveitarem*¹⁰ das oportunidades abertas pela liberalização e desregulamentação das economias. Sendo assim Chesnais postula que o processo em curso é mais bem designado pelo termo mundialização, o qual tende a marcar a necessidade da construção de instituições mundiais que possam regulá-lo. Segundo Druck (1996, p. 23) “*a globalização é um ‘movimento’ de caráter estrutural do capitalismo, numa fase em que as principais tendências – presentes desde os seus primórdios – são levadas as últimas consequências e se desenvolvem em seu limite máximo*”. Este movimento, portanto de grande duração, seria baseado em várias e

¹⁰ Grifo nosso.

importantes transformações, como: a transnacionalização das empresas; o superdimensionamento da esfera financeira em detrimento da esfera produtiva; o enorme desenvolvimento das telecomunicações permitindo a grande mobilidade do capital; a universalização do modelo japonês, embora com peculiaridades em cada país e a formação de um novo “poder global” que se transpõem aos Estados nacionais, baseando-se no poder econômico do grande capital, como o G-7, o FMI, o BIRD, que passariam a determinar os rumos da política e da economia do mundo, principalmente nos países periféricos. Embora fique claro os vários elementos surgidos com a globalização, é impossível negar a sua relação histórica com o desenvolvimento do capitalismo, e o seu caráter ideológico, que criou um “entidade” fenomenal, com status de “sujeito”, que se impõe às políticas nacionais, criando a idéia de inexorabilidade da globalização, cabendo aos Estados, em especial os periféricos, adaptarem-se. Esta mesma inexorabilidade da Globalização atingiu em cheio o movimento sindical que, cegos diante da idéia (também inexorável) do desemprego estrutural, recuaram de suas bandeiras mais avançadas, para se entrincheirarem exclusivamente na defesa do emprego.

Assim como a Globalização, a Reestruturação Produtiva é também um movimento de caráter estrutural, iniciado nos anos 70 nos países centrais. Segundo Druck (1996, p. 27) a reestruturação produtiva é uma resposta a um determinado padrão de desenvolvimento capitalista que entrou em crise: o fordismo. Este processo opera mudanças nas formas de gestão/organização do trabalho (passagem do fordismo para o toyotismo), na alteração da base técnica (com a implantação da microeletrônica), nas relações de trabalho (flexibilização e desregulamentação do trabalho), nas relações entre as empresas e os sindicatos (que perdem a legitimação negociada dada pelo fordismo), e na competitividade

mundial. A reestruturação Produtiva cumpre importante papel no desenvolvimento da crise do movimento sindical brasileiro, principalmente no que tange a relação entre os sindicatos e as empresas. O Brasil nas décadas de 60 e 70 viveu um processo de forte crescimento econômico baseado no aumento de empresas multinacionais instaladas no país, que utilizavam o modo de gestão/organização conhecido como Fordismo, e desenvolviam uma relação de reconhecimento com os sindicatos que ficou conhecida como “hegemonia negociada”. Com a crise do Fordismo as empresas passam a realizar mudanças na sua produção como a flexibilização do processo produtivo, a produção personalizada (em contraposição a antiga produção em série), a retirada de conquistas trabalhistas e a demissão de grandes contingentes de trabalhadores.

Esta crise de caráter mundial, enfrentada pelos países centrais, em particular a Europa, desde os anos 80, e pelo Brasil a partir dos anos 90, está relacionada com a crise do fordismo e com a implementação das inovações inspiradas no “modelo japonês” que, com a prática da terceirização e do desemprego em massa, tem fortalecido o processo de individualização das relações entre os trabalhadores criando, cada vez mais, dificuldades para o fortalecimento e manutenção de uma identidade coletiva e de classe, o que tem afetado diretamente a mobilização dos trabalhadores pelos seus sindicatos.

PERMANÊNCIAS DA ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA

A discussão sobre a permanência da estrutura sindical (e suas principais características como: imposto sindical, unicidade sindical, enquadramento, etc.), oriunda do modelo de sindicalismo corporativista varguista, é ainda hoje uma das questões centrais da análise da Sociologia. Alguns autores apontam a permanência destas características

enquanto os principais causadores da crise por que passa o movimento sindical na atualidade.

Para Armando Boito Jr (1991) a estrutura sindical criada a partir do governo de Vargas prevalece ainda hoje no movimento sindical, mesmo considerando os reais avanços obtidos a partir dos anos 80 e início dos anos 90, que acabou gerando um grande fortalecimento e ampliação do movimento sindical como um todo, em especial em São Paulo. Esse crescimento deu origem ao PT (Partido dos Trabalhadores) que, embora não tivesse nos seus objetivos ser apenas um partido operário, manteve esta característica até hoje, apesar do crescimento de outros segmentos no interior do partido. O autor define a estrutura sindical como:

“A estrutura sindical é o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho do Estado – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. O elemento essencial da estrutura sindical brasileira é a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado.” (1991, p. 50).

Crítico feroz do que ele chama de sindicatos oficiais, o autor aponta também que este crescimento sindical se deu centralmente no aumento destes sindicatos oficiais que, influenciados pela estrutura sindical, tornaram-se, na grande maioria, sindicatos cartoriais, não negando que alguns “sindicatos oficiais” tenham apontado para uma prática combativa, como é o caso do sindicalismo do ABC que opta por atuar dentro da estrutura sindical oficial.

Outro elemento citado logo no início do artigo faz referência ao crescimento do movimento sindical¹¹ em setores até então pouco expressivos (quanto à movimentação política-sindical) como é o caso da área rural, profissionais liberais e funcionários públicos.

¹¹ Este crescimento é medido pelo autor principalmente devido ao aumento de greves entre 78 e 91, colocando o Brasil, dentre os países mais populosos do planeta, como o campeão em greves.

Quanto a estes últimos, vale ressaltar que, até este período estudado, eram proibidos de terem sindicatos oficiais, obrigando-os a criar associações, embora essas atuassem na prática como sindicatos. O autor afirma que, devido a não estarem vinculados à estrutura oficial (não serem “sindicatos oficiais”) estas associações conseguiram atuar de forma organizada e combativa.

Esta questão, do sindicalismo no funcionalismo público, tem gerado um grande debate entre os estudiosos do sindicalismo, principalmente devido a sua importância política e financeira hoje na CUT¹². Alguns autores justificavam este peso devido à estabilidade dos funcionários públicos¹³ que, sem tanto medo do desemprego, podiam fazer greves e mobilizações com mais frequência.

A análise de Boito Jr centra-se na discussão sobre a estrutura sindical e o sindicalismo de Estado. Para ele, as mudanças ocorridas a partir da crise do modelo sindical adotado pela ditadura militar, que gerou a supressão de importantes elementos de controle autoritário do período ditatorial, como, por exemplo, o atestado ideológico que os diretores eram obrigados a apresentar ao assumirem a direção do sindicato, não foi suficiente para impedir que permanecessem os elementos centrais da estrutura sindical. Outra preocupação do autor é entender quais foram as posições adotadas pelas principais correntes do movimento sindical diante da necessidade de mudanças nesta estrutura, comparando-as com as posições que acabaram por se tornar hegemônicas no Movimento Sindical atual.

Para o autor, o movimento sindical foi, após as suas primeiras demonstrações de lutas, enquadrado (controlado) pelo Estado através da criação de um conjunto de

¹² Central Única dos Trabalhadores, central sindical fundada em 1983.

¹³ Esta estabilidade, que durante muito tempo garantiu um certa tranquilidade na atuação sindical deste segmento, acabou de ser quebrada pelo governo FHC e já tem dado reflexos na atuação destes sindicatos.

regulamentações sobre a organização sindical. A partir disto acabou criando-se um sindicalismo totalmente dependente e atrelado ao poder estatal, dando origem ao que o autor chama de sindicalismo de Estado. O autor vai defender que, ao contrário do que os sindicalistas e autores como Francisco Weffort¹⁴, Ricardo Maranhão¹⁵, etc., passaram a afirmar após o fim do período da Ditadura Militar, a *“estrutura sindical não conheceu nenhuma crise ao longo dos últimos anos, e que as transformações pelas quais passou não representaram a sua extinção, mas sim a sua reforma, reforma que lhe permitiu sobreviver à crítica ideológica e prática a que foi submetida desde os anos 70.”* (1991, p. 49).

Esta estrutura, mesmo derrotada, tem servido como instrumento de moderação da luta sindical brasileira. Os principais elementos desta estrutura sindical seriam: a unicidade sindical; o enquadramento sindical; o imposto sindical; a carta de reconhecimento, entre outras, que foram elevadas à condição de normas constitucionais pela Constituição de 88.

A unicidade sindical, que determina a obrigatoriedade de existência de apenas um sindicato por categoria, acabou fazendo com que os trabalhadores perdessem a opção de escolher a qual entidade se filiar, dado a obrigatoriedade de uma só entidade. Esta lei é hoje alvo de grande disputa entre os grupos organizados do movimento sindical. Alguns grupos em especial a CSC têm defendido veementemente a manutenção desta lei afirmando que, com o fim da unicidade sindical, o sindicalismo tenderia a se desagregar já que passariam a ser fundados vários sindicatos numa mesma categoria, diminuindo a coesão da mesma.

O enquadramento sindical, utilizado pelo governo a partir do primeiro governo Vargas, determinava que os trabalhadores só poderiam se organizar por categorias

¹⁴ Francisco Weffort, *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968*, Cadernos do CEBRAP, São Paulo, 1972.

¹⁵ Ricardo Maranhão, *Sindicatos X Comissão de Fábrica: Uma Falsa Alternativa*, revista cara a cara, n. 2, dez. 1978, Petrópolis, Vozes.

profissionais, criando sindicatos verticalizados e desta maneira dificultando a organização dos trabalhadores enquanto classe social. Quanto a esta questão há um certo consenso entre os dirigentes sindicais contra a lei, já que, por reconhecer os sindicatos e federações por categorias, não permite (ou melhor, não reconhece oficialmente) as Centrais Sindicais, como a CUT, por exemplo, que não tem reconhecimento oficial para fazer acordos e participar de convenções, embora tenha alcançado, através das lutas, legitimidade suficiente para ser consultado e convidado extra-oficialmente a dar opinião acerca de acordos e convenções coletivas em geral.

Quanto ao imposto sindical, o autor afirma que ele garantia ao mesmo tempo: o controle do Estado sobre as contas dos sindicatos, já que o governo podia saber o quanto se arrecadava, o controle da distribuição e exigência de prestação de contas, onde era obrigatório, até o período ditatorial, que esse dinheiro fosse utilizado apenas em atividades assistencialistas e, o surgimento de sindicatos fantasmas que sobreviviam desta contribuição compulsória dos trabalhadores sem precisar mostrar serviço aos seus representados.

Todas estas questões, em especial a unicidade sindical e o imposto sindical, dependem centralmente de uma coisa: o reconhecimento legal do Estado através da carta de reconhecimento que para o autor se constitui num dos principais elementos de atrelamento dos sindicatos, dado que o sindicato só é reconhecido como tal se obtiver do Estado esta carta, desta maneira, o sindicato passa a ser "independente dos trabalhadores e dependente do Estado".

Apesar de a Constituição de 88 ter proibido a intervenção do Estado nos sindicatos, o governo manteve, através da carta de reconhecimento, um instrumento legal de controle, já que ele pode manipular a distribuição destas cartas favorecendo os grupos mais moderados.

“Sua representatividade, suas finanças e seu reconhecimento público pelo patronato e pela mídia dependem do registro. Nessas condições, o Estado pode regulamentar, com rigor ou com flexibilidade – isso dependerá da correlação de forças -, a vida associativa e as formas de gestão da entidade sindical, estabelecendo inclusive, as punições cabíveis para cada transgressão cometida pelos sindicalistas. Essa regulamentação, rígida ou flexível, é um efeito da estrutura sindical.” (1991, p. 52)

Para Armando Boito Jr, embora os elementos do controle autoritário sobre os sindicatos, próprio do período ditatorial tenham sido eliminados, já que a constituição de 88¹⁶ passou a proibir a intervenção do poder público sobre a organização sindical e permitir uma maior ampliação do direito de greve, os elementos centrais da estrutura sindical permanecem impedindo assim o fortalecimento de um sindicalismo autônomo e construído nas bases.

“A estrutura sindical brasileira não entrou em crise no período aberto pelas greves de massa em 1978, porque, desde então, não se constituiu nenhuma força social que agisse conscientemente no sentido de suprimir aquela estrutura. Ao contrário do que se costuma afirmar, veremos, mais à frente, que a CUT não tem uma posição clara e consistente contra a estrutura sindical. O que esteve em crise a partir de 1978 foi o modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado implantado pela ditadura militar, modelo esse que, se tinha como condição de existência e funcionamento a estrutura sindical, não pode, por causa disso, ser confundido com essa última.”(1991, p. 58).

O autor aponta também que durante o processo de reorganização do sindicalismo na década de 80, várias correntes do movimento disputaram concepções diferentes acerca desta questão, sendo vitoriosa a corrente oriunda do novo sindicalismo do ABC, que defendia um processo gradual de rompimento com a estrutura sindical por dentro da mesma, avançando na destruição do modelo de controle autoritário, mas não rompendo,

¹⁶ Constituição de 88, artigos 8º e 9º

talvez por interesse da manutenção do poder e do status gerado por este modelo, com os elementos centrais da estrutura sindical. Esta mesma corrente, durante a ditadura, utilizou constantemente de formas alternativas de organização sindical, como foi o **Fundo de Greve** que funcionava como um verdadeiro sindicato paralelo/alternativo, sempre que o Estado intervinha no sindicato e depunha a sua diretoria, mas acabava retornando, e com o fim da ditadura, manteve-se na direção do sindicato oficial.

A CRISE NO BRASIL – PECULIARIDADES

É neste contexto de transformações estruturais no mundo do trabalho e de manutenção de modelos burocráticos na organização sindical que se insere a crise atual por que passa o sindicalismo brasileiro. Com as transformações que ocorrem no plano da gestão/organização do trabalho e o aumento do desemprego, há um afastamento cada vez maior dos trabalhadores das lutas sindicais, principalmente devido ao medo da perda do emprego. Ocorre em consequência uma forte diminuição do número de greves realizadas no país, e desta maneira os empresários passam a ter condições bastante favoráveis para suprimir direitos trabalhistas históricos como o direito a não redução de salários. Outro movimento importante é o fortalecimento do “sindicalismo de resultados” de inclinação neoliberal praticado pela Força Sindical que passa a controlar importantes sindicatos, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, e passa a dar sustentação a política e as ações dos empresários e do governo¹⁷.

¹⁷ O exemplo maior deste apoio foi a rápida aceitação da proposta das montadoras de redução da jornada com redução dos salários e o apoio dado ao governo na projeto de lei que criava o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

A CUT, central sindical que já nasce grande e forte, entra num processo de enfraquecimento político jamais visto desde a sua fundação. As constantes disputas fratricidas pelas máquinas sindicais e o processo de burocratização dos sindicatos passam a ser elementos importantes no fortalecimento desta crise. O medo do desemprego¹⁸, por outro lado, leva a um afastamento dos trabalhadores da organização sindical e em resposta há uma forte diminuição no número de greves realizadas. A grande tarefa dos sindicatos agora, com a instalação da crise, é a luta pela manutenção do emprego, levando os sindicatos, em especial os filiados à Força sindical, a assumirem o discurso do governo de que o problema do desemprego no Brasil está relacionada à baixa qualificação da nossa mão-de-obra¹⁹. Desta maneira a prática assistencialista passa a ser a tônica dos sindicatos, entre estes muitos sindicatos cutistas, que passam a dar mais atenção à realização de cursos de capacitação, requalificação entre outras práticas assistencialistas comuns no período do governo Vargas e da Ditadura Militar (como cabeleireiro, dentista, farmácia, etc.).

Na Bahia a crise assume contornos mais dramáticos, principalmente se levarmos em conta o alto índice de desemprego na RMS que segundo a PED²⁰ já passa dos 24% da PEA. Os sindicatos baianos hoje na sua grande maioria apontam como a principal luta do momento a defesa do emprego, melhorias nas condições de trabalho da categoria e a saúde dos trabalhadores²¹. Os maiores sindicatos do estado sofreram forte queda no número de sindicalizados principalmente devido às demissões ocorridas. Como exemplo, o

¹⁸ Em nosso entendimento, várias são as implicações, no plano da subjetividade do trabalhador, resultantes das transformações no mundo do trabalho. Entre as principais destacamos o medo do desemprego, com suas duras conseqüências concretas, por esta ser a causa mais visível do afastamento dos trabalhadores das mobilizações sindicais.

¹⁹ Ver matérias jornalísticas do período de mar/98 a dez/98.

²⁰ Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador realizada pela UFBA, SEI, DIEESE e Fundação SEADE.

²¹ Fonte: "Banco de Dados sobre Sindicatos na Região Metropolitana de Salvador" – Fundação UNITRABALHO/UFBA. (dados colhidos em 1998).

Sindiquímica, um dos maiores do Estado chegou a pensar em aumentar a taxa mensal de contribuição sindical²² devido a forte queda na arrecadação do sindicato após a reestruturação ocorrida no pólo petroquímico que eliminou quase um terço dos postos de trabalho. O Sindicato dos Bancários é outro grande sindicato que passou a dar mais atenção ao processo crescente de automação que fez com que o sistema bancário eliminasse cerca de 40% dos postos de trabalho em todo o Brasil nos últimos sete anos²³.

Todos estes elementos são por demais ilustrativos das dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical, mas é necessário somar-se a isso as peculiaridades políticas do Estado da Bahia. Elas passam desde as dificuldades judiciais dos sindicatos nas disputas com os empresários até a proibição do governo municipal à realização de passeatas e a circulação de carros-de-som nas principais avenidas da cidade. Mas apesar destas restrições pode-se perceber que o Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia, Sindlimp/BA, tem conseguido, em especial no período que coincide com a gestão Lídice da Mata (1993-1996), alguns significativos avanços na sua mobilização e organização sindical, no que tange as conquistas reais do sindicato como um aumento real nos salários da categoria (que ficou com um piso de cerca de dois salários mínimos) e melhorias nas condições de trabalho, (principalmente em relação à segurança), e ao aumento da participação da categoria nas suas lutas (vide a grande participação da categoria no movimento dos demitidos da prefeitura de Salvador em 1997). Além disto houve um aumento da representatividade da categoria no cenário político estadual. Como então, dentro do atual quadro de crise geral do movimento sindical, este sindicato de um setor considerado “não

²² Esta informação foi obtida através de conversas informais com diretores do sindicato na época que apresentavam internamente suas discordâncias quanto à medida.

²³ Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4.923/65). Elaboração: DIEESE - Seeb/Rio.

fundamental” dentro do sistema produtor de mercadorias, consegue alcançar significativas vitórias na sua mobilização?

O que se percebe é que ao lado da luta sindical o Sindlimp/Ba desenvolve também uma intensa luta anti-racista no Estado, através de mobilizações e campanhas de conscientização entre a sua categoria, visando principalmente reforçar a identidade étnica entre os trabalhadores da sua base. Estas duas lutas em vários momentos se imbricam, relacionando os problemas sociais com a discriminação racial. Os principais elementos utilizados nesta perspectiva são: a formulação de um discurso próprio que valoriza elementos alusivos à herança afro-brasileira e à condição de morador de periferia; a utilização de símbolos (como cores, objetos, penteados, linguagens, etc.); a construção de espaços de socialização próprios (festas, atividades culturais, etc.); e a defesa comum de pautas sindicais e reivindicações anti-racistas.

O uso progressivo destes elementos tem levado a uma maior participação da categoria (acentuadamente de maioria negra, entre pardos e pretos) nas lutas do sindicato, fortalecendo a mobilização sindical e colocando o sindicato em melhor posição no momento da negociação. Isto tem colocado a categoria numa situação de destaque no cenário político municipal, muito em consequência por já ser conhecido, pelos governantes e população em geral, os graves problemas causados por uma suspensão dos serviços de limpeza numa cidade metropolitana. Um bom exemplo destes problemas foi a crise por que passou o governo da Prefeita Lidice da Mata após as várias mobilizações e greves relâmpagos realizada pelo sindicato²⁴ deixando a cidade num grande caos devido ao

²⁴ Entre as principais destacamos as greves de 24 horas nos dias 26/05/95; 29/05/95, 17/07/95, e as campanhas desenvolvidas nas datas-base de outubro de 95 e 96.

acúmulo de lixo, que como consequência fez baixar bastante os índices de popularidade da prefeita.

O que se pode concluir com a observação da história do Sindlimp/BA e das práticas sindicais desenvolvidas por esta entidade, é que o crescimento político deste sindicato não ocorreu como resultado da exclusiva exploração da contradição central da sociedade de classes, qual seja, a contradição capital x trabalho. Este crescimento na verdade é fruto da capacidade destes dirigentes de perceberem que entre os trabalhadores em limpeza do estado da Bahia persiste também uma outra demanda social, de caráter objetivo, mas também altamente subjetivo, relacionado à histórica submissão econômica e ideológica a que foram submetidos desde que aqui aportaram os seus antepassados africanos. O fortalecimento desta identidade étnica, através da valorização e da conscientização do *ser negro*, operada pelo Sindlimp/BA, acabou tendo decorrências diretas na construção de uma outra identidade, hoje *falseada* pela ideologia dominante através dos aparelhos de hegemonia, a identidade de classe.

Mary Castro (1996) reforça a necessidade desta mudança de ação dos sindicatos, que devem passear por diversas áreas identitárias existentes no seio da categoria representada.

“O sindicalismo ao se afastar da concepção de uma classe trabalhadora homogênea no seu fazer-se sujeito, reconhecendo indivíduos que circulam por distintas identidades, como as construídas por gênero, raça, e orientação sexual, e em distintos espaços, renova-se. Mas não necessariamente por vontade político-ética, nem ao azar que tal re-orientação, por ampliar o quadro de constituintes, ocorra em período crítico, quando, em muitos países viria se questionando a representação dos sindicatos, sua eficácia para defender interesses e razões de vida dos trabalhadores. Por exemplo, nos Estados Unidos vem se afirmando a posição sobre a importância, para fazer frente ao desgaste e perda de credibilidade dos sindicatos, de que o sindicato seja sensível aos novos trabalhadores, como os que trabalham a tempo parcial, no âmbito doméstico, os terceirizados, os desempregados, os do setor informal; que seja sensível a gênero, raça/etnicidade e nacionalidade; que se lance na defesa da condição de vida dos trabalhadores migrantes e

afro-americanos, sua família no espaço da comunidade (de entrevistas com líderes sindicais norte americanos)”.

Esta possibilidade histórica, qual seja, a inter-relação entre os interesses subjetivos relacionados a sua referência étnica, e os interesses e demandas objetivas, oriundas da sua condição de classe, é analisada competentemente por diversos autores que vêem a classe não como uma *coisa* simplesmente dada pelas posições assumidas pelos indivíduos no sistema de produção de mercadorias, mas em especial, enquanto uma construção histórica, fruto das experiências em comum vividas pelos indivíduos em suas trajetórias e lutas.

O DEBATE EM TORNO DO CONCEITO DE CLASSE: DE MARX A

THOMPSON

A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE CLASSE NA TEORIA MARXIANA

Segundo Marx a noção de classe traz a visão da relação histórica. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e conceitos reais. A experiência de classe é determinada pelas relações de produção e a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: tradições, valores, idéias e formas institucionais.

É importante ressaltar a noção, segundo Marx, de infra-estrutura, superestrutura e a determinação do econômico. Há pelo menos três sentidos para "superestrutura": formas jurídicas e políticas que expressam relações de produção reais e existentes; formas de consciência que expressam uma determinada visão de classe do mundo e, por último, o processo no qual os homens se tornam conscientes de um conflito econômico fundamental e tentam solucioná-lo. Esses três sentidos se referem principalmente às instituições, as formas de consciência e as práticas políticas e culturais.

Infra-estrutura passou a ser identificada, no marxismo, com a proposição de base, quase como um objeto. A "base" é a existência social do homem ou um modo de produção numa fase particular de seu desenvolvimento.

Para o marxismo, as condições objetivas são, pois, resultado de ações humanas no mundo material, no qual o processo "*determinante*" é "*independente de sua vontade*", não no sentido histórico, mas no sentido absoluto de que não podem controlá-las: só podem procurar compreendê-las e orientar suas ações de acordo com essa compreensão. E essa

objetividade é a base daquilo que se tornou conhecido no marxismo como "economicismo".

Para Marx, determinação não é só fixação de limites, mas existência de pressões.

A classe em Marx, de forma bem resumida, também tem dois momentos. O primeiro, relacionado com as condições infra-estruturais é a *classe-em-si* e o segundo, no âmbito da tomada de consciência, é a *classe-para-si*.¹ A teoria de Marx, entretanto, era insuficiente diante da complexidade, e complexificação, das relações entre economia, cultura e política.

Só a partir da década de 60 é que o marxismo acadêmico passa elaborar as alterações necessárias à teoria marxista das classes.

"Isso ocorreu tanto nas proposições de E. P. Thompson – em sua bem sucedida tentativa de fazer da experiência coletiva e do sentimento comunitário os núcleos da formação das classes trabalhadoras – quanto nas proposições de Althusser e Poulantzas, que reconstruíram a teoria marxista em seu feitiço estruturalista (do ponto de vista conceitual) e funcionalista (do ponto de vista da lógica de explicação)." (Guimarães, 1999, p. 36)².

A CLASSE COM PRODUTO DA EXPERIÊNCIA – THOMPSON

O pensamento do inglês, E. P. Thompson³, que não nega em nenhum instante o marxismo como teoria fundamental, coloca como central a questão cultural. Embora marxista, Thompson, em nada se aproxima do materialismo ortodoxo, chegando até mesmo

¹ Marx, preocupado com os mecanismos de fundo das sociedades e não com as suas formas, manifestou, algumas vezes no decurso de sua vida, o desejo de publicar um tratado de história em que a geografia, a história da cultura, o problema das etnias e da guerra estariam enfocados, mas não conseguiu. Escreveu apenas *O Capital*, mas basicamente a parte econômica da obra, ficando a mesma inacabada, no que se refere à análise das classes sociais.

² Guimarães, A. S. A. Classes Sociais. In: Miceli, S. (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, Brasília: CAPES, 1999.

³ Thompson, pertencia a um grupo de historiadores que se reuniam em torno do partido comunista inglês, entre o final da década de 40 e década de 50. Fazia parte do grupo, os historiadores Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Raphael Samuel, George Rudé, Raymond Williams e Perry Anderson, entre outros. Foi uma geração de historiadores bastante rígida, que enfrentou o Stalinismo, o próprio partido comunista, o mundo da guerra fria e o Pacto de Varsóvia. Ao mesmo tempo, o grupo viveu a tremenda burocratização do partido comunista e da própria política internacional da esquerda comunista. Tudo isto colocou um problema crucial para eles. A invasão da Hungria pela União Soviética, agravou a crise. Thompson foi um dos primeiros a denunciar o partido comunista inglês, pelo seu atrelamento ao partido comunista soviético. Assim, ele e mais alguns historiadores do grupo deixaram o partido.

a se afastar de algumas formulações básicas de Marx, já que não aceita que as instituições político-jurídicas são simples reflexo da infra-estrutura. Ele investe contra o marxismo vulgar, a partir de uma outra historiografia, sob uma outra abordagem, fugindo um pouco da história institucionalizada. Ele vai propor uma nova forma de escrever a história, valorizando não apenas as relações econômicas, mas também trabalhando no campo das mentalidades coletivas, das crenças e rituais. Adotando uma postura teórico-metodológica nada ortodoxa, ele se propõe a trabalhar com as experiências das pessoas não apenas como simples atos de idéias, mas também como sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram. Experiência como *práxis* que envolve uma reflexão pessoal e do grupo social e não apenas como uma categoria de análise do pesquisador, experiência como um produto comum que surge na luta, na luta de classes. Thompson, através da noção de experiência, vai recuperar o movimento que se passa no cotidiano da classe operária e não apenas dos movimentos políticos, dos sindicatos, dos partidos, etc.

Thompson considera a experiência humana fundamental para compreender o diálogo entre o ser social e a consciência social. Através dessa categoria, a experiência, também podemos compreender o processo de produção de conhecimento. Para o autor,

"... Os homens e as mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, indivíduos "livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura, (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre uma ação determinada" (1981, p. 182).

Em Thompson o conceito de classe é ampliado, o sujeito se insere na história, podendo reexaminar sistemas densos e complexos pelos quais a vida familiar e social é estruturada. É aí que a consciência social encontra sua realização e expressão. Através dos

conceitos de cultura, moral, ideologia, Thompson contribui ainda para refletirmos o processo organizativo vivido pelos Movimentos Sociais, no período de 1970 a 1980.

Neste sentido, com ampliação de conceitos através da categoria experiência, Thompson afirma que tem como objetivo, no processo de pesquisa, levantar:

"parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que, em sua totalidade, compreende a "genética" de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto" (Thompson, 1981, p. 189).

Na sua crítica às interpretações apressadas das teorias marxistas, Thompson estabelece também como central o fenômeno cultural, determinante para a compreensão da dinâmica social. Segundo Thompson a *consciência de classe* é a última etapa de um processo eminentemente cultural e não o primeiro como uma leitura apressada da obra de Marx fazia supor.

Mas o que é fundamental nesses estudos realizados por Thompson é a idéia de resistência dos grupos populares, que deve ser visualizada e percebida dentro dos padrões culturais desses mesmos grupos, nem sempre perceptíveis ao nosso próprio entendimento.

Thompson procurou ultrapassar as abordagens que faziam da cultura uma variável sujeita à economia. Retoma a visão da história construída a partir das lutas sociais e a percepção da interação fundamental entre cultura e economia, na qual a noção de resistência à ordem marcada pelo capitalismo como sistema é central. Essa ruptura com a metáfora genérica base/superestrutura motiva a redescoberta das formas específicas dos movimentos sociais. Em Thompson a cultura é construída como lugar central de uma tensão entre os mecanismos de dominação e resistência.

Percebe-se então, a passagem de um marxismo determinista para um marxismo heterodoxo, de corte gramsciano. Enquanto no primeiro era imperativo explicar e analisar os conflitos através de uma única contradição - a diferença de classe - no segundo pode-se pensar a pluralidade de matrizes culturais. Reconhece-se com isso a capacidade dos sujeitos sociais de manifestar diferentes práticas simbólicas, muitas dessas expressões da resistência das *classes de baixo*, expressão do *fazer-se* enquanto classe, proposta central na visão que considera o sujeito como construtor de sua própria história, a idéia central do marxismo. Ao propor o descolamento da análise dos meios às mediações, além da evidência do *fazer-se* enquanto classe desses grupos populares parece clara a existência nessas análises da ação do sujeito como promotor de seu próprio destino.

Thompson (1981), ao tratar a história dos trabalhadores ingleses em sua principal obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1989), opta por observar as classes sociais em seu processo de formação. Para ele, as condições que configuram o processo de luta são, fundamentalmente, políticas e culturais. É a experiência da desigualdade que conforma os valores e as ações dos grupos e dos movimentos populares.

Nos três tomos desta obra a preocupação analítica de Thompson é com a experiência coletiva que unifica as lutas e projeta o conflito a um cenário mais amplo, construindo, assim, uma cultura política, que conjuga a luta pela manutenção dos costumes ao mesmo tempo que a construção dos protestos.

Tal como nos mostrou Thompson, a classe operária inglesa, como outras aliás, não se formou de uma vez por todas como uma entidade pura e imaculada de nascença, como que trazendo por si própria e no seu umbigo a marca revolucionária que a imuniza para todo o

sempre. Ela conhece na prática fases de formação e desenvolvimento desde a infância à maioridade adulta.

Usando a narrativa historiográfica, Thompson escreveu sobre a época em que os camponeses na Inglaterra estavam se proletarizando, no século XVIII, abrangendo aspectos pouco estudados até então. Ele segue a trilha deixada pelos próprios atores na história, em suas diferentes manifestações, nos locais vivenciados e por meio de registros e memórias existentes. Situa e contextualiza seus personagens para depois recuperar a trama e o drama de seu cotidiano. A formação da classe operária inglesa é uma história de perda, de reelaboração e de invenção dos sentidos. Thompson propôs, portanto, uma outra forma de investigar as experiências dos trabalhadores, trabalhando com a questão da invenção do mundo comum e das escolhas de ações, motivadas pela cultura política. À estas escolhas, ele denomina de consciência de classe. A consciência de classe, segundo ele, se constrói na luta coletiva, como um desafio diante da perda dos costumes comuns, das tradições que fazia o mundo habitável, enquanto vai se constituindo uma outra história com o que é posto no lugar desta perda.

Entretanto, com grande frequência não é a consciência de classe que domina, mas sim a identificação dos operários com outros interesses, de caráter nacional, religioso, racial, étnico ou corporativo, enfim formas de consciência que dividem a classe, possibilidade que o autor analisa no segundo dos dois artigos.

A importância dessas análises está em demonstrarem que a consciência de classe não é uma decorrência natural e inevitável da existência da classe operária e da luta de classes, mas que tampouco é algo inexistente, uma mera construção ideológica, como pretendem certos cientistas sociais, pois sem ela não seriam possíveis greves gerais ou revoluções.

Mas é preciso de qualquer forma reconstruir toda a interpretação dada à formação da classe trabalhadora no Brasil. Levar em conta apenas elementos da história fabril brasileira na constituição desta classe é um reducionismo incrível. As lutas populares, a organização daqueles que trabalham, não ocorreram apenas com o advento da industrialização e da urbanização no Brasil, nem tampouco apenas após a chegada dos imigrantes europeus e suas idéias revolucionárias. É preciso levar em conta a resistência dos escravos, as diversas lutas populares ocorridas no Brasil desde o período colonial, e perceber que na essência destes movimentos sempre estavam presentes elementos identitários diversos, muitos destes bem distantes da eterna contradição capital x trabalho.

Considerando-se a complexidade dos diversos matizes culturais brasileiros, certamente verificaremos a influência das mesmas na construção e manutenção das manifestações coletivas mais comuns na história brasileira.

E mais, em regiões onde as distinções étnicas, objetivas e subjetivas, são mais gritantes, passaremos a enxergar de forma clara a forte influência de elementos identitários como raça, etnia, cor, religião, etc, na constituição dos grupos de pressão e nas classes sociais brasileiras.

A MOTIVAÇÃO PARA A AÇÃO: ETNICIDADE X CONSCIÊNCIA DE CLASSE

A mobilização de um grupo social nasce geralmente da busca de melhores condições sócio-econômicas pelos segmentos sociais desprivilegiados e da eliminação dos mecanismos que perpetuam sua condição de subordinação na sociedade. Os movimentos sociais a partir dos anos 60 vão procurar cada vez mais estar ligados a uma "política de identidade", isto quer dizer que o referencial desses movimentos passará pelo entendimento de suas posturas políticas e pela construção de identidades específicas por parte de cada

grupo social. Dessa forma, novas identidades sociais surgiram e outras foram reelaboradas. Questões relacionadas às identidades culturais e às culturas nacionais vão suscitar um novo status para o papel das identidades e a classe passa a não ser a única categoria mobilizadora através da qual todas as identidades possam ser representadas. É nesse contexto que a mobilização étnica no Brasil dos anos setenta vai se inserir, juntamente com uma conjuntura nacional de contestação do autoritarismo e de abertura política vivenciada pela sociedade civil. Os anos 70 vão marcar o momento em que vários segmentos minoritários da sociedade vão iniciar sua luta pelo reconhecimento das desigualdades sócioeconômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações afros-descendentes e indígenas.

Nesse momento a questão racial vai passar a ser um elemento importante nos discursos dos movimentos sociais, e o conceito de raça terá um viés não mais biológico e sim sócio-cultural. A utilização do conceito de raça é ainda corriqueiramente mal visto, sobretudo porque ele conduz à lembrança de uma ideologia de superioridade racial muito difundida na Europa de fins do século XIX, baseada em teorias evolucionistas e deterministas, hoje reconhecidamente equivocadas, mas que foram importadas por alguns intelectuais brasileiros, sobretudo no pós-abolição, e serviram, naquele contexto, para enfraquecer a idéia de igualdade e fortalecer os rótulos depreciativos de negros e mestiços, atribuindo-lhes os "males da nação" 68. Porém, raça é um categoria cuja noção biológica já foi substituída nos últimos tempos por definições culturais, mais de acordo com os movimentos sociais da segunda metade do século XX e a valorização da questão das identidades. Por referir-se às características culturais (costumes, tradições, origem etc.), o termo etnia vai ser então mais largamente utilizado, sobretudo com a constatação das nações modernas serem híbridos culturais e a cultura ser o campo político primordial, onde vão se processar a formação das novas identidades dos grupos sociais. Assim, raça vai

passar a ser "(...) *uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais, etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro*"⁴

Assim, quando se fala em raça ou taxionomia racial devemos ter em mente que se tratam de construções sociais, que devem ser entendidas dentro de contextos históricos específicos. Particularmente, no que diz respeito à América Latina e ao Caribe as categorias sócio-raciais são fluidas e variadas, não podendo se reduzir a uma análise dicotômica (branco-negro). O mesmo pode-se dizer com relação ao racismo, que deve ser analisado tendo em vista os significados políticos que o tempo imprime em sua configuração. O racismo não é uma simples herança da escravidão e do colonialismo, uma série de atitudes inerentes à cultura dominante, inclui práticas que são produzidas, discutidas e valorizadas de múltiplas formas e têm múltiplos efeitos. O racismo, portanto, caminha ao largo do tempo, modificado por interesses, estratégias e por interações entre indivíduos e grupos.

Dessa forma, é a partir do entendimento de como se constroem historicamente as categorias raciais e o significados que assumem o racismo no Brasil que poderemos entender o processo de formação de identidades entre a população afro-descendente.

A formação de identidades entre a população afro-brasileira terá início justamente na luta contra o racismo. Nasce como um ideal democrático, em que a questão das desigualdades raciais estará atrelada às desigualdades sócio-econômicas nos discursos das diversas organizações negras surgidas a partir dos anos 20 e, principalmente, nas últimas décadas do século XX, nas grandes cidades brasileiras. Como não poderia deixar de ser,

⁴ Cf. HALL, S. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998, p. 63.

nasce diante de enormes desafios e talvez o maior deles venha do fato de que ao se falar em identidade racial no Brasil é impossível fugir da discussão da fragmentação do processo de formação de identidades da população afro-descendente, uma vez que vivemos num país de "muitas cores" e de categorias fluidas quando se trata de identificação racial.

Se os processos históricos de construção de identidades são sempre em alguma medida processos políticos, a fluidez e ambigüidades das categorias raciais no Brasil, certamente cultivadas no bojo de uma ideologia do branqueamento, tornavam a identificação racial especialmente dispersa e fragmentada entre a população brasileira de afro-descendentes. Dessa forma, uma análise sobre a questão da construção de identidades entre a população afro-brasileira está ligada a uma série de elementos que se relacionam com a própria natureza fragmentária da identidade racial no Brasil e com a construção da identidade nacional brasileira.

As dificuldades quanto à identificação racial no Brasil residem na seguinte pergunta: o que é ser negro no Brasil? A heterogeneidade da população brasileira torna difícil ter um único critério racial como elemento primordial de identidade e as inúmeras categorias raciais utilizadas no Brasil são um reflexo de um processo histórico de depreciação do negro na sociedade escravista brasileira, de uma estratégia de distanciamento dos ex-escravos do estigma da escravidão no pós-abolição e de um planejamento político de celebração positiva da mestiçagem na formação da identidade nacional a partir de 1930.

A fragilidade da forma como se vê a questão da raça no Brasil exige uma discussão em que se conjugam elementos de cunho político-social, econômico e ideológico. Como coloca Jacques d'Adesky, *"na realidade, o modo de racialização brasileiro traduz-se por uma instabilidade das categorias intermediárias (mulato, moreno, jambo, sarará etc.) e por uma maior fixidez das categorias branco e negro, devido à polarização hierárquica*

que representam. É justamente essa maior fixidez dos pólos que faz com que os negros, diminuídos pela dupla denegação a que são submetidos, tendam a se identificar através de novas categorias (mulato, moreno, jambo etc.), consideradas mais positivas e, portanto, mais atraentes. É por isso também que o peso negativo sustentado pela categoria negro fragiliza, entre os negros, a assunção de uma identidade coletiva, de um nós, isto é, a formação de uma auto-representação étnica diferenciada e positiva. Dessa forma, apresenta-se como instrumento de nivelamento e de uniformização pela mestiçagem inter-racial, rejeitando na negatividade do pólo negro(...) "⁵. Uma amostra da indeterminação das categorias raciais no Brasil está na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 75, realizada pelo IBGE, em 1976. Quando indagados sobre a sua auto-atribuição quanto à cor, os brasileiros deram nada menos que 136 definições diferentes, em que as diversas atribuições se colocavam entre os pólos negro e branco.

Analisando os dados do PNAD, Schwarcz observou que raça no Brasil é percebida de diferentes formas, de acordo com as diferentes categorias raciais. Segundo ela, alguns termos podem descrever a cor (meio-branca, morena-acastanhada), o que indica uma marca e não origem; outras atribuições indicam qualificação (branquinha, escurinha); algumas refletem um conceito circunstancial (queimada de praia). A autora constata ainda que apesar das definições serem variadas, "*o que há em comum é uma certa constância na referência detalhada à cor em si e não à origem*"⁶. O fato das auto-atribuições se relacionarem raramente com as origens nos leva a questão do quanto é difícil a utilização dos conceitos de grupo étnico e identidade étnica quando tratamos da comunidade afro-brasileira.

⁵ d' ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p. 150.

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. "Questão racial no Brasil". In: *Negras Imagens*. São Paulo, EDUSP, 1996.

As definições de grupo étnico utilizadas pelos estudos antropológicos geralmente entendem ser um grupo étnico aquele cuja população tem como características a auto-perpetuação biológica e o compartilhamento de valores culturais que proporcionam a formação de um campo de comunicação e interação entre pessoas, permitindo o aparecimento de categorias atributivas e identificadoras entre seus membros⁷. Estas definições fornecem uma série de dificuldades quando colocadas para sociedades poliétnicas, formadas num contexto colonial e cujas distinções étnicas não são muito visíveis como é o caso da sociedade brasileira.

Segundo F. Barth, "*essas definições impedem a compreensão dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade e cultura humanas*" uma vez que elas pressupõem que esses grupos desenvolvam formas culturais em isolamento relativo e têm como ponto central de análise as formas culturais desses grupos em detrimento da organização étnica⁷⁸. Barth propõe o entendimento de grupo étnico como uma forma de organização social, cujo ponto principal de análise deve residir nas categorias de atribuição e auto-atribuição. "*Nesse sentido organizacional, quando os atores tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos*"⁸. Para o autor, os grupos étnicos são definidos a partir do estabelecimento de fronteiras étnicas e são essas fronteiras que mantêm as identidades desses grupos quando seus membros interagem com outros grupos, sendo, portanto, fronteiras sociais.

Num primeiro momento essa definição parece mais adequada para o entendimento da formação de identidades entre a população afro-descendente brasileira, mas a questão se complica quando visualizamos o papel imperativo que a identidade nacional ocupa no

⁷ BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras". In: *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Contra Capa, s/data.

⁸ *Ibidem*, p.32.

cenário brasileiro. A identidade nacional ainda é no Brasil a referência primordial de identidade, porém ela tende a diluir as fronteiras étnicas, tornando-as imprecisas.

Ao analisar a cultura nacional e a formação da identidade nacional brasileira, Ortiz⁹ mostrou como a política cultural do Estado pós-64 vai ressaltar o caráter mestiço da formação cultural brasileira, reiterando uma política cultural do governo Vargas, nos anos 30, em que a mistura de raças é vista como elemento positivo da formação nacional, argumento esse que viu nascer na obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, o que Ortiz chama de "ideologia do sincretismo", a qual vai forjar o mito da democracia racial na sociedade brasileira. A questão das mistura de raças na construção de nossa identidade nacional parece ser uma constatação que não engendra grandes dificuldades de ser certificada na realidade nacional, já que aparece em livros didáticos, na literatura, na música, na mídia, enfim faz parte da nossa "comunidade imaginada". O problema reside no fato de que esse discurso sobre a heterogeneidade da formação nacional forjou o mito da democracia racial, o qual é o grande desafio não só dos movimentos de mobilização racial, mas também de toda sociedade, uma vez que esconde as desigualdades raciais sob o signo da hipocrisia.

Hall coloca que "*As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades*".¹⁰ Assim a idéia de nação como identidade cultural unificada é um mito, uma vez que as nações são compostas por um hibridismo cultural, com culturas nacionais atravessadas por diferenças internas.

No caso brasileiro, como ressalta Ortiz, a política cultural do Estado pós-64 vai preservar o retrato harmônico da pluralidade cultural brasileira, forjando uma ideologia da

⁹ ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. SP: Brasiliense, 1996, introdução, cap. 1 e 11.

¹⁰ Hall, S. Op. Cit., p.51.

mestiçagem que pretende dar um caráter de unidade à identidade nacional, assumindo o papel de "*guardião da memória nacional*" e da "*identidade que se encontra definida pela História*"¹¹. O entendimento do efeito da ideologia da mestiçagem é de extrema importância, pois seus traços são facilmente identificáveis no senso comum do brasileiro. A percepção da comunidade nacional como uma "mistura" de três raças torna as fronteiras étnicas menos palpáveis - mesmo que continuem existindo - e vai gerar as dificuldades de auto-identificação étnica/racial entre a comunidade afro-brasileira, cuja compreensão passa pelo entendimento das identidades individuais e de memória. As histórias de vida, a localização espacial da população, o contato com a herança cultural africana e com a memória do cativo serão elementos que definirão a existência ou não de identidade racial entre os afros-descendentes.

Diante disso, quando tentamos analisar a questão da identidade entre a população afro-brasileira que vive nos meios urbanos e que, portanto, vivencia mais o lado político da mobilização racial, quando não participa como militante, uma série de outras questões se coloca nessa discussão, entre elas o fato da discriminação racial ser mais latente no meio urbano, o fato da população ter um nível de instrução superior ao da população das áreas rurais, das práticas culturais afro-brasileiras serem centralizadas em instituições culturais, onde circulam idéias entre os frequentadores, e a conscientização política é mais frequente, etc.

Por tudo isso, existe a necessidade de uma abordagem que procure entender as manifestações variadas do Movimento Negro Brasileiro nas últimas décadas, incluindo aí as diversas expressões de lutas anti-racistas operadas por outros grupos sociais como blocos carnavalescos, intelectuais, movimento estudantil, sindicatos, etc. O entendimento de como

¹¹ Ortiz, R. Op. Cit. p. 100.

se constrói o Movimento Negro Brasileiro passa também por suas estratégias de enfrentamento de seu maior dilema, que é engajar a maior parte da população afro-brasileira na luta política, num cenário problemático de categorias raciais diluídas por uma ideologia do branqueamento historicamente construída e de uma identidade nacional que encontra sua essência numa cultura sincrética e plural, que muitas vezes mascara os conflitos e a desigualdade social e racial na sociedade brasileira.

Quando no fim da década de 70 e início dos anos 80 surgem organizações político/culturais entre a população afro-descendente, começa a se esboçar um novo quadro no plano da cultura nacional, em que teremos um grupo que tenta se diferenciar, enfatizando o caráter étnico e iniciando uma luta para estabelecer um lugar para a população afro-brasileira na memória nacional, não mais sob o signo do sincretismo, mas como elemento fundamental e específico na formação da cultura brasileira.

A valorização da cultura negra, as estratégias que fizeram de Zumbi dos Palmares um herói digno de figurar entre os mais ilustres personagens da nação, a valorização do africanismo e do quilombismo, a denúncia e luta contra o racismo e a posição social desprivilegiada da maioria dos afro-descendentes, vão se constituir em estratégias de luta para uma releitura da história/memória nacional. De qualquer forma, tanto os descendentes dos últimos escravos brasileiros quanto a população afro-descendente do meio urbano, vão forjar uma identidade racial positiva sempre que lidarem com o passado escravo.

Esta redescoberta do potencial mobilizador da Etnicidade abre novas possibilidades para as organizações do movimento social, mas, quanto ao sindicalismo, abre lacunas quanto ao verdadeiro caráter da luta empreendida. Este limite no entendimento da importância da Etnicidade na mobilização de categorias de trabalhadores está diretamente ligado à resistência em perceber interfaces entre a mobilização étnica e a mobilização de

classe, baseada na idéia de que existem interesses e identidades próprias do mundo do trabalho e que, portanto se sobrepõem as identidades étnicas.

O uso da etnicidade levanta muito mais poeira, na medida em que toca diretamente na questão da adequação da identidade étnica como auto-consciência de grupos. E, portanto subentende juízos de valor e questões de legitimação tanto das organizações quanto dos estudos sobre elas. Há quem nos tente convencer de que a questão “racial” se dissolve na de classe, e nesta negação da especificidade da questão étnica acabam por expulsar os negros como uma falsa categoria.

Não pretendemos aqui negar a importância, até central em diversas configurações sociais, da identidade de classe, mas a o que se percebe com a análise da participação e motivação da categoria dos trabalhadores em Limpeza é que os elementos identitários étnicos são fundamentais para reforçar a coesão social deste grupo, e até reforçar as lutas próprias da classe trabalhadora, em busca de melhores condições de trabalho e melhores salários.

EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE NEGRO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

BRASILEIRAS

O CAMINHO PERCORRIDO PELA LEITURA DOS FENÔMENOS SOBRE A ETNIA NEGRA NO BRASIL

Uma das preocupações centrais do nosso trabalho é entender em que sentido o preconceito racial, aplicado historicamente sobre o negro, pode tornar-se instrumento de contra-reação social, com desdobramentos na luta sindical. Como um estigma, típica identidade deteriorada, pode ser recuperada como identidade étnica no seu sentido positivo (Etnicidade¹).

Os primeiros estudos sobre as relações entre negros e brancos no Brasil são frutos de uma antropologia de gabinete, onde a construção de ensaios baseados em informações pouco científicas e até imaginárias prevaleciam sobre os métodos de investigação científica.

Outro dado importante é que os estudos sobre negros eram realizados quase que exclusivamente pelos sociólogos, já que a maioria dos nossos antropólogos estavam mais voltados aos estudos da nossa população tribal (indígena). Os primeiros trabalhos são realizados, por estranho que pareça, por psiquiatras. O pioneiro é o baiano Nina Rodrigues (1862-1906) que buscou através dos seus estudos demonstrar que o negro era um problema patológico, responsável pelo atraso do Brasil. Dado principalmente pela falta de fundamentação científica dos seus trabalhos, Nina Rodrigues é considerado de acordo com Guerreiro Ramos “*uma nulidade no plano das Ciências Sociais, mesmo considerando-se a época em que viveu...*”.

¹ Etnicidade pode ser definida objetivamente como a condição de pertencer a um grupo étnico. A Etnicidade reflete as tendências positivas de identificação e inclusão em um grupo étnico.

Outro autor que se aproxima das idéias de Nina Rodrigues é Oliveira Vianna (1883-1951). Para este autor o negro também é um problema que prejudica o desenvolvimento do país, e para solucionar este problema ele defendeu a imigração européia como forma de branqueamento do povo brasileiro.

Arthur Ramos (1903-1949), psiquiatra com formação em Antropologia e Etnologia, criticou Nina Rodrigues, acusando-o de estar preso às teses racistas de Gobineau e Lapouge. Embora negue a tese da inferioridade biológica do negro, Arthur Ramos recaiu em outro erro, ao defender a inferioridade cultural do negro. Segundo ele só a ação contínua da “verdadeira cultura” poderia levar o país ao desenvolvimento e à substituição dos elementos pré-lógicos por elementos mais racionais.

Um maior avanço nos estudos sobre negro vai se dar com a obra *O Problema Nacional Brasileiro (1914)* de Alberto Torres (1865-1917). Citando Ratzel e Boas, Torres vai apontar a economia como o verdadeiro problema do Brasil ao invés da raça. Roquette Pinto (1884-1954), embora simpatizante da Eugenia, também avança ao apontar que “*as causas de nossos problemas independem da constituição racial, sendo resultante de fatores sociais*”.

Para Laraia (1979) a Antropologia de Gabinete vai atingir o apogeu com os trabalhos de Gilberto Freire. Para o autor Freire levanta em sua obra principal, *Casa Grande e Senzala* (1933) uma variante das idéias de homem cordial brasileiro e da idéia de Democracia racial, dado apontar o preconceito como fruto da desigualdade entre as classes e não da raça.

A partir de meados da década de 30 vários pesquisadores estrangeiros voltam suas atenções para o Brasil, e aqui desembarcam para realizar pesquisas sobre as relações entre

os brancos e os negros. Donald Pierson, desembarca na Bahia e entre 1935 e 1937 estuda a situação do negro. Pierson apresenta o preconceito como exclusivo da situação de classe, negando, portanto a existência de um preconceito racial no Brasil.

Segundo Laraia (1979) Pierson e Freyre representam uma primeira posição acadêmica acerca do problema. Ambos vêem nas tensões sociais e nas diferenças de classe o problema do negro.

Uma Segunda posição é marcada pelos pesquisadores que, mesmo admitindo a existência do preconceito racial, consideram que este elemento é irrelevante diante dos diversos grupos sociais. Ou seja, mesmo existindo um preconceito a partir de elementos raciais, a complexidade das relações sociais e a dificuldade de definir grupos de raça bem definidos impedem a verificação de um claro embate, ou divisão em raças. Os principais representantes desta posição são: Charles Wagley (1952, 1963), Marvin Harris (1952, 1956, 1964), Harry Hutchinson (1952) e Bem Zimmerman (1952).

Uma terceira posição que vai surgir a partir da década de 50, é a que considera inequívoca a existência do preconceito racial. Os principais autores desta posição são Roger Bastide (1959), Florestan Fernandes (1965), Octávio Ianni (1962), entre outros.

Outro autor importante desta posição é Oracy Nogueira (1955) que busca distinguir o preconceito existente no Brasil do existente nos EUA. Segundo ele o preconceito praticado no Brasil é claramente um *preconceito de marca*, que pode inclusive mudar com um processo de embranquecimento, e nos EUA é um *preconceito de origem*, ou seja, mesmo que o mestiço se torne completamente branco não deixará de ser discriminado enquanto a comunidade souber de sua origem.

A partir dos anos 70, os autores já não possuem nenhuma dúvida quanto à existência do preconceito, e os seus trabalhos buscam agora analisar os diferentes aspectos do problema. Thales de Azevedo (1975) atacou diretamente o mito da “democracia racial” acusando-o de defender a idéia de que a questão racial não é um problema relevante no Brasil e que os exemplos esporádicos são apenas exceções da regra.

“Azevedo relata numerosos fatos que demonstram a existência da violência, pelo menos em nível individual e vai mais longe quando demonstra a existência de uma doutrina e que esta se consubstancia através de inúmeras racionalizações que constituem o próprio mito da democracia racial”(Laraia, 1979. p. 15)

Florestan Fernandes em *O Negro no Mundo dos Brancos* (1972), busca numa análise histórica demonstrar que o negro foi duplamente espoliado, dado que além de não receber nenhuma indenização pelos anos de escravidão ainda se viu obrigado a competir com os brancos por postos de trabalhos degradantes, sem ter formas de enfrentar tal situação de submissão.

Thomas Skidmore em *Preto no Branco* (1976) centra sua análise no desenvolvimento da ideologia racista no Brasil e no ideal de branqueamento como melhor solução para o *problema nacional*. Segundo ele a própria elite, mais adiante, vai apoiar as mudanças teóricas acerca do ideal de branqueamento, mas não vai abandonar a idéia da superioridade do branco sobre o negro. Assim ele acompanha as mudanças em voga no mundo do pós-II Guerra Mundial, sem perder o domínio sócio-econômico sobre a massa espoliada dos negros.

Outra tese que começa a ser derrubada por Skidmore e mais adiante por Marvin Harris é a idéia do caráter mais humano do sistema escravista brasileiro. Estes autores demonstram que o grau de desumanidade praticado contra o negro foi igual e até mesmo pior do que em todo mundo.

“Racismo é a doutrina que afirma haver uma conexão entre características raciais e culturais, e que algumas raças são inerentemente superiores a outras.”⁵

Normalmente baseado num conceito de raça, a doutrina do racismo apresenta suas noções de superioridade a vários grupos sociais, inclusive a agrupamentos não biológicos, como nações, seitas religiosas, etc. O racismo mistura grupos nacionais, étnicos, lingüísticos religiosos e raciais num amálgama cujas alegadas inferioridades são falsamente atribuídas somente à raça.

“O racismo concebe a humanidade como uma série de grupos hierarquicamente superpostos, usando fatores de raça, classe e cultura coincidentes.” (Seyferth, 1995. p. 201).

O racismo é mais do que um simples preconceito racial, ele assumiu uma postura intelectual de doutrina científica. Estas noções intelectuais mais contemporâneas são derivadas do ensaio de J. A. Gobineau, publicado em 1853⁶. Entre os que atualizaram estas noções no século XX podemos citar Chamberlain (1855-1927). No Brasil várias correntes intelectuais desenvolveram teses de orientações racistas, entre os quais podemos citar Nina Rodrigues (1862-1906) que buscou através dos seus estudos demonstrar que o negro era um problema patológico, responsável pelo atraso do Brasil. Dado principalmente pela falta de fundamentação científica dos seus trabalhos, Nina Rodrigues é considerado de acordo com Guerreiro Ramos “*uma nulidade no plano das Ciências Sociais, mesmo considerando-se a época em que viveu...*”. Outro autor que se aproxima das idéias de Nina Rodrigues é Oliveira Vianna (1883-1951). Para este autor o negro também é um problema que prejudica o desenvolvimento do país, e para solucionar este problema ele defendeu a imigração europeia como forma de branqueamento do povo brasileiro.

⁵ *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas. FGV. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. Pp. 1022-1023.

⁶ GOBINEAU, Arthur. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Firmin Didot, 1853.

Estas teses racistas vão, mais adiante, aprimorar-se sob a forma da ideologia da “*democracia racial*”, que começa a ganhar corpo com a incorporação do mulato no exercício de funções específicas, face à escassez da mão-de-obra branca, incorporando-os nas casas grandes coloniais e mais tarde ao mercado de trabalho industrial.

Thales de Azevedo em sua obra *Democracia Racial. Ideologia e Realidade*, (Petrópolis: Vozes, 1975) vai abordar a constituição da tese da “*Democracia Racial*” no Brasil enquanto uma construção ideológica que visa estabelecer as condições necessárias para a plena manutenção da sociedade de classes e para a opressão do negro sem maiores tensões sociais. Alguns elementos importantes vão contribuir para o fortalecimento desta tese. Entre eles destacam-se: 1) a forte presença da determinação de classe nas situações de atribuição de status social e de relacionamento individual; 2) o caráter mais encoberto do preconceito de cor no Brasil que, normalmente, não ocorre abertamente ou seguido de demonstrações de violência. Para Azevedo o preconceito existe, mas não é apresentado de forma consciente e aberta.

“Aqui o preconceito racial existe veladamente, de forma sorrateira: não é como na África do Sul ou mesmo nos Estados Unidos, onde de antemão já se sabe como proceder”. (AZEVEDO, 1975. p. 49)

Apontando a regularidade do racismo no Brasil, e em especial na Bahia, o autor vai defender que a “*democracia racial*” é uma construção ideológica, criada como forma de manutenção do *status quo*. É, portanto, uma “*ideologia e (uma) racionalização que é de uma realidade possivelmente ilusória*” (AZEVEDO, 1975.p. 10).

“dessa maneira o negro não teria acesso ao mundo dos brancos, concorrendo para isto uma série de mecanismos nem sempre, ostensivos mas eficazes socialmente” (AZEVEDO, 1975. p. 56).

O racismo ainda é a forma mais clara de discriminação na sociedade brasileira, apesar de não admitir o brasileiro seu preconceito. *“A emoção das pessoas, o sentimento inferior delas é que é racista. Quando racionalizam, elas não se reconhecem assim, não identificam em suas atitudes componentes de discriminação”*, analisa Alcione Araújo, escritora e dramaturga. O brasileiro tem dificuldade em assumir o seu racismo devido ao processo de convivência cordial que distorce o conflito. Devido a isto, por estar dissimulado, hipócrita, é difícil de ser combatido.

A discriminação racial está espalhada pelo Brasil. Escola e mídia apresentam um modelo branco de valorização. O acesso aos espaços políticos, aos bens sociais, à produção do pensamento, a riqueza, tem sido determinado pela lógica escravocrata. O espaço negro é reduzido.

A discriminação dá-se de duas formas: direta ou indireta. Diz-se discriminação direta a adoção de regras gerais que estabelecem distinções através de proibições. É o preconceito expressado de maneira clara como, por exemplo, a proibição ou o tratamento desigual a um indivíduo ou grupo que poderia ter os mesmos direitos e o são negados. A discriminação indireta está internamente relacionada com situações aparentemente neutras, mas que criam desigualdades em relação a outrem. Esta última maneira de preconceito é a mais comum no Brasil.

De acordo com Alcione Araújo, *“é espantosa a naturalidade com que as pessoas públicas, principalmente artistas famosos, manifestam seus preconceitos. Essas pessoas parecem não perceber o que estão fazendo e como colaboram para a internalização do*

preconceito, já que suas falas são tidas como verdades, repelidas nas novelas, multiplicadas pela mídia."⁷

As práticas de racismo são diversas e se apresenta de diversas formas. Por meio das estatísticas sobre escolaridade, mercado de trabalho, criminalidade, presença nas artes e outros pôde-se perceber o problema na prática.

Em um dos vestibulares, aplicados na última década, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, os mais de 15.000 candidatos se depararam com uma frase da prova de língua portuguesa que trazia preconceito de cor explícito. A frase "*Ela é bonita, mas é negra. Embora negra ela é bonita*" gerou protestos por parte de alguns candidatos, que se sentiram constrangidos, e membros do Movimento Negro Unificado - MNU que alegaram o constrangimento que a questão submeteu aos candidatos tomando desigual a competição e moveram uma ação encabeçada pelo Conselho Estadual dos Direitos do Negro que se orientam pela Lei 7.716, que pune com pena de um a três anos de reclusão e multa, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, étnica, religião ou procedência nacional.

Há também uma dificuldade do negro no acesso aos espaços políticos, aos bens sociais, à produção do pensamento, à riqueza. A sociedade tem sido, apesar dos mais de 100 anos da Lei Áurea, regida por uma lógica escravocrata e machista.

A desigualdade racial brasileira é denunciada pela pesquisa da Federação do Órgão para Assistência Social e Educacional - FASE, que traz índices que levam à conclusão de que a qualidade de vida da população negra está próxima a dos países mais pobres. As

⁷ Alcione Araújo. *O Preconceito cordial*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 05.01.97.

famílias negras ainda são marginalizadas no processo produtivo. De cada 2000 menores carentes, conforme o UNICEF, 1600 são negros.

Tratando especificamente do mercado de trabalho, inúmeras são as atitudes racistas que acabam dificultando a inserção do negro em áreas que exigem maior especialização. A exigência de “boa aparência”, o assédio à mulher, a ocupação de cargos inferiores, a remuneração diferenciada do negro em relação ao branco nos mesmos cargos, a violência física (que chega a ocorrer em alguns casos) são exemplos do problema.

O RACISMO NA GUERRA DO MERCADO DE TRABALHO

“O processo de alijamento e exclusão sofrida pelos afro-brasileiros tem tido, ao longo do tempo, a função perversa de constituir um exército de reserva de mão-de-obra barata, à disposição de um empresariado ávido de lucros e totalmente divorciado de sua responsabilidade social.”⁸

Discriminado e marginalizado, a imagem do negro perante a sociedade é de desqualificado, incapaz, impondo-se-lhe a restrição no mercado de trabalho. Em posições aquém da merecida, sofre com maior intensidade a situação sócio-econômica intensa do desemprego, marcado pelo estigma de ser preto ou pardo. A reprodução dessa situação dificulta a mobilidade social do negro. Através do preconceito, a mão-de-obra negra é direcionada para trabalhos domésticos e pesados. A sua cor é fator determinante, sobrepondo-se à sua competência ou formação.

As tabelas⁹ abaixo trazem indicadores que refletem a participação do negro na população economicamente ativa (PEA), ou seja, aquelas pessoas que se encontram na condição de aptidão para o trabalho, bem como a proporção de pessoas desempregadas, dividindo-se, primeiramente, por regiões e também pelo tempo.

⁸ Senador Abdias Nascimento. Jornal do Senado. Maio/1998.

⁹ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Síntese de indicadores, RJ, IBGE, 1.995

**PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
(PEA) EM (%)**

BRASIL		REGIÕES				
TAXA DE ATIVIDADE		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
TOTAL	56,7	52,8	54,5	56,5	61,6	58,0
Branca	56,3	52,0	52,2	55,4	61,3	56,9
Preta	60,5	58,4	58,2	61,5	62,4	60,3
Parda	56,8	52,9	55,2	58,1	63,3	58,9
TAXA DE DESEMPREGO						
Total	3,7	3,7	3,3	4,2	3,0	2,9
Branca	3,4	3,1	3,1	3,9	2,8	2,5
Preta	4,7	3,9	4,4	5,1	4,5	1,2
Parda	3,9	3,9	3,3	4,8	3,8	3,5
DISTRIBUIÇÃO DA PEA ENTRE OS NEGROS						
Total	100	100	100	100	100	100
Masculino	61,3	62,3	64,4	59,5	58,5	70,4
Feminino	38,7	37,7	35,6	40,5	41,5	29,6

Por estes números nota-se que a população negra está presente em expressiva representação no total da PEA no Brasil. Em contrapartida, o problema do desemprego atinge principalmente a população negra que é a primeira a sofrer devido entre outros fatores, a falta de especialização. Na divisão por sexo, percebe-se que a mulher fica em defasagem no mercado de trabalho, um pouco mais da metade do percentual de homens, o que elucida duas formas de preconceito: em relação a cor e ao sexo. As mulheres negras ocupadas em atividades manuais representam 79,4% do total. Apenas 60% das mulheres negras que trabalham são assalariadas. Estes dados demonstram também que o negro é a grande força de trabalho do Brasil, porém o que mais sofre com as crises. Importante frisar o aumento da participação feminina, no caso negra, no mercado de trabalho. 50,8% da população brasileira é composta de mulheres. De acordo com os dados apresentados pelo

IBGE/90, a população negra (pretos e pardos), corresponde a 45% da população brasileira¹⁰.

COM RELAÇÃO À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA TEMOS:

SEXO	COR					
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	S/ DECLARAÇÃO
Feminino	52.9%	5%	0.4%	41.2%	0.2%	0.4%
Masculino	50.4%	5.3%	0.5%	43.3%	0.2%	0.3%

Obviamente que a baixa condição sócio-econômica em que vive grande parte dos negros é a base da reprodução desta mesma situação, mas sem dúvida alguma o atributo cor torna ainda mais difícil romper este limite de vida marginal do negro. Não obstante, a formação profissional não é suficiente para abrandar as desigualdades, uma vez que entre um negro e um branco de igual nível intelectual¹¹, quase sempre se percebe uma maior valorização do mercado de trabalho ao profissional branco.

GRAU DE INSTRUÇÃO DE ACORDO COM A COR OU A RAÇA

INSTRUÇÃO	COR OU RAÇA					
	GERAL	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA
Pré-escola	6.9	6.5	6.6	5.1	7.5	5.5
Alfabetização de Adultos	0.2	0.2	0.5	0.2	0.3	0.9
1º Grau	78.6%	74.7%	83.5%	58.9%	83%	88.4%
*	6.2%	7.3%	4.9%	11.3%	5%	2.5%
**	0.3%	0.3%	0.4%	0.2%	0.3%	0.3%
2º Grau	9.7%	11.8%	7.3%	17.8%	7.4%	4.1%
*	28.3%	29.2%	27.6%	32.6%	26.5%	21.5%
**	1.6%	2%	2%	1.3%	1.6%	5.3%
Pré-Vestibular	0.4%	0.6%	0.2%	1.8%	0.2%	0.1%
Superior	3.9%	5.9%	1.8%	15.5%	1.6%	0.9%
Mestrado ou Doutorado	0.1%	0.2%	0.1%	0.7%	0.03%	0.02%

¹⁰ O Brasil tem a Segunda maior população negra do mundo, sendo a primeira a da Nigéria.

¹¹ Apenas 18% dos negros tem possibilidade de ingressar na universidade.

Cerca de 60% dos negros brasileiros estão na faixa de analfabetismo. A quantidade de negros analfabetos é 2.2% superior à de brancos na mesma situação. Essas pessoas têm maior dificuldade de ascender no mercado de trabalho, e quando conseguem conquistar um posto, geralmente são empurrados para o trabalho precário, com baixas remunerações, e limitadas garantias trabalhistas¹².

PROPORÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR, EM RELAÇÃO AO TOTAL (%)

SEXO E COR	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Total	58.8	52.4	41.2	66.1	67.0	47.7
Branca	65.1	57.4	49.4	68.1	69.2	51.5
Preta	53.8	50.7	36.9	60.6	59.6	42.0
Masculino						
Total	61.0	53.7	40.7	69.8	65.4	47.7
Branca	67.7	59.3	47.6	71.7	71.7	51.5
Preta	56.8	51.4	38.3	65.3	61.2	44.4
Feminino						
Total	55.1	50.6	42.2	59.8	62.7	47.8
Branca	60.6	54.8	51.8	62.1	65.0	51.5
Preta	49.0	49.6	34.3	53.5	57.4	36.2

Estes índices mostram que, como o negro não exerce de forma expressiva, setores mais formais, a carteira de trabalho não é assinada pelo empregador, o que retira dele o direito de exigir algumas conquistas alcançadas pelos trabalhadores que tem esse direito. As mulheres são as que mais sofrem. Vale destacar que a mulher negra está empregada,

¹² Dentre a população negra economicamente ativa apenas 6% está ocupada em atividades técnicas, científicas, artísticas, administrativas

principalmente, no serviço doméstico, que encontra resistência em relação ao seu registro como empregado.

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Contudo, analisando o mercado de trabalho, percebe-se que a quantidade de negros em setores "elitizados" é muito baixa. O mesmo problema ocorre no ingresso do negro nas universidades do Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela FASE (Federação para Assistência Social e Educacional de São Paulo), a possibilidade de um negro ingressar na universidade é de 18%, enquanto esta possibilidade para os brancos é de 43%. Outro dado importante é que, segundo o IBGE, em relação à qualidade de vida da população, o Brasil ocupa a 63ª posição no mundo. Considerando-se a população negra, o Brasil fica na 120ª posição mundial, ressaltando com isso a diferença entre os níveis de vida da população branca e da população negra.

O que se verifica é que há uma dificuldade de inserção do negro e sua ascensão em áreas do mercado de trabalho de maior *status* social. Reserva-se a ele apenas a ocupação das áreas de menor remuneração e projeção social. Este fato é bastante sério e gera problemas sociais graves, demonstrando a presença de vários fatores que impedem essa inserção: problemas históricos, educacionais, governamentais, e ainda o racismo presente em nossa sociedade.

Estes elementos acabam por reforçar a auto-exclusão do negro dos espaços de disputa política e ideológica, levando em consequência a uma auto-reprodução do racismo. As possibilidades de mobilização étnica demandam necessariamente a movimentação de diversos recursos objetivos e subjetivos. A luta sindical desenvolvida pelo Sindlimp/BA

busca explorar estas possibilidades, em busca de uma maior mobilização para a luta dos seus representados.

BREVE HISTÓRICO DO SINDLIMP/BA

A FUNDAÇÃO DO SINDICATO

O Sindlimp/Ba foi fundado em 14 de dezembro de 1989, mas a organização dos trabalhadores em limpeza (ou pelo menos a sua forma embrionária) data de alguns anos atrás¹. Em 1998, o Sindlimp/Ba já contava com cerca de 4000 associados², a grande maioria de negros e trabalhadores de baixa escolaridade³, registrando um crescimento significativo em relação aos anos iniciais de sua existência. A grande maioria destes associados estão concentrados em três grandes empresas: A Limpurb, Empresa Municipal de Limpeza Urbana, de Salvador, a Pavter/Vega, empresa particular que presta serviço a prefeitura neste período, e a Limpec, empresa municipal de Camaçari.

A primeira organização de caráter sindical que congregava os trabalhadores em limpeza, antes da fundação do Sindlimp/Ba, era conhecida como ASTRAL (Associação dos Trabalhadores em Limpeza Urbana), na verdade uma entidade sem expressão social, nem caráter de luta, controlada por um ex-funcionário da Limpurb de prenome Florisvaldo, que era o presidente e que tinha como principal aliado o vice-presidente da Associação, Américo, ambos funcionários (supervisores) da Limpurb⁴.

¹ Antes da fundação do Sindlimp/Ba, já atuavam frente a categoria de limpeza a ASTRAL, e logo depois o SINTRAL, respectivamente Associação e Sindicato dos trabalhadores em Limpeza de Salvador.

² Fonte: Pesquisa sobre os sindicatos da região Metropolitana de Salvador, UNITRABALHO/UFBA.

³ Em especial os trabalhadores na coleta e varrição das ruas, já que em vários outros setores da Limpurb por exemplo existem funcionários de diversos níveis escolares.

⁴ As informações sobre a composição da ASTRAL foram fornecidas pelo Dep. Paulo Anunciação em entrevista concedida em 30 de fevereiro de 2001.

A partir de novembro de 1989, as lideranças conhecidas como Guto, Juvenal, Donato e Paulo Anunciação⁵, além de um outro chamado Agostinho, se afastam do SINTRAL e começam a realizar denúncias contra o mesmo, formando em agosto de 1990 a Oposição Sindical dos Trabalhadores em Limpeza, que passa a combater diretamente o SINTRAL, Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza de Salvador (novo nome assumido pela ASTRAL a partir de abril de 1989, após o registro sindical, permitido aos funcionários de empresas públicas após a publicação da Constituição de 1988). Durante este período, a principal forma de ataque da oposição ao SINTRAL era apontar as ligações do seu principal dirigente, Florisvaldo, com a direção da Limpurb.

A Oposição dos Trabalhadores em Limpeza nasce com o reconhecimento e o apoio decisivo da CUT/BA que, através de seus dirigentes, passam a acompanhar diretamente o grupo, trazendo inclusive as reuniões deste coletivo para a sede da CUT. Além da CUT, os vereadores Arnando Lessa (PSDB) e Valdenor Cardoso (PT)⁶ eram importantes aliados do grupo de oposição.

Em 1989, o grupo de Oposição unificou-se com outras lideranças sindicais que já dirigiam um outro sindicato de trabalhadores em Limpeza, de âmbito estadual, o SINDLIMP/BA, fundado também em 1989, e que era presidido por Reinaldo. Após a tentativa frustrada de unificar todos os grupos políticos da época (a oposição sindical, o SINTRAL e o Sindlimp) em torno de um só Sindicato, a Oposição Sindical entra na diretoria do Sindlimp/Ba e se inicia uma forte luta entre estes dois sindicatos pelo controle e representação da categoria, em especial na Limpurb. O SINTRAL, devido a pouca

⁵ Paulo Anunciação chegou a ser diretor de imprensa do SINTRAL, e se afasta do Sindicato por discordar do controle feito sobre as finanças do Sindicato pelo mesmo tesoureiro do período que o SINTRAL ainda era apenas uma Associação, a ASTRAL.

⁶ Vereadores da legislatura 89-92. Arnando Lessa já em 94 elegeu-se Deputado Estadual pelo mesmo partido. Valdenor Cardoso não reelegeu-se vereador no pleito de 92, só retornando a câmara nas eleições de 96 já pelo PSDB.

combatividade e aos vínculos com a diretoria da LIMPURB vai pouco a pouco perdendo espaço para este novo sindicato.

“SINDLIMP/BA

Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública, Asseio, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas do Estado da Bahia.

Esta sede é fruto do trabalho incansável da Oposição dos Trabalhadores em Limpeza que teve início com os companheiros Guto, Paulo, Juvenal e Donato. Com o apoio da CUT e Sindicatos filiados, de amigos como Lessa e Valdenor e da diretoria do Sindlimp.

Salvador, 14 de Dezembro de 1991⁷”

A DISPUTA COM O SINTRAL

A relação do Sindlimp/Ba com o Sintral foi marcada pela intensa disputa no plano institucional e no seio da categoria pelo reconhecimento enquanto representante legítimo dos trabalhadores em limpeza.

O Sindlimp, apoiado pela CUT, procurou atuar fortemente na base dos trabalhadores da Limpurb, buscando reconhecimento e ampliação da ação do Sindicato; já o Sintral, desgastado com o impacto gerado pela fundação do Sindlimp, buscou manter a posição institucional que já possuía, negociando diretamente com os patrões para garantir o reconhecimento e conseqüentemente a contribuição que era descontada na folha de pagamento.

Outro mecanismo buscado pelo Sindlimp como forma de legitimação da sua atuação foi a aproximação com outros sindicatos que possuíam base em comum ou semelhanças quanto à formação social de suas respectivas categorias. Já a partir de 1993, os dirigentes do Sindlimp começam a realizar atividades conjuntas com o Sinticcan⁸ e com o Sindicato

⁷ Placa afixada na entrada da sede do Sindicato situado à rua Cônego Pereira, 51 – Sete Portas – Salvador/BA

⁸ Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Candeias e região. Representa centralmente os trabalhadores terceirizados da Refinaria Landulpho Alves em Madre de Deus.

dos Vigilantes, organizando atividades gerais e manifestações públicas conjuntamente. Algumas campanhas específicas em determinadas empresas também foram desenvolvidas onde estas categorias estavam concentradas.

A disputa entre estes dois sindicatos não tardou a chegar à justiça. O Sintral, já rechaçado pelas bases, principalmente da Limpurb, resolve em 1992 entrar com uma ação na justiça comum, na 10ª Vara Cível, para bloquear as contas do Sindlimp, conseguindo em primeira instância um mandado que impediu que o Sindicato recolhesse contribuição dos trabalhadores durante 6 meses e movimentasse o dinheiro que já existia em suas contas.

Após seis meses com problemas financeiros, onde inclusive o sindicato teve que recorrer aos trabalhadores contraindo empréstimos com a categoria no valor de Cr\$ 5.000,00 a juros de 23,30% ao mês, o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia concedeu liminar garantindo a liberação de todo o seu dinheiro, não só o recolhido frente aos trabalhadores da Limpurb, mas também referentes às outras empresas de limpeza que contribuía com o Sindicato.

Ainda em 1992 o Sindlimp continua a denunciar os problemas políticos existentes no Sintral, principalmente quanto aos recursos financeiros que ainda eram recolhidos por este sindicato. Na edição de nº 16 do Boletim mensal "Vassourão", é publicado uma denúncia de mal versação destes recursos.

"PELEGO TOMA UÍSQUE DE 12 ANOS COM O DINHEIRO DO TRABALHADOR

É por isso que o pelego do Sintral não presta contas. Na última viagem que ele fez à Fortaleza, para participar de um tal congresso, participou de uma tremenda farra com seus amigos, levado a muito uísque de 12 anos e churrasco. Enquanto isso os seus cupixas ficaram aqui em Salvador, chupando dedo. Os companheiros que ainda são filiados à gang do Sintral, estão revoltados e vão pedir desligamento daquele Sindicato. Aguardem no próximo número mais aventuras da gang do Florisvaldo."

Vale ressaltar que esta matéria foi publicada num número do boletim onde era apresentada uma prestação de contas simplificada dos gastos do Sindlimp, onde aponta inclusive que o Sindicato gastou bem abaixo do que havia arrecadado. Este detalhe demonstra claramente que naquele dado momento o principal ponto de disputa entre estes sindicatos estava relacionado à questão financeira e a captação de recursos na categoria através da contribuição sindical, já que, com a duplicidade de representação, ambos os sindicatos recolhiam a contribuição sindical.

Já com ampla vantagem em relação à representatividade no seio da categoria, a diretoria do Sindlimp já percebia claramente que os últimos e derradeiros pontos para o enfraquecimento total do Sintral passavam pelo impedimento para que o mesmo continuasse a recolher contribuição dos trabalhadores.

Mesmo enfraquecido, o Sintral ainda possuía uma relação privilegiada com as empresas de limpeza e conseguia, em nome dos trabalhadores, realizar vários acordos trabalhistas (que segundo os boletins do Sindlimp, eram lesivos aos trabalhadores) e recolher contribuição sindical descontada em folha de pagamento. O Sindlimp em setembro de 1994 ingressa na justiça exigindo o cancelamento destes acordos. A justiça julgou este Dissídio Coletivo⁹, pedido pelo Sindlimp, em agosto de 95 e determinou o pagamento, pelas empresas, das diferenças cobradas durante o período que vai de setembro de 94 a agosto de 95.

Esta vitória do Sindlimp foi mais um passo importante dado na disputa com o Sintral, e mereceu matéria de capa no boletim do sindicato em Agosto/95¹⁰. Neste mesmo boletim,

⁹ Dissídio coletivo n.º 801.94.0704-30

¹⁰ Título da matéria: “justiça manda empresas de limpeza pagarem salários mais 112 reais.”- boletim VASSOURÃO n.º 61 de agosto de 1995.

alguns quadros eram incisivos na tentativa de mostrar à categoria que o Sindicato representativo dos trabalhadores em limpeza era o Sindlimp/BA.

“Seu sindicato é o Sindlimp/BA, fica na rua Cônego Pereira 51, 1º andar – Sete Portas. Telefones 381-2058 e 381-2866, Salvador/Ba.”

Ao mesmo tempo que realizava esta luta política quanto ao reconhecimento do Sindlimp, o boletim avança convocando a categoria a se sindicalizar, buscando dar um passo mais adiante neste disputa.

“SINDICALIZE-SE!
(Figura)¹¹ Ligue 381-2058 ou 38-2866 e solicite a presença de um diretor do sindicato.”

Logo após o julgamento do Dissídio Coletivo, o Sintral, já incorporando dissidentes do próprio Sindlimp, recorre e consegue uma decisão provisória suspendendo o resultado do dissídio. Este recuo da justiça gerou nova disputa de posições na categoria entre os dois sindicatos. O Sintral distribuiu documento entre os associados, baseado nesta suspensão provisória, tentando provar que era representante legítimo dos trabalhadores frente a justiça. O Sindlimp de imediato reagiu, lançando um panfleto, onde acusa o Sintral de mentiroso por não deixar claro que a decisão da justiça era provisória, e que o Sindlimp, após nova defesa, aguardava decisão final.

“DOCUMENTO MENTIROSO DO SINTRAL TENTA CONFUNDIR TRABALHADORES

A gang do Sintral, agora reforçada com os pelegos expulsos do Sindlimp (Agostinho, Mário, Celso e Juvenal), não toma jeito mesmo. Continuam mentindo cinicamente. Aliás a única coisa que sabem fazer. O documento que eles estão nas

¹¹ Trabalhador sendo fotografado na sede do sindicato.

mãos, foi publicado no Jornal do Judiciário, por que não é decisão final. Mentem também quando dizem que foi no diário Oficial.

O Resultado que saiu foi um julgamento feito pelo juiz com a documentação que eles apresentaram. Só que os malandros não disseram que houve uma defesa do Sindlimp, e estamos aguardando nova decisão,(...)”¹²

Este assunto ainda vai permear o discurso do Sindlimp durante o mês de agosto de 95 (mês inclusive com a maior incidência de boletins publicados, num total de 6, entre panfletos de folha inteira e meia folha), merecendo menção no Boletim de número 64¹³, a uma nova luta desenvolvida pelo sindicato frente a Prefeitura, e de número 65¹⁴ que denuncia a tentativa dos patrões de empresas particulares de limpeza de enganar os trabalhadores, apontando o Sintral como o verdadeiro Sindicato da categoria, usando como prova deste argumento o recorte do jornal do Judiciário.

Finalmente, em setembro de 1995, a justiça toma uma decisão conclusiva¹⁵, definindo o Sindlimp/Ba como o representante legal dos trabalhadores, impedindo de vez que o Sintral pudesse negociar na justiça em nome da categoria. No Boletim do Sindicato número 66, a vitória na justiça é fortemente propagandeada, inclusive como matéria principal, em mais uma clara tentativa de apagar qualquer resquício do Sintral dentro da categoria.

Este processo de disputa entre os dois sindicatos aponta três elementos centrais na sua prática do período, e que em muitos casos permanece ainda hoje. A primeira diz respeito ao caráter legalista da prática sindical, a segunda está relacionada a grande importância que assume a arrecadação financeira em forma de contribuição ou de imposto para a sobrevivência dos sindicatos, e por fim a relação privilegiada com a direção da empresa com quem se negocia.

¹² O VASSOURÃO número 62 – Agosto de 1995.

¹³ “O Patrão desconta para o Sintral, mas quem luta é o Sindlimp-Ba” – VASSOURÃO, n ° 64 – agosto de 95.

¹⁴ “Empresas de Limpeza particulares tentam enganar trabalhadores” – VASSOURÃO, n ° 65 – Setembro de 95, pg. 2.

¹⁵ A decisão foi tomada pelo juiz da 10ª Vara Cível, Dr. Irani Francisco.

A respeito do caráter legalista da prática sindical, o Sindlimp aponta a todo tempo nos seus boletins a importância dada a essa esfera da luta política. Inclusive foi neste campo que o Sintral tentou fazer frente ao Sindlimp, quando buscou impedir legalmente a ação do Sindicato, na Justiça Comum. Esse resquício é apontado por Armando Boito Jr¹⁶, como típicas características do Sindicalismo Oficial, herança do período Vargasista, onde o movimento sindical era exageradamente regulado pelo Estado, passando praticamente todas as suas ações pelo crivo dos órgãos estatais. A negociação coletiva, forma autônoma de inter-relação com o patronato, pouco foi utilizada neste período, prevalecendo na maioria das vezes o Dissídio Coletivo, onde o Estado é o mediador da negociação dando a última palavra no caso de impasse.

A respeito da importância da arrecadação financeira, ficou claro esta questão quando o Sintral, na justiça, conseguiu bloquear as contas do Sindlimp. Embora com as contas bloqueadas, este se manteve em funcionamento, e até desenvolveu novas formas de arrecadação, inclusive contando com empréstimos dos trabalhadores. Durante algum período, esta foi a tática adotada pelo Sintral para combater o Sindlimp, já que a principal fonte de arrecadação do Sindicato, o desconto na folha de pagamento, é regulada por lei, e uma decisão da justiça pode de imediato cancelar as contribuições dos trabalhadores.

Ainda hoje este é um debate espinhoso no Movimento Sindical pois, embora a CUT tenha tomado resolução em congresso contra o Imposto Sindical, ainda existem diversos sindicatos, muitos deles fantasmas, que se utilizam deste dinheiro para manter-se na máquina sindical. Já a contribuição sindical, mensal e autorizada pelo trabalhador, acaba não cumprindo um papel educativo, que leve a uma maior participação do trabalhador nas

¹⁶ Armando Boito Jr.: Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Organizador do Livro "O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80".

lutas do seu sindicato, porque muitas das vezes a diretoria não discute com a base a importância da contribuição e muito menos realiza prestações de contas periódicas que convençam o filiado de que sua contribuição está sendo bem utilizada.

A relação Sindicato x Empresa é outro tema muito presente na discussão sobre o Sindicalismo no Brasil. Durante o transcorrer da disputa entre o Sintral e o Sindlimp, se configurou uma dicotomia estanque, quanto à relação do Sindicato com a direção das empresas, em especial a Limpurb. Nesta dicotomia o Sintral era identificado pela categoria como o “Sindicato dos patrões”, inclusive se utilizando dessa vantagem no momento da negociação, e o Sindlimp era identificado como o Sindicato com maior presença na base, e consequentemente só alcançava vitórias frente ao patronato através da mobilização da base. Vale ressaltar que o fato de a maioria da categoria que o Sindicato representa estar concentrada na Limpurb, acabou levando a uma concentração das suas ações nesta empresa, e consequentemente, fez com que houvesse uma aproximação com a direção da Limpurb, em especial no governo Lídice da Mata.

A conclusão que podemos fazer acerca desta acirrada disputa é de que acaba por acontecer uma predominância do Sindlimp frente ao Sintral, em todos os aspectos. Há uma superação tanto no campo institucional, quanto no campo político. O reconhecimento da CUT, praticamente a única central sindical organizada na Bahia, garantiu aos dirigentes do Sindlimp apoio decisivo entre a esquerda baiana e os outros sindicatos com presença social. A importância dada, em determinado momento, a luta institucional, mostrou-se pertinente e garantiu ao Sindlimp o reconhecimento da justiça à sua representatividade, que acabou abrindo caminho para a incorporação de diversas conquistas trabalhistas, até então inéditas à categoria. E por fim, a aposta numa nova prática sindical, que explorasse a todo momento a centralidade dos problemas causados pelo acúmulo do lixo no âmbito da política

municipal, e mobilizasse uma categoria já fortemente explorada numa perspectiva de radicalização das ações, garantiu o fortalecimento do Sindlimp e praticamente levou à extinção o Sintral.

A LEGITIMAÇÃO

O Sindlimp/Ba, desde as primeiras ações da Oposição Sindical dos Trabalhadores em Limpeza, desenvolveu uma trajetória que unificou vitórias na organização e na consolidação do sindicato com conquistas trabalhistas reais.

Em relação a organização e consolidação do sindicato, a sua trajetória aponta para uma constante utilização do instrumento da greve como principal forma de mobilização da categoria. Além deste elemento, a democratização do Sindicato, que incorporou a seus estatutos princípios como a diretoria colegiada e a proporcionalidade, contribuiu para uma maior aproximação da categoria com a diretoria. Outra importante prática foi a realização dos congressos anuais dos trabalhadores em limpeza da Bahia, que apontavam os rumos a serem tomados, no ano vigente, pelo sindicato.

Com a criação da Oposição Sindical, ainda em agosto de 1990, importantes ações foram realizadas contribuindo para o fortalecimento posterior do Sindlimp/Ba a partir da incorporação dos membros da Oposição Sindical aos seus quadros. A principal atividade realizada por este grupo foi a greve de oito dias dos trabalhadores da Limpurb, que reivindicava aumento real no salário e denuncia a corrupção instalada na empresa, através do presidente da época conhecido como o “Coronel do Óleo”. Esta greve, além de denunciar publicamente os problemas internos da Limpurb, conseguirá elevar o piso salarial da empresa de um salário mínimo para 2,3 salários mínimos, o que equivalia na época a Cr\$

39.100,00. Outra conquista desta greve foi a garantia a todos os trabalhadores da empresa do vale-refeição.

Após essa greve, marco fundamental da luta dos trabalhadores em limpeza, o grupo que atuava na chamada Oposição Sindical, alcança grande reconhecimento da categoria, e, para dar continuidade a sua luta, resolve unificar-se com o já existente Sindlimp/Ba em abril de 1991. Em menos de um ano o Sindlimp consegue comprar uma sede própria, carro de som e de apoio e uma linha telefônica, e passam a contar com uma estrutura mais adequada para a sua atuação e, ao mesmo tempo, o combate ao adversário, o Sintral.

A unificação dos membros da Oposição Sindical dos Trabalhadores em Limpeza com o Sindlimp/Ba, surge de um acordo entre dois grupos distintos, mas logo surge um racha na diretoria que faz com que os dois grupos concorram em chapas distintas nas eleições para a diretoria do sindicato para o triênio 92/95. A eleição é vencida pelo grupo ligado a antiga Oposição Sindical, em uma eleição muito concorrida. A partir daí, a nova diretoria do Sindlimp/Ba passa a pautar sua ação principalmente na luta contra a privatização da Limpurb, que vai marcar a sua atuação por aproximadamente três meses (março, abril e maio de 1992).

Como já foi demonstrado, a outra disputa importante por que passa o Sindlimp/Ba na luta por sua legitimação se dá com o Sintral, que tenta várias vezes na justiça impedir a atuação do Sindlimp/Ba. ¹⁷ O Sindlimp/Ba buscou ainda garantir prestações de contas periódicas dos gastos do sindicato, sempre publicados os balanços no jornal da entidade,

¹⁷ As contas do Sindicato são bloqueadas por ação judicial impetrada pelo Sintral em julho de 1992, e só são liberadas em agosto do mesmo ano após nova decisão da justiça. Esta disputa judicial com o Sintral permanecerá até 1995, quando o Sindlimp/Ba consegue na justiça a devolução aos trabalhadores dos valores descontados para o Sintral, essa decisão é suspensa e só em setembro de 1995 a decisão final é tomada a favor do Sindlimp/Ba que é reconhecido com o legítimo representante da categoria, inclusive nas negociações judiciais (dissídios coletivos, contratos, etc.).

buscando sempre o contraponto com o Sintral que era acusado de mal uso do dinheiro que arrecada em parte da categoria.

Outro importante passo dado pelo Sindlimp/Ba em sua trajetória foi a realização dos congressos anuais da categoria, sendo o primeiro realizado em maio de 1994. O II Congresso dos Trabalhadores em Limpeza da BA, foi realizado em julho de 1995, e o III Congresso em julho de 1996. Em comum, estes congressos tinham como pauta discutir as campanhas salariais dos respectivos anos. Além deste debate, em 95 foi feito um outro sobre a reforma constitucional, tema que dominou a cena política na época, e em 96 foram discutidas alterações no estatuto e a posição do sindicato frente as eleições municipais deste ano.

“II Congresso aprova Taxa de Lixo e Conselho Administrativo para a Limpurb
Com a participação de mais de 150 pessoas entre delegados, observadores, palestrantes e convidados, realizou-se nos dias 28, 29 e 30 deste mês, no ginásio do SESI-Retiro, em Salvador, o II CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA DO ESTADO DA BAHIA, tendo como principal objetivo apontar uma saída para a questão da limpeza urbana, que está tendendo para a privatização, terceirização, ou mesmo a concessão. (...)”¹⁸

O Sindilimp/Ba buscou também realizar atividades lúdicas nesta sua trajetória, sempre unificando estas festas com pautas políticas do momento. Um bom exemplo disto é o bloco Xourume, que cumpre, ao mesmo tempo, a função de lazer para a categoria e a função de veículo de protesto durante o carnaval. Outro exemplo são as festas comemorativas do dia do trabalhador em Limpeza, em 16 de maio, com realização de assembléias e atividades de lazer.

¹⁸ Boletim o VASSOURÃO, número 60 de agosto de 1995.

“DOMINGO, DIA 21, A FESTA É NO BISÃO NA MATA ESCURA
Nem só de protestos vivem os trabalhadores em Limpeza. Domingo é dia de lazer. Vamos extravasar nossa alegria com muito pagode e cerveja no Bisão Mega Show, em Mata Escura. Veja a seguir a programação festiva, e participe de todas, que você tem direito. Vá e leve sua família e não se esqueça que mesmo na hora de curtir, os trabalhadores devem estar organizados e disciplinados.”¹⁹

O sindicato também buscou nacionalizar a sua luta com a criação da Fetralimp/NE e com a fundação em janeiro de 1996 da Federação Nacional Única dos Trabalhadores em Limpeza, também chamada de Fetralimp. Desde a sua fundação, estas entidades, tanto a regional quanto a nacional, tiveram forte influência do Sindlimp/Ba, sempre presente nas suas diretorias, e influenciando as lutas principais das mesmas. Um reflexo disto foi o indicativo aprovado no primeiro congresso nacional que mostrava a todos os sindicatos de trabalhadores em limpeza o uso do nome Sindlimp, o mesmo do sindicato baiano.

Também no campo assistencial e cooperativista o Sindlimp/Ba buscou atuar, criando entidades como a Coopelimp/Ba²⁰, que foi responsável, dentre outras, pela luta em prol da construção do parque residencial dos trabalhadores em limpeza no bairro de Pirajá em Salvador, e a Aslimp/Ba²¹, que com sede própria próximo a sede da Limpurb em San Martin oferece serviços e convênios a preços mais baixos à categoria.

“FUNDADA A COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA DO ESTADO BAHIA

Neste último mês de janeiro, vinte trabalhadores em Limpeza, reuniram-se no SINDPETRO, e fundaram a Coopelimp-Ba – Cooperativa Estadual dos Trabalhadores em Limpeza, numa tentativa de conseguirem, os próprios trabalhadores, assistência social, que geralmente é negada pelas empresas.

O objetivo é ter acesso a benefícios sem cobrança de juros abusivos, como cesta básica, convênio com livrarias, óticas, farmácias, assistência médica, serviço de ambulância, empréstimos e até já está previsto a criação de um conjunto residencial.”²²

¹⁹ Boletim o VASSOURÃO, especial do dia do Trabalhador em Limpeza. Número 52, maio de 1995.

²⁰ Cooperativa dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia, fundado em janeiro de 1995.

²¹ Associação dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia.

²² Boletim o VASSOURÃO, número 47 de fevereiro de 1995.

“TRABALHADORES CRIAM ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE

No último dia 10 deste mês foi inaugurada a sede provisória da Associação dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia – ASLIMP-BA, para cobrir o buraco deixado pelo FAE – Fundo de Assistência ao Trabalhador, que não vinha cumprindo seu papel, de dar assistência aos trabalhadores, como seu nome já diz.

A sede da ASLIMP fica na Av. San Martins, 175 – Retiro, próximo ao açougue de Dna. Maria, que também vai fazer convênio para venda de carne consignada.

A Associação é na realidade um segmento do Sindicato que também tem diretores na formação da diretoria que tem como presidente um antigo funcionário da Empresa (Limpurb) à disposição da Codesal, o companheiro Alberto Matos.

Com a taxa de 5% (cinco por cento) do salário mínimo, equivalente a R\$ 5,00 a Associação oferece gratuitamente os serviços de barbearia, assistência médica e odontológica aos associados e vários outros convênios como livraria, papelaria, farmácia, material de construção e outros.”²³

Além dos aspectos enfatizados, o Sindlimp/Ba manteve também nas suas ações, constantes denúncias acerca da situação do racismo no Brasil e da situação da mulher, participando de Congressos e Encontros Nacionais²⁴, criando comissões específicas para discutir e elaborar ações referentes ao tema²⁵, divulgando nos seus instrumentos de comunicação as ações e campanhas das entidades negras²⁶ e participando de forma orgânica das atividades e manifestações públicas contra o racismo e o preconceito de gênero. Estas ações vão ser incorporadas gradativamente pelo sindicato como instrumento de mobilização da sua categoria, dado a forte presença negra entre os trabalhadores em limpeza.

13 DE MAIO PASSEATA PELA VERDADEIRA LIBERTAÇÃO

²³ Boletim o VASSOURÃO – número 77 de março de 1996.

²⁴ O Sindicato participou do Encontro Nacional de Sindicalistas Negros da CUT, realizado em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1995, representados pelos seus diretores Luiz Carlos e Vítor. Neste encontro foram discutidos temas relacionados aos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares, além da condenação injusta do jornalista americano negro, Múmia Abul Jamal. Foi deliberado também a realização de uma marcha nacional à Brasília para comemorar os 300 anos da morte de Zumbi e denunciar as péssimas condições dos trabalhadores negros.

²⁵ O Sindlimp/Ba criou uma comissão especialmente constituída para tratar de questões relevantes a mulher, deste de denúncias de exploração e assédio sexual a ações de valorização do trabalho feminino.

²⁶ O boletim do Sindicato, o VASSOURÃO divulgou no período estudado (95 a 96), 4 matérias relacionadas ao MNU e a temas relacionados ao negro.. Nos boletins de número 57; 66; 67; 69 e 72.

Está longe de ser verdade o que se ensina nas escolas públicas, a respeito da libertação dos negros. Que liberdade é esta que a burguesia branca nos concedeu?. Continuamos nos becos, guetos e nas favelas, nas cadeias públicas e sendo exterminados pela polícia e grupos para-policiais. Nós entendemos que a libertação dos negros será fruto da luta dos próprios negros.

Nós trabalhadores em limpeza, uma categoria maciçamente negra, participamos na última segunda das manifestações do dia Nacional de Luta contra a Discriminação Racial e o Racismo.²⁷

Assim as ações políticas desenvolvidas no Sindicato na sua trajetória até o final do ano de 1996, foram decisivas para que o mesmo alcançasse forte identidade com a categoria ao qual representa, mas, além das ações políticas, o Sindlimp/Ba conquistou diversas vitórias trabalhistas, fazendo com que a categoria dos trabalhadores em limpeza obtivesse níveis salariais acima da média geral e vantagens salariais que poucas categorias possuem.

A primeira grande vitória, já citada acima, está relacionada à greve de 8 dias realizada em março de 1991 pela Oposição Sindical dos trabalhadores em Limpeza. Ao final desta greve os trabalhadores da Limpurb aumentaram o salário base de um salário mínimo para 2,3 salários mínimos, além de garantir a todos os trabalhadores da Limpurb os vale-refeições, antes privilégio de poucos funcionários da empresa. A partir daí o piso salarial manteve-se até o final do governo Lídice da Mata acima de dois salários mínimos, incorporando as perdas com a inflação acumulada e obtendo em alguns momentos pequenos ganhos reais no piso salarial.

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL (95-2000)

PERÍODO	VALOR
01/05/95	100,00

²⁷ Boletim o VASSOURÃO, número 80 de maio de 1996.

01/05/96	112,00
01/05/97	120,00
01/05/98	130,00
01/05/99	136,00
03/04/2000	150,00
01/05/2000	151,00

**TABELA COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DO
SALÁRIO BASE DA LIMPURB (95-96)**

ANO/SALÁRIO	INFLAÇÃO ACUMULADA AO ANO	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO	VALOR DO SALÁRIO BASE DA LIMPURB
95	14,77 %	100,00	243,62
96	9,33 %	112,00	258,36

Outra grande vitória, que vai inclusive garantir a ampliação do sindicato para além dos muros da Limpurb, foi a conquista em outubro de 1993, da isonomia de salários, em relação aos trabalhadores da Limpurb, para os empregados da PAVTER, que historicamente recebiam salários bem abaixo dos funcionários da Limpurb. Esta vitória tem um peso importante no fortalecimento do Sindlimp/Ba dado que, com o crescimento da terceirização na Limpeza Urbana, era necessário criar vínculos mais sólidos com os trabalhadores terceirizados. A partir daí os aumentos salariais conquistados para a Limpurb quase sempre eram acompanhados de aumento também para a PAVTER e as maiores empresas do interior, como a Limpec de Camacari, embora nem sempre os prazos para a incorporação deste valores coincidisse. Em janeiro de 1995, um aumento de 3,38% é alcançado para ambas as empresas, sendo que a PAVTER só libera o aumento para os seus funcionários no mês seguinte.

“LIMPURB PAGA 3,38% EM JANEIRO E PAVTER PAGA EM FEVEREIRO

Como parte do cumprimento do acordo assinado em outubro do ano passado, neste mês, a Limpurb estará pagando sobre os salários de dezembro o percentual e 3,38%. O mesmo deverá acontecer com a PAVTER no próximo mês de fevereiro. Este percentual pago pelas duas empresas, no entendimento delas é produtividade, mas no entendimento dos trabalhadores é um pouco das perdas salariais acumuladas de outubro /93 à setembro/94, que não foi repostas na data base, com o argumento do Plano Real que não houve perdas neste período.”²⁸

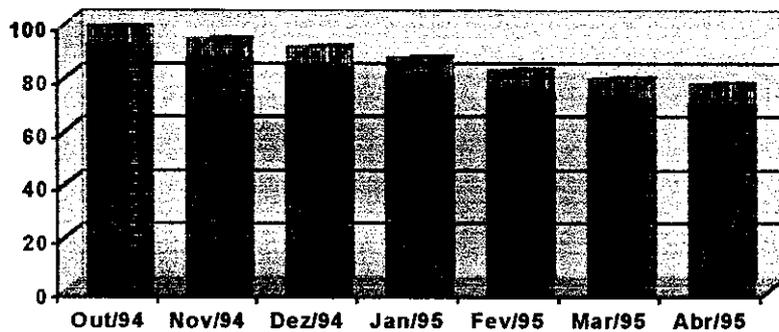
O sindicato conseguiu também em março de 1995, a liberação das contas do FGTS, que o governo havia autorizado por decreto-lei para uso no financiamento da casa própria. De acordo com o Sindlimp/Ba “*essas contas ficaram mais de três anos sem serem movimentadas porque a Limpurb deixou de fazer os depósitos*”²⁹ o que obrigou o sindicato a entrar na justiça para que o problema fosse regularizado, e os valores começassem a ser liberados.

Após a implementação do Plano Real, e a queda da inflação, o sindicalismo em geral passou por um refluxo que impedia a mobilização das suas categorias pela reposição aos salários das perdas da inflação. Em 1995, o DIEESE anuncia que as perdas acumuladas desde o início do Plano Real já chegavam a 24,20%, e o governo, através dos seus órgãos, apontavam perdas bem abaixo, que não passavam de 14,17%.

²⁸ Boletim O VASSOURÃO – ano V, número 47 de fevereiro de 1995.

²⁹ Boletim o VASSOURÃO – Ano V – número 48 de março de 1995.

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL



■ SALÁRIO REAL

DEFLATOR: ICV-DIEESE

A partir daí o movimento sindical em todo o Brasil se rearticula para exigir a reposição destas perdas, mas poucas categorias alcançam tal objetivo, e as que conseguiram reposição tiveram que se contentar com os índices do governo. O Sindlimp/Ba buscando também a reposição destes valores, realiza uma greve de 24h no dia 26 de maio de 1995, e em junho do mesmo ano as três maiores empresas (Limpurb, PAVTER e Limpec) concedem reajuste salarial de 14%, parcelados em duas vezes na Limpurb e PAVTER e em três vezes na Limpec. Nesta mesma greve os trabalhadores destas empresas conseguiram também aumento no valor do vale-refeição que passou de R\$ 3,00 para R\$ 4,50.

Vale ressaltar que poucas empresas conseguiram reposição das perdas do Plano Real, até porque várias delas ainda esperavam a reposição das perdas dos Planos Bresser e Verão, e as poucas que alcançaram, incluindo aí o Sindlimp/Ba, tiveram que se contentar com o índice do governo.

“A LUTA FAZ A LEI

Enquanto a lei do governo Fernando Henrique Cardoso determina que só pode reajustar os salários na data base da categoria, nós trabalhadores em limpeza, fizemos a nossa própria lei. Fora da data base que é ainda em outubro, conseguimos um reajuste de 14% a partir de junho. Embora este reajuste na Limpurb seja em duas parcelas de sete por cento e na Limpec (Camaçari) em três parcelas, ele significa um ganho enorme para os trabalhadores de limpeza, visto que as outras categorias não conseguiram.”³⁰

Outra preocupação constante do Sindlimp/Ba está relacionada aos valores pagos pelas horas extras, dado que este recurso é muito utilizado pela Limpurb e demais empresas de limpeza. Após solicitação à justiça o sindicato conseguiu que as porcentagens pagas pelas horas extras subissem de 50% para 100% em qualquer dia da semana. Além da hora extra também o adicional noturno (das 22:00h às 5:00h) foi aumentado, passando de 25% para 60%.

“HORAS EXTRAS AGORA É 100 POR CENTO, QUALQUER DIA

A justiça aprovou o pedido do sindicato de mudar o valor das horas extras de 50 para 100 por cento em qualquer dia da semana. Confira e procure o sindicato para denunciar o roubo. Cobre as diferenças de setembro de 94 a agosto de 95.

ADICIONAL NOTURNO É 60 POR CENTO

Mais uma vitória dos trabalhadores em limpeza. O adicional noturno, (das 2:00 às 5:00 horas) foi aumentado também. Passou de 25 para 60 por cento.”³¹

Além destas vantagens salariais o sindicato conseguiu melhorias nas condições de trabalho, como por exemplo o trabalho por turno e a carga horária diária de 6:30h. Desenvolveu também lutas gerais pela aposentadoria aos 25 anos de serviço para os trabalhadores em limpeza, de acordo com a constituição que oferece esse direito aos trabalhadores em condições insalubres, e a luta para igualar os salários dos trabalhadores da

³⁰ Boletim O VASSOURÃO – Ano V – número 54 de junho de 1995.

³¹ Boletim O VASSOURÃO – número 60 de agosto de 1995.

limpeza predial com os trabalhadores em limpeza urbana, que possuem quase o dobro do piso oferecido pelas empresas menores de limpeza.

O Sindlimp/Ba também manteve em sua pauta o controle e denúncia das pequenas empresas que pagam salários bem abaixo do piso definido em convenção coletiva e ainda deixam de pagar direitos trabalhistas, e da própria Limpurb, por várias vezes, desde a sua criação, envolvidos com casos de corrupção.

Desta maneira a consolidação do Sindlimp/Ba, enquanto legítimo representante dos trabalhadores em Limpeza, tanto oficialmente quanto no seio da categoria, vai sendo construído gradativamente com a incorporação de novas práticas políticas e a conquista de significativas vitórias trabalhistas. Vale ressaltar que a polarização, primeiro, frente ao Sintral e depois, frente a gestão da prefeita Lídice da Mata, foram importantes neste crescimento do Sindlimp/Ba, dado que combatendo o Sintral, um sindicato desmoralizado por denúncias de corrupção e por atrelamento ao patronato, e a prefeita Lídice da Mata, que por uma postura mais democrática permitiu o avanço das reivindicações do sindicato, o Sindlimp/Ba encontrou todas as armas necessárias para o seu fortalecimento e crescimento.

“A gente cresceu muito neste período (do Governo Lídice da Mata), ainda mais porque ele tem uma história de luta (...) ela tem um pensamento progressista, e não há dúvida que isso ajuda nas negociações (...), hoje com este outro governo isso não foi possível fazer, foi até regredindo nossas conquistas (...) mesmo ficando na luta, teve enfrentamento aí, no caso dos demitidos, mas não avançou praticamente nada”³²

³² Entrevista concedida pelo Dep. Estadual e Ex- coordenador do Sindlimp/Ba, Paulo Anunciação no dia 30 de janeiro de 2001.

O FORTALECIMENTO DURANTE A GESTÃO LÍDICE DA MATA

OS IMPACTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO ACÚMULO DE LIXO NUMA METRÓPOLE

A importância do controle do acúmulo do lixo nas sociedades urbanas, e também nas rurais está diretamente vinculado ao conceito de saúde pública¹, dado que nas atuais sociedades complexas, a preocupação com o controle de pragas e doenças infecto-contagiosas, alcança um importância enorme e acaba tendo reflexos nas práticas políticas dos governantes, em especial no âmbito municipal. Além da saúde pública, o turismo, importante fonte de renda em Salvador, é outro elemento diretamente ligado ao problema do acúmulo do lixo, e que portanto demanda soluções imediatas, sob o risco de prejuízos não só políticos, mas também financeiros.

Sendo assim, tornou-se comum, nas disputas políticas municipais, a questão do lixo, e da saúde pública, ser alvo de críticas constantes, e de formulações e proposições centrais nas campanhas dos candidatos em geral, sem distinção de matiz ideológica. Levando-se em conta que os problemas causados pelo acúmulo do lixo dificilmente são disfarçados, quase todos os governantes que não conseguiram amenizar os impactos deste problema, foram rechaçados nas urnas.

Um bom exemplo deste fato, é o mandato do prefeito de Salvador, Fernando José, que administrou a cidade de 1989 a 1992. Durante a sua gestão, os problemas causados pela debilidade da coleta de lixo foram tamanhos, que na sucessão municipal de 1992, a

¹ *Saúde pública*: arte e ciência que trata da proteção e melhoramento da saúde da comunidade, pelo esforço organizado dos poderes públicos e que inclui a Medicina preventiva e diversas formas de assistência social.
Fonte: Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa

candidata apoiada por ele, Maria Del Carmen, não conseguiu passar dos 3%, e o prefeito terminou a sua gestão com um índice baixíssimo de popularidade, tendo inclusive incorporado alcunhas relacionadas ao acúmulo do lixo na cidade².

Durante o governo Lídice da Mata, a questão do lixo já alcançava forte presença no debate político do período, tendo inclusive a prefeita, ainda candidata, assumido diversos compromissos com a empresa municipal de limpeza urbana, a Limpurb.

“Durante a minha campanha eleitoral, como prefeita, eu assumi um compromisso com a empresa que vinha passando por um período de muito, de perda de auto-estima, com a crise que se instalou na limpeza urbana em Salvador na gestão de Fernando José, chegou a ter aquela mosca que chamavam de “Fernandão” e tal, e, dos caminhos que nós acreditávamos que haveriam para reorganizar a limpeza na cidade sem que isso significasse a finalização da empresa, então eu fui a empresa, fiz assembleia, falei em cima do muro da empresa, conclamei os garis a um projeto diferente na administração, na nossa administração na prefeitura, e portanto tinha que acompanhar este processo para que ele realmente tivesse o retorno para aquele segmento que era o que nós havíamos prometido. Então durante todo o período da gestão a Limpurb foi privilegiada, digamos assim, mas não foi privilegiada por que foi uma coisa populista de campanha, é porque a Limpurb tem uma função central na cidade né, a conservação da cidade é essencialmente limpeza urbana visível, (...). Mas a Limpurb então ela tinha essa compreensão e deixou de ser uma empresa apenas para catar o lixo e pensando um projeto de limpeza mais global.”³

Apesar deste compromisso assumido pela prefeitura e de algumas mudanças importantes implementadas na empresa⁴, a Limpurb entra numa crise profunda, que vai levar a um aumento cada vez maior do acúmulo de lixo em Salvador, em especial no último biênio do seu governo. Este acúmulo vai ser duramente criticado pela imprensa baiana e principalmente pelas correntes de oposição à gestão de Lídice da Mata. No ano de 1995, o

² No final do governo de Fernando José a imprensa e o movimento social em geral passou a identificar o prefeito com um símbolo, que era representado por um mosquito, devido ao acúmulo do lixo na cidade.

³ Entrevista concedida pela Deputada Estadual Lídice da Mata, prefeita de Salvador durante o período de 1993-1996, no dia 30 de janeiro de 2001.

⁴ Destas mudanças, a mais significativa esta relacionada a ampliação da coleta de lixo em bairros da periferia, que antes a coleta regular não chegava.

jornal A Tarde publicou 22 matérias relacionadas a denúncias de moradores sobre o acúmulo do lixo nas suas ruas, demonstrando o quanto este tema possui uma centralidade no cotidiano municipal, e acaba tendo influência decisiva nos encaminhamentos políticos do período.

Esta cobertura, realizada pela imprensa baiana, sobre os problemas causados pelo acúmulo do lixo em Salvador, causou sérios prejuízos à imagem do governo de Lídice da Mata, já que ataca diretamente os pontos ao qual ela mais havia se comprometido em campanha. Embora algumas matérias publicadas no jornal A Tarde, isentem a prefeitura da responsabilidade pelo acúmulo, transferindo-o para a população em geral, a grande maioria das matérias não hesita em apontar a prefeita, e a má utilização dos recursos públicos por parte da mesma, como a principal responsável pelo problema. Abaixo encontra-se um exemplo desta dubiedade das informações veiculadas pela imprensa escrita:

“POVO RECLAMA DA SUJEIRA EM DIVERSOS BAIRROS DA CIDADE

Embora a coleta das 100 toneladas diárias de lixo em vários pontos seja regular, existem ainda várias reclamações. A direção da empresa alega que o problema se encontra na população que não tem o costume de colocar o lixo nos locais adequados”⁵

“LIXO TOMA CONTA DA CIDADE

Em algumas artérias de Salvador são os carros que expulsam os pedestres para o meio das ruas ocupando os passeios, mas na rua Bahia no Alto do Peru, é uma montanha de lixo que toma conta do passeio, invadindo até metade da rua (...) o problema do lixo já virou calamidade com a falta de coleta por parte da prefeitura” (Grifos nossos)⁶

É fato que a grande importância dada pelo jornal A Tarde à cobertura dos problemas causados pelo acúmulo do lixo em Salvador é resultado da combinação de interesses

⁵ Matéria veiculada no jornal A Tarde no dia 14 de julho de 1995.

⁶ Matéria veiculada no jornal A Tarde no dia 28 de novembro de 1995.

jornalísticos e políticos, dado a proximidade neste período da eleição municipal. Desta forma o vespertino baiano vai contribuir de sobremaneira para o enfraquecimento da gestão Lídice da Mata, provando o papel central exercido pela mídia na política da atualidade.

A principal causa apontada por todos os principais atores sociais envolvidos no problema do acúmulo cada vez maior do lixo na cidade é, sem dúvida, a crise que se instalou na Limpurb durante o governo Lídice da Mata, crise esta que já possuía antecedentes oriundos das administrações anteriores. Vários problemas cercaram a Limpurb durante o final do governo de Lídice da Mata, tais como acusações de corrupção, altos salários para alguns privilegiados funcionários⁷, pagamento de horas extras inexistentes⁸, fraude de documentos visando progressões salariais dentro da empresa⁹ e até desvio de vales-refeição que deveriam ser entregues aos garis.

“NOVO ESCANDÁLO SACODE A LIMPURB –

Os vales-refeição que faltavam ao peão sobravam no bolso do chefão. É triste a vida do trabalhador da Limpurb. Trabalhando às vezes mais de 12h de correria atrás dos caminhões fedorentos e sem manutenção, quando pedia o vale-refeição da dobra do turno, a conversa dos chefes é que não tinham (...). Agora depois que os comilões brigaram, toda a verdade foi descoberta. Sales, gerente de manutenção, e uma galera, desviavam os vales-refeição da peãozada para promover altos churrascos nos fins de semana. A Limpurb tentou a todo custo esconder o escândalo e não conseguiu, só teve como solução demitir os dois mais envolvidos que foram Sales e Wagner, seu afilhado.”¹⁰

⁷ “MARAJÁS À DISPOSIÇÃO INCIAM A FOLHA DA LIMPURB. Ana Elizabeth, Edson Matos, Alceu. Vocês se lembram? Foram alguns diretores da Limpurb que até hoje, 10, 15 anos depois, ainda mama nas tetas dessa “vaca”, que não agüenta mais. Tem razão a Pavter fazer limpeza mais barata!” Boletim o Vassourão, número 57 de julho de 1995.

⁸ “HORAS EXTRAS FANTASMAS NA NOITE DA LIMPURB. Descobrimos que tem horas extras fantasmas nas madrugadas da Av. San Martin, e o pior é que esse fantasma é de carne e osso. É o encarregado de transporte do turno da noite, Sr. Borges. Ele aparece, bate o cartão e desaparece nas sombras da noite, com a hora extra comendo no centro (...)” – Boletim o Vassourão, número 77 de fevereiro de 1996.

⁹ ATESTADOS DE ESCOLARIDADE FALSOS – NÃO SOMOS OS ÚNICOS CULPADOS! Apesar do sindicato estar acompanhando este assunto há bastante tempo, só agora ele foi notificado pela grande imprensa. (...) Não é possível que nós sejamos crucificados e os dirigentes que empregam e promovem a vontade fiquem impunes.” Boletim o Vassourão, número 84 de agosto de 1996.

¹⁰ Boletim o Vassourão – ano V – número 80 de maio de 1996.

Além dessas acusações, a Limpurb foi palco em 1995 de um escândalo de corrupção envolvendo o seu presidente, a época, Joselito Alves, acusado de favorecer parentes e privilegiar uma empresa ligada a família. De acordo com Lídice, nada foi provado “*contra ele, qualquer corrupção, mas eu (Lídice) considereei que havia perdido a confiança nele já que numa lista de funcionários que ele me apresentou para contratação de garis num período que nós contratávamos para carnaval, e assim por diante, ele me omitiu o fato de haver, de ter havido a contratação de pessoas da família dele. Então quando isso veio a tona, junto com as outras denúncias, então considereei que aquele dado era um dado grave demais, que para mim ameaçavam mesmo a capacidade técnica dele, que era indiscutível (...)*”¹¹. Por causa desta denúncia, Joselito Alves foi demitido pela prefeita, e sofreu um inquérito administrativo e policial que, ao final, nada provou contra ele. Ainda assim estas acusações contribuíram, principalmente devido à repercussão na imprensa¹², para o enfraquecimento da Limpurb.

Outro dado importante desta crise foram os elogios, recebidos por Joselito Alves, do Sindlimp/Ba, que tinha no ex-presidente um canal aberto de diálogo durante a sua gestão. Com o agravamento da crise o Sindlimp/Ba, temendo o uso da Limpurb como trampolim político, inicia uma campanha visando pressionar a prefeita para que fosse indicado imediatamente um novo presidente para a Limpurb, com características técnicas e que fosse “prata da casa”. O Sindlimp/Ba inclusive realizou uma greve de 24 horas no dia 30 de janeiro para acelerar a resolução do problema.

¹¹ Entrevista concedida pela deputada Estadual e ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata, no dia 30 de janeiro de 2001.

¹² Ver jornal A Tarde, do dia 27/01/1995 e 28/09/1995.

“PARALISAÇÃO – RELÂMPAGO

Salvador amanheceu ontem sem coleta de lixo devido a greve de 24 horas decretada ontem pelo Sindlimp/BA. A paralisação acabou a tarde após reunião com a prefeita Lídice da Mata. O motivo da greve está relacionado a crise interna da Limpurb. O Sindlimp exige a indicação imediata de um novo diretor e manutenção do diálogo que existia anteriormente. Paulo Anunciação, coordenador do sindicato elogiou o trabalho realizado por Joselito Alves”¹³

Após a paralisação, a prefeita nomeou uma diretoria interina, tendo à frente o técnico da empresa, Carlos Marques, que ficará no cargo até meados de 96. Para o Sindicato a nomeação de Carlos Marques, que era ligado a Joselito Alves, garantiu o canal de diálogo que já existia, e que vai ser fundamental para o alcance das conquistas trabalhistas no período.

Embora todos estes problemas internos à Limpurb tenham causado graves problemas administrativos, a principal razão da crise que tomou conta da empresa é sem dúvida o acúmulo das dívidas oriundas de gestões anteriores e que se agravaram durante a gestão Lídice da Mata. Após 16 anos de existência, a Limpurb acumulava em outubro de 1995, uma dívida superior a R\$ 158 milhões, seis vezes a mais do que a arrecadação mensal da prefeitura municipal de Salvador, que girava em torno de R\$ 28 milhões no período. Grande parte deste débito é resultado do acúmulo de encargos sociais, (a Limpurb devia R\$ 92 milhões ao INSS e ao FGTS). A folha mensal da Limpurb equivalia em outubro de 95 a R\$ 3,2 milhões, e a empresa recebia por mês apenas R\$ 4,3 milhões, tendo um custo geral, incluindo a folha de pagamento, de R\$ 5,5 milhões, ou seja, a empresa acumulava mensalmente um déficit de R\$ 1,2 milhões. De acordo com a direção da empresa, grande parte da dívida já havia sido negociada com as empreiteiras.

¹³ Jornal A Tarde, de 31 de janeiro de 1995.

Um dos problemas relacionados a este endividamento é o alto número de funcionários da empresa. Eram 3.800 em 1995, sendo que destes 3.400 funcionários trabalhavam nas ruas. Outro problema grave é o envelhecimento da mão-de-obra, dado principalmente ao alto grau de insalubridade do serviço. Cerca de 25% do quadro está acima dos 40 anos de idade, sendo 12,5% com mais de 50 anos. Como forma de reaproveitar esta mão de obra, 770 funcionários da Limpurb foram transferidos para outros órgãos, 220 só durante o governo Lídice da Mata. Vários destes funcionários ainda encontram-se sem funções definidas nos novos órgãos e muitos outros tem tido problemas de adaptação e, embora não estejam mais a serviço da Limpurb, recebem os seus salários na mesma folha dos outros trabalhadores da empresa, onerando ainda mais o custo mensal, sem retorno, da Limpurb.

“A Limpurb foi foco de uma crise permanente no governo, porque apesar do nível de investimentos que nós fazíamos na Limpurb, a Limpurb vinha de uma herança difícil, com muitas irregularidades dentro da administração da empresa, e com um quadro de pessoal muito grande. Dizer muito grande não quer dizer que ela devesse ter menos três mil funcionários em serviço, não é verdade, pra limpar uma cidade como Salvador a empresa precisava ter uma quantidade grande de funcionários, tanto precisava que o prefeito demitiu, mas recontratou um grande número pela terceirização, pela Vega e outras empresas que atuam junto a Vega, e junto com o quadro da prefeitura diretamente também. Mas é que justamente por estar submetido a um rigor e relação de trabalho diferente da empresa comum, a Limpurb precisa ter uma rotatividade de mão de obra porque a mão-de-obra fica obsoleta ou envelhecida muito rapidamente, pelas condições de trabalho e insalubridade do recolhimento do lixo, por isso mesmo nós tínhamos um grande número de funcionários que já não tinham condições de trabalhar e que eram um peso real na empresa, mesmo passados a uma condição de novas tarefas, reaproveitados em programas de reciclagem de lixo que nós tentamos implantar, (...) transferimos para diversos órgãos da prefeitura, para justamente reaproveitá-los dado a dificuldade de manter um quadro de pessoal com 16 anos de trabalho por exemplo para recolher o lixo, com 17 anos”¹⁴

A prefeitura ainda tinha um débito muito grande com a Pavter, empresa particular que também realizava a coleta de lixo em Salvador. Embora o custo da tonelada de lixo cobrada

¹⁴ Entrevista concedida pela Deputada Estadual e ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata em 30 de janeiro de 2001.

pela Pavter fosse bem abaixo do custo da Limpurb, a prefeitura acabou acumulando cerca de R\$ 50 milhões em dívidas com esta empresa.

Várias tentativas de amenizar o problema foram aplicadas pela prefeitura. Como forma de diminuir o custo diário da coleta de lixo na cidade, a Limpurb resolveu adotar em dezembro de 1995, a coleta alternada do lixo, que reduzia o trabalho de recolhimento nas ruas a apenas 3 dias por semana. Esta decisão foi duramente criticada pela imprensa e pela população, que desconfiava dos resultados desta medida.

“ POVO TEME O FRACASSO DA COLETA ALTERNADA DE LIXO

A Limpurb acredita que a mudança da coleta, reduzida a apenas 3 dias na semana, vai representar 30% de economia em relação as despesas de R\$ 2,35 milhões que representam o custo da coleta diária.

A população dos bairros onde o acúmulo é visível questionam a determinação. Segundo Carlos Marques, presidente da Limpurb, a mudança não prejudicará a produção dos garis.¹⁵

Esta medida foi tomada pela prefeitura após a derrubada do projeto apresentado pelo governo que pretendia implantar a cobrança de uma Taxa de Lixo em Salvador. Nesta medida foi depositada toda a esperança da Limpurb, para resolver o problema da limpeza urbana.

De acordo com Lídice da Mata, a cobrança desta taxa injetaria as verbas necessárias para o pagamento das dívidas da empresa e para a manutenção da coleta diária. O projeto de cobrança da Taxa de Lixo já existia antes do governo Lídice da Mata, e foi recuperado por ela, com algumas alterações, para ser implementada em Salvador. Este projeto foi apresentado ao Sindlimp/Ba como a única forma, naquele momento, de superar a crise e impedir o fechamento ou privatização da Limpurb. A categoria dos trabalhadores em

¹⁵ Jornal A Tarde, de 5 de dezembro de 1995.

limpeza, reunidos no IIº Congresso, em agosto de 95, resolve aprovar a idéia e passa a defender conjuntamente a prefeitura, a aprovação do projeto.

“II ° CONGRESSO APROVA TAXA DE LIXO E CONSELHO ADMINISTRATIVO PARA A LIMPURB

Com a participação de mais de 150 pessoas entre delegados, observadores, palestrantes e convidados, realizou-se nos dias 28, 29 e 30 deste mês (agosto), no ginásio do SESI-Retiro, em Salvador, o II CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA DO ESTADO DA BAHIA, tendo como principal objetivo apontar uma saída para a questão da limpeza urbana, que esta tendendo para a privatização, terceirização, ou mesmo a concessão.

Os trabalhadores encontraram como solução para o problema a busca de um financiamento da limpeza, através da taxa de lixo, que seria paga pelas empresas, condomínios particulares e residências de médio e alto padrões de luxo. E para que estes recursos não sejam utilizados para outros fins deverá ser criado um CONSELHO ADMINISTRATIVO para dirigir a Limpurb, formado por representantes da sociedade civil, organizada, trabalhadores da empresa e prefeitura.”¹⁶

A categoria realizou inclusive uma passeata no dia 24 de agosto, com a participação de cerca de 3 mil funcionários¹⁷ da Limpurb (um mil de acordo com o jornal A Tarde¹⁸) da sede da empresa até a Câmara Municipal, buscando sensibilizar a população e os vereadores sobre a crise por que passa a Limpurb e a necessidade da implantação da Taxa de lixo.

O projeto apresentado pela prefeita Lídice da Mata, que previa a cobrança da Taxa de Lixo foi apresentado pela primeira vez em agosto de 1995, sendo derrubada pelos vereadores, que alegavam inconstitucionalidade da matéria. A prefeitura recorre da decisão, vetando a aprovação do projeto de autoria do vereador Batista Neves, a época sem partido, que impedia a possibilidade de cobrança da Taxa de Lixo.

¹⁶ Boletim o Vassourão, número 60 de agosto de 1995.

¹⁷ “GALERA DA LIMPURB FOI À CAMARA DE VEREADORES E FOI NOTÍCIAS EM TODOS OS JORNAIS”- Boletim o Vassourão, número 65 de setembro de 1995.

¹⁸ “GARIS FAZEM PASSEATA PARA DENUNCIAR CRISE NA LIMPURB”- Jornal A Tarde DE 25 DE AGOSTO DE 1995.

O veto da prefeitura recebe de imediato o apoio de vereadores da direita, e é rechaçado pelo grupo dos nove, composto por vereadores da esquerda, além de ser questionado por vereadores que inclusive compunham a base de sustentação da prefeita, como o caso da vereadora Yolanda Pires, do mesmo partido que a prefeita Lídice da Mata, o PSDB.

“VEREADOR DEFENDE VETO DA PREFEITA

Osório Vilas Boas (sem partido) declarou ser favorável ao veto de Lídice ao projeto contra a Taxa de Lixo. Para ele os países da Europa adotam a taxa de lixo e por isso possuem uma coleta mais eficiente. O seu suplente na Câmara de Vereadores, Castello Branco (PTB) declarou que vai votar de acordo com Osório, a favor do veto.¹⁹

“TAXA DE LIXO VOLTA A MOBILIZAR VEREADORES

A discussão sobre o veto pode ser reiniciada, mas a votação só deve ocorrer após o feriado. O autor do projeto vetado, Batista Neves (sem partido) alega que a crise na Limpurb não justifica a cobrança de mais um imposto.²⁰

A votação do veto foi realizada no dia 18 de outubro e, apesar do esforço da prefeita, que inclusive havia realizado debates entre os vereadores na tentativa de convencê-los da importância da taxa, foi derrubado por ampla maioria, 27 votos contra o veto, pela manutenção do projeto de Batista Neves e 7 a favor do veto da prefeita.

Com a derrubada do veto, a situação da prefeitura se tornou mais delicada não só financeiramente, mas também politicamente, dado que já não contava com o apoio de vários vereadores, inclusive os da esquerda.

“Posteriormente, já num período de rompimento, a câmara revogou a taxa de lixo por si só, e veio aprová-la um ano depois, também da maneira mais inconstitucional possível, para garantir os recursos para a Limpurb para o novo governo, (inclusive na época houve um veto) que também foi derrubado na Câmara, (com o voto do

¹⁹ Jornal A Tarde de 26 de setembro de 1995.

²⁰ Jornal A Tarde de 9 de outubro de 1995.

bloco independente que incluía o PT), que consideramos teve uma posição incorreta²¹

Mais adiante com o agravamento da crise da Limpurb, a prefeitura passa a colocar toda a responsabilidade sobre os vereadores que votaram contra a Taxa de Lixo. Em relação ao financiamento dos serviços de limpeza, o jornal A Tarde registrou em 24 de novembro de 1995, a prefeita afirmar que *"a cobrança da taxa de lixo é o caminho mais democrático, sem ela, a prefeitura não tem condições de manter a limpeza em níveis indispensáveis à saúde pública"* Para Lídice *"a câmara não entendeu a importância que a taxa de lixo representa para a cidade"*

Até o final do seu mandato, a Limpurb não encontrará soluções definitivas para os seus problemas financeiros, sendo obrigado, para manter o pagamento da folha, realizar contenções drásticas de gastos, inclusive com diminuição dos carros a serviço da empresa, e outros gastos menores.

*"(...) Na Limpurb o corte atingiu 25% dos cargos a serviço da empresa (...). A prefeita aproveitou a ocasião para solicitar a colaboração do Sindlimp na elaboração de um documento com sugestões de despesas que possam ser reduzidas na Limpurb. "É desta forma que vamos ter que lutar até superar esta crise, disse. Durante seus encontros com os trabalhadores, a prefeita reafirma a prioridade que sua administração vem dando a limpeza urbana em Salvador e lembrou que pela primeira vez, este serviço tem sido levado aos bairros pobres da cidade (...)"*²²

Neste quadro, onde a gestão à frente da prefeitura declara abertamente sua prioridade com a Limpurb, e os prejuízos políticos causados pelo acúmulo do lixo na cidade são enormes, o Sindlimp/Ba vai encontrar o espaço político, do qual precisava, para desenvolver a sua ação sindical e conquistar importantes vitórias trabalhistas.

²¹ Entrevista concedida pela Deputada Estadual e ex-prefeita Lídice da Mata em 30 de janeiro de 2001.

²² Jornal A Tarde de 21 de novembro de 1995.

A HEGEMONIA NEGOCIADA ENTRE PREFEITURA E SINDICATO

O final da gestão de Lídice da Mata a frente da prefeitura aguçou contradições na esquerda soteropolitana, que até 1996 não existiam, já que houve um gradativo afastamento dos partidos de esquerda da prefeitura, que inclusive levou a uma composição dividida entre os mesmos na sucessão municipal seguinte.²³

Mas vale ressaltar que Lídice da Mata antes de se tornar prefeita de Salvador, já havia ocupado vários cargos parlamentares pelo PCdoB, tendo sido vereadora e Deputada Federal constituinte, além de haver concorrido ao governo do Estado também por este partido. Durante esta sua trajetória, reconhecidamente de esquerda, a prefeita Lídice da Mata sempre demonstrou uma capacidade de diálogo sincero com os movimentos sociais, que se manteve, com pequenas alterações, durante o seu mandato como prefeita.

O Sindlimp/Ba foi um dos favorecidos com este espaço, já que contou a todo instante com a predisposição da prefeita, ao menos para ouvir suas reivindicações. A presença constante da prefeita nos atos do sindicato, e a determinação da mesma para que os diretores da Limpurb sempre comparecessem às assembleias do Sindicato é uma prova disto.

“(...) Havia democracia, havia liberdade, que havia espaço, porque eles podiam contar até numa assembleia de greve com a presença da prefeita, pra responder, a presidente da empresa estava lá, era ordem minha que fossem em Assembleia, todos os presidentes da empresa participavam da assembleia nos momentos chaves

²³ Nas eleições municipais de 1996, a esquerda apresentou duas chapas distintas, uma encabeçada pelo PT, tendo o então deputado estadual Nelson Pellegrino como candidato, apoiado por PT, PCdoB, PSB, PV, PPS e PCB, e a outra encabeçada pelo PSDB, com o então deputado federal Domingos Leonelli como candidato apoiado pelo PSDB e pelo PDT, além do apoio da própria prefeita Lídice da Mata.

da negociação, eram obrigados a negociação, a negociação passava por mim pessoalmente ...²⁴

Outra demonstração clara do privilégio dado a Limpurb pela prefeita esta relacionado com os pagamentos que eram efetuados. Mesmo sofrendo uma crise gravíssima com a falta de verbas, o salário dos trabalhadores da Limpurb dificilmente atrasava, tendo só registrado atrasos nos meses finais da gestão. Em várias referências levantadas esta característica é percebida. Numa matéria publicada na seção opinião do jornal A Tarde de 21 de setembro de 1995, é comentada os enormes atrasos no pagamento dos servidores municipais, ressaltando que além da Câmara Municipal, que não sofre com os atrasos, a Limpurb é a única privilegiada no particular afirmando que “*uma greve dos garis tem certamente conseqüências indesejáveis*”.²⁵

A própria ex-prefeita afirma este privilégio: “*A Limpurb tinha uma situação tão privilegiada em relação a prefeitura que, quando nós começamos a atrasar (o pagamento da folha) a prefeitura, assim um ano antes da Limpurb, e a Limpurb nós nunca atrasávamos, atrasamos a Limpurb assim, nos últimos meses do governo, últimos mesmo, de outubro, novembro e dezembro, de 96*”. Ainda de acordo com a ex-prefeita esse “*era inclusive um privilégio que era reclamado por toda a prefeitura, por todos os funcionários.*

..26

O próprio sindicato, em seus boletins, deixa transparecer que já contava, em alguns momentos com esta relação privilegiada. No boletim o Vassourão número 74 de janeiro de

²⁴ Entrevista concedida pela deputada estadual e ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata em 30 de janeiro de 2001.

²⁵ “A Prefeitura as Cascas” – Jornal A Tarde, quadro Opinião, de 21 de setembro de 1995.

²⁶ Entrevista concedida pela deputada estadual e ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata em 30 de janeiro de 2001.

1996, o título da matéria principal deixa bastante claro esta confiança: "*Prefeita chora mas paga*"²⁷, matéria essa que discorria acerca da luta pelo pagamento das gratificações pela operação carnaval de 96.

Quanto aos atrasos nos pagamentos, o Sindlimp/Ba não hesitou, em nenhum momento, em pressionar a prefeita buscando a rápida resolução do problema. Tanto no final de 1995²⁸, quanto no final de 1996²⁹, o sindicato realizou diversas assembléias e movimentações visando pressionar a prefeita para o imediato pagamento dos salários atrasados, e em ambas as vezes, conseguiu resultados favoráveis.

Além destes movimentos desenvolvidos pelo Sindlimp/Ba de caráter mais imediato, o sindicato esteve envolvido no último biênio do governo de Lídice da Mata, com cinco grandes movimentos que visavam melhorias salariais para a categoria. Quais sejam: A luta pela reposição das perdas do Plano Real relativos ao período entre outubro de 1994 e abril de 1995; a luta pela reposição das perdas referentes aos antigos planos Bresser, Verão e Collor; a campanha pela implantação do Plano de Cargos e Salários e os movimentos por aumento salarial nas datas-base de outubro de 95 e outubro de 96.

AS VITÓRIAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO PERÍODO

O movimento pela reposição das perdas salariais referentes à inflação acumulada no período que vai de outubro de 1994, mês em que o Plano Real é implantado, a abril de 1995, toma contornos nacionais, e estas passam a ser defendidas por quase todos os

²⁷ "PREFEITA CHORA MAS PAGA. Os trabalhadores da Limpurb já se prepararam para agüentar mais uma choradeira da prefeita Lídice da Mata. Tá na hora de pagar a gratificação da operação carnaval. Mas vamos à luta, ela chora, mas acaba entendendo que a limpeza está em primeiro plano. Vamos discutir os valores e os critérios de participação" (grifos nossos). Boletim o Vassourão, número 74 de janeiro de 1996.

²⁸ Ver boletins o Vassourão números: 69 de outubro de 1995, 71 e 73 de dezembro de 1995.

²⁹ Ver boletim o Vassourão número 89 de dezembro de 1996.

sindicatos cutistas. E inclusive tornou-se uma questão política central, após a greve dos petroleiros, que passaram a reivindicar este direito. Em abril de 1995 o Sindlimp/Ba já realizava chamadas à sua categoria acerca da necessidade da mobilização para garantir a reposição destas perdas salariais.

**“CAMPANHA SALARIAL EMERGENCIAL
MOBILIZAÇÃO POR REPOSIÇÃO JÁ**

Está na hora de nos mobilizarmos pela reposição das perdas salariais referentes ao PLANO REAL. Todos sabemos que as dificuldades serão muitas, entretanto a nossa disposição para lutar, mais uma vez haverá de prevalecer. Outras categorias tem se mobilizado neste sentido, a exemplo dos Rodoviários, com vitórias expressivas.

AGORA É A NOSSA VEZ!”³⁰

Em maio do mesmo ano, o governo, através do IBGE, divulga o seu índice referente às perdas acumuladas do Plano Real, que ficou em 14,17%. O DIEESE, órgão ligado aos sindicatos, através de seus cálculos, chegou a um índice bem maior que indicava perdas de 24,20% no poder aquisitivo do salário. O debate em torno dos índices anunciados vai por em lados opostos os sindicatos e o governo, que no início não queria reconhecer a existência de perdas a partir do plano Real.

Cada sindicato desenvolveu sua luta específica buscando negociar com as empresas a reposição. O Sindlimp/Ba, após algumas tentativas de negociação, chega a realizar duas greves de 24 horas, nos dias 26 e 29 de maio, e acaba conseguindo um acordo com a Limpurb que concedia 14% de aumento a serem pagos em duas parcelas de 7%, uma já em junho e outra em julho³¹. Além deste reajuste salarial, os trabalhadores da Limpurb

³⁰ Boletim O Vassourão número 49 de abril de 1995.

³¹ Boletim o Vassourão, número 54 de junho de 1995.

conseguiram um aumento significativo de 50% no valor do vale-refeição, que passou de R\$ 3,00 para R\$ 4,50³².

Esta negociação, embora vitoriosa, foi feita em passos bem definidos, onde o sindicato também cedeu nas suas reivindicações. De início a luta do sindicato era pela reposição de acordo com o índice do DIEESE, que apontava perdas de 24,20%. No decorrer da negociação, o Sindlimp/Ba passa a apontar com meta o reajuste de 14,07%, que equivalia ao índice apontado pelo IBGE em uma só parcela, e aumento no vale-refeição que deveria passar para R\$ 5,00³³. Ao final das negociações, o sindicato aceitou o parcelamento do reajuste salarial e um valor menor para o vale-refeição, embora ainda assim o resultado do movimento tenha sido amplamente favorável à categoria, principalmente se levarmos em conta a já anunciada crise financeira do município.

Outro movimento importante conduzido pelo Sindlimp/Ba foi a luta pela reposição das perdas referentes aos Planos Bresser, Verão e Collor. Numa luta que se arrastava na justiça, o sindicato voltou a mobilizar a categoria para as audiências na justiça que analisaram a questão. Em 26 de maio a 3ª junta de Conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, concluiu o processo e nega o reajuste influenciado diretamente pela pressão do governo federal que não pretendia “prejudicar” o Plano Real, nem se enfraquecer frente a greve dos petroleiros.

“JUSTIÇA DO TRABALHO NEGA O QUE FALOU E MANDA NÃO PAGAR O PLANO BRESSER

Justiça só para PPP (pobre, preto e ...). Imaginem só, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, através dos enunciados n.º 316 e 317, orienta os Tribunais Regionais que é direito adquirido pelos trabalhadores os reajustes do Plano BRESSER e VERÃO. Ai vem o Supremo Tribunal Federal (STF) com o ementário n.º 1737/04 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 694-1,

³² Boletim o Vassourão, número 55 de junho de 1995.

³³ Boletim o Vassourão, número 53 de maio de 1995.

considerando tanto o plano BRESSER, como o VERÃO, inconstitucionais e ilegais, para não prejudicar o Plano Real e também não aceitar o acordo dos petroleiros com Itamar franco no ano passado, que garantia o pagamento desses planos pela Petrobrás.

Vejam só, o TST então volta atrás e publica as Resoluções n ° 37 e 38 cancelando os enunciados n ° 316 e 317 que concedia direitos aos plano BRESSER E VERÃO.

É pura sacanagem com os trabalhadores e ainda condenou os sindicatos que reclamaram, a pagar multa. (grifos nossos)³⁴

Fica claro que esta derrota sofrida pelo Sindlimp/Ba é influenciada principalmente por questões de caráter nacional, onde os interesses do governo federal foram mais fortes que a livre negociação entre o sindicato e a empresa. Fortalece também a idéia de que, em nome do interesse em manter intacta a sua política econômica, o governo não hesitou em se utilizar de todos os mecanismos possíveis para impedir o reajuste.

Outra importante conquista do sindicato foi a implantação do Plano de Cargos e Salários da Limpurb. Este plano garantiu ganhos salariais reais para a maioria dos trabalhadores da Limpurb, que variavam de 3,85% a 50%, e nivelou os salários dos agentes de limpeza, que antes eram agrupados em três faixas, e agora estão equiparados na mesma faixa.

“PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS TRAZ NOVOS SALÁRIOS

Este mês de novembro será implantado a primeira parte do Plano de Cargos e Salários que deverá ser concluído até dezembro. Teremos então os ganhos reais nos salários dos trabalhadores que terão variações, que vão desde 3,85% até casos de mais de 50%. Agora quem tiver condições técnicas e tempo de serviço, não pode ficar debaixo dos novos sem conhecimentos, como acontecia antes. Outro fato interessante é a equiparação salarial de todos os agentes de Limpeza I, II e III a uma única faixa salarial de agente de limpeza urbana (...).³⁵

³⁴ Boletim o Vassourão, número 57 de julho de 1995.

³⁵ Boletim o Vassourão, número 69 de outubro de 1995

A negociação do sindicato com a Limpurb foi tranqüila, inclusive tendo deixado surpresa a direção da empresa, quando o Sindlimp/Ba convocou os trabalhadores da Limpurb para uma greve de 24 horas visando pressionar a empresa a aplicar o Plano de Cargos e Salários, que segundo a Limpurb já havia sido concedido.

“PARALISAÇÃO NA LIMPURB DEIXA DIREÇÃO SURPRESA

O Sindlimp decidiu parar na segunda o trabalho por 24 horas. A exigência da greve é o Plano de Cargos e Salários (PCS), pleito já atendido pela Limpurb que na Sexta assinou a portaria 078/95 criando uma comissão composta por 11 empregados, incluindo um diretor do sindicato, encarregada de implantar o novo PCS já a partir do dia 25. Ainda assim o Sindlimp/Ba bloqueou os portões na San Martin, fez Assembléia e decidiu pela paralisação que não atingiu todo o efetivo.”³⁶

Com a definição do mês da Data-Base da categoria para o mês de outubro, o Sindlimp/Ba, tanto em 95 quanto em 96, se organizou através das campanhas salariais para exigir reposições salariais e vantagens trabalhistas da Limpurb. Assim, em outubro de 1995, após ter alcançado importante vitória na luta pela reposição das perdas do Plano Real, o Sindlimp/Ba iniciou as mobilizações para exigir aumento salarial da Limpurb. No dia 9 de outubro de 1995, os trabalhadores da Limpurb se reuniram em assembléia e apresentaram a pauta de reivindicações à empresa, que exigia os 24% das perdas acumuladas em um ano e 5% de ganho real.

“LIMPURB SUSPENDE VARRIÇÃO E EXISTE AMEAÇA DE GREVE GERAL
Reunidos em Assembléia geral, ontem pela manhã na porta da empresa em San Martin, os funcionários da Limpurb decidiram suspender por um dia a já precária coleta de lixo, e segunda admitem deflagrar uma greve geral se as reivindicações da categoria não forem atendidas.

Eles querem % de ganho real sobre os 10,35% do IPCr e INPC a que tem direito e mais a concessão de uma cesta básica.

³⁶ Jornal A Tarde do dia 18 de julho de 1995.

A Limpurb oferece 1% de ganho real e o café da manhã no lugar da cesta básica. O café é normalmente oferecido. Os dois lados não estão dispostos a ceder (...).³⁷

Após rápida negociação com a Limpurb, a categoria conseguiu uma série de vantagens, além do aumento de 24% no salário, descontados a antecipação conquistada em junho, além de ganho real de 1% em janeiro.

“ACORDO COM A LIMPURB CONQUISTA REIVINDICAÇÕES HISTÓRICAS

Com o governo Federal anunciando até deflação (..) no mês de setembro, e com a inflação acumulada no período de outubro/94 a setembro/95, de 24%, ficou realmente difícil se conseguir reajustes nos índices desejados pela maioria dos trabalhadores que sabem que o DIEESE (...) chegou a um índice bem superior a este. (...) Só nos restou fechar o acordo garantindo para o mês de outubro o índice da inflação do período (24%), descontando a antecipação de 14%. (...) Além disso houveram outras conquistas, como 20% no prêmio férias, horas extras de Segunda a Sexta 60%, Sábado após as 22:00, domingos e feriados 120% (...).³⁸

A última grande vitória do Sindlimp/Ba diante da gestão Lídice da Mata ocorreu na data-base de outubro de 1996, quando diante de um quadro de refluxo em que o governo federal não apresentava disposição a negociar as perdas nas respectivas datas-base, propondo inclusive alterações na regulamentação trabalhista que, ao aplicar a livre negociação, impunha aos trabalhadores o fim das datas-base. Faltando cerca de 10 dias para a data-base da categoria, o Sindlimp/Ba convocou assembleias nas empresas, para apresentar as reivindicações dos trabalhadores. A proposta inicial exigia reposição de 21% mais aumento real de 10% nos salários.

A negociação com a Limpurb é dificultada, devido a crise financeira já anunciada pela prefeitura, que anuncia não ter dinheiro para repor os 2% de perdas, mas o sindicato resolve manter a posição e levar o movimento adiante. De acordo com a ex-prefeita Lídice

³⁷ Jornal A Tarde de 10 de outubro de 1995.

³⁸ Boletim o Vassourão, número 69 de outubro de 1995.

da Mata, o Sindlimp/Ba *“tinha percepção (da crise), mas no entanto a luta sindical corporativa, levou a um caminho sem volta de despolitizar dentro daquele contexto e interesses diversos (...)”* e acabou enfrentando a prefeitura num momento delicado da mesma.

“E AGORA LIMPURB?

Prefeita diz não ter condições para recuperar perdas salariais do trabalhador
Se a prefeitura não tem dinheiro para repor nossas perdas salariais de 21%, não é problema nosso. Nós trabalhadores queremos garantir a recomposição de nossos salários. Ou seja, colocar no salário o que a inflação comeu, durante o período out/95 a set/96.

Todo mundo lá na assembléia para decidir os rumos do movimento. A comissão e a diretoria já foram até onde puderam. Agora é com a categoria. Ou tudo ou nada!³⁹

Ao final das negociações a Limpurb acaba assinando acordo com o Sindicato, repondo as perdas de acordo com os valores apresentados pelo IBGE, que não ultrapassavam os 12,99%, mais ganho real de 1% nos salários. Além de aceitar mais uma vez o parcelamento da reposição.

“ACORDOS REPÕEM PERDAS E DÃO AUMENTO REAL

A Limpurb, a Pavter e Limpec, (...) assinaram acordos com o sindicato repondo as perdas salariais acumuladas no período outubro/95 a setembro/96, que segundo o IBGE (...), órgão do governo federal, chegaram a 12,99% (...), índice inferior ao do DIEESE (...) que chegou a 21,08% (...). além da reposição, os acordos trazem também ganho real de 1% (...) fechando um reajuste de 14%.

SITUAÇÃO DAS PREFEITURAS LEVA LIMPURB E LIMPEC A PARCELAREM REAJUSTES

Os companheiros da Limpurb foram prejudicados por culpa da situação calamitosa porque passa a Prefeitura do Salvador. Tiveram que aceitar a reposição salarial em três parcelas de 5%, 5% e 3,4% nos meses de outubro, novembro e dezembro (...) avaliando que não tinham como conseguir o reajuste único (...), pois não tinha nem como paralisar os serviços, é que praticamente a empresa já vive como se estivesse em estado de greve constante, face ao acúmulo de lixo espalhado pela cidade. (...)⁴⁰

³⁹ Boletim o Vassourão, número 87 de outubro de 1996.

⁴⁰ Boletim o Vassourão, número 88 de novembro de 1996.

Ao final da gestão Lídice da Mata, o Sindlimp/Ba se reafirma frente à categoria enquanto uma entidade combativa, e acumula importantes conquistas e melhorias salariais, tendo inclusive na Limpurb o maior piso salarial da categoria em todo o país.

“GARI EM SALVADOR TEM O MAIOR PISO SALARIAL DO BRASIL Recentemente estivemos reunidos nas cidades de Natal, RN, e Maceió, AL, com representantes dos trabalhadores em limpeza de mais 11 estados brasileiros, no encontro da Federação dos Trabalhadores em Limpeza do nordeste – FETRALIMP, (...) e pudemos constatar que o maior salário de gari é pago no Estado da Bahia, pela Limpurb, Pavter e Limpec. Apesar de R\$ 243,00 não ser um grande salário, mas por exemplo, é quase o dobro do Rio de Janeiro, que paga R\$ 140,00. Por isso, nos orgulhamos de pertencer a esta categoria forte e guerreira da base do Sindlimp/Ba.”⁴¹

No processo sucessório para a nova gestão municipal, a direita baiana, articulada em torno do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, lança uma forte chapa a prefeitura de Salvador, encabeçada pelo ex-governador⁴² Antônio Imbassahy do PFL, e tendo como vice o então Deputado Federal Marcos Medrado, do PPB, figura importante e representativa, pelo seu trabalho assistencialista na região do Subúrbio ferroviário de Salvador. A esquerda lança-se ao pleito bem dividida. De um lado o candidato da prefeitura, Deputado Domingos Leonelli do PSDB, enfraquecido pelos baixos índices de aprovação da prefeita Lídice da Mata resultado do forte cerco realizado pelo Governo Estadual e pela imprensa carlista, e também devido aos problemas políticos resultantes da má gestão do problema do lixo em Salvador. Outra parte da esquerda resolve lançar o então Deputado Estadual Nelson Pelegriño, do PT, candidato a prefeito numa chapa que procura se desvincular de possíveis identidades com o governo de Lídice da Mata.

⁴¹ Boletim o Vassourão, número 69 de outubro de 1995.

⁴² Antônio Imbassahy, então deputado Estadual e presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, assumiu o governo do Estado da Bahia com governador tampão, substituindo o então governador, ACM, que havia se desincompatibilizado para concorrer a uma cadeira no senado, e o então vice-governador, Paulo Souto que também se desincompatibilizou para concorrer ao governo do Estado.

A chapa carlista aproveita bem esta divisão e a crise do final do governo Lídice, em especial quanto ao problema do lixo, e vence a eleição ainda em primeiro turno. A partir deste momento irá se inaugurar uma nova época na gestão municipal, marcada pelas obras de grande visibilidade, com forte apelo publicitário, e pela relação autoritária com os movimentos sociais, em especial os sindicatos de servidores públicos municipais, que durante o governo Lídice da Mata havia encontrado um campo favorável para o seu crescimento. A gestão Imbassahy imporá em especial ao Sindlimp/Ba um período de fortes ataques às suas conquistas, levando ao atual refluxo vivido pelo sindicato.

A SITUAÇÃO ATUAL – DESAFIOS DA LUTA

AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO MUNICIPAL

O Ano de 1997 começa com grandes novidades no cenário municipal. A posse no novo prefeito, Antonio Imbassahy, vai ter um significado especial para nossa pesquisa devido à área considerada prioritária para a ação do novo governo. Com bastante estardalhaço o novo governo assumiu chamando a atenção para o “faxinação” medida prioritária e de forte apelo popular tocada em parceria com a CONDER¹, órgão estadual de planejamento urbano. Esta intervenção emergencial do novo governo, além do apelo publicitário, encontrava ótima receptividade na população local devido à situação de caos em que se encontrava a cidade de Salvador ao final da gestão municipal de Lídice da Mata.

O governo estadual através da CONDER, já havia iniciado o “faxinação” ainda durante o processo eleitoral, ação que teve um reflexo imediato no resultado da eleição, dado que, um dos principais problemas vividos pela gestão anterior estava relacionado às dificuldades na administração da Limpurb, e a relação com o Sindlimp/Ba, o que acabou levando a um grande acúmulo de lixo na cidade.

Imbassahy autoriza as primeiras obras (02/01/1997)

Ao ser empossado, na tarde de ontem, em ato na Câmara dos Vereadores, o novo prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, anunciou uma série de obras para os primeiros dias da administração. Ele destacou a recuperação asfáltica e iluminação do Vale do Ogunjá e a recuperação da Avenida Suburbana, inicialmente num trecho de 12,8 quilômetros entre o Viaduto dos Motoristas, na Baixa do Fiscal, e a entrada da Rua Pedro Ferreira.

Obras marcarão início da gestão

Limpeza - O “faxinação” continuará e a limpeza urbana será ampliada com novas providências. Uma operação tapa-buracos será desenvolvida em praticamente toda

¹ Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

a cidade. À solenidade, em que também foram empossados o vice-prefeito, Marcos Medrado, e 35 vereadores, compareceram o governador Paulo Souto, o senador Antonio Carlos Magalhães, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Otto Alencar, e o cardeal arcebispo de Salvador, dom Lucas Neves, entre outras autoridades.² A transmissão de cargo deu-se em seguida, na prefeitura. Imbassahy foi recebido na entrada do Palácio Thomé de Souza pela ex-prefeita Lídice da Mata, que em breve discurso relatou as realizações de sua gestão, creditando o fracasso a perseguições políticas que teria sofrido.

Outra marca do novo governo, que ficou logo evidente nos primeiros dias da nova gestão, está relacionado a uma postura agressiva contra os movimentos sociais, em especial os sindicatos que articulam servidores municipais, e um claro interesse em reduzir a máquina municipal através de demissões e terceirização de vários serviços. O novo prefeito também anunciou a revogação de cinco atos baixados pela ex-prefeita Lídice da Mata no último dia de governo, acusando-os de "impróprios". Várias conquistas dos movimentos sociais foram revogadas sob o argumento de serem por demais onerosas aos cofres municipais, embora na verdade demonstrem uma espécie de perseguição à ex-prefeita, numa clara tentativa de enfraquecer o espaço e importância política que havia lhe restado enquanto figura importante na resistência ao "carlismo" na Bahia. Outra medida significativa do novo governo é uma espécie de lei de greve para o servidor.

Entre as principais medidas podemos destacar:

- Na área fazendária está a limitação das despesas de custeio em 50% do que foi gasto no ano passado, excetuando-se da restrição apenas os setores considerados essenciais, como saúde, educação e limpeza pública. Dentro desta estratégia, considerada "um freio de arrumação" pelo prefeito, serão revistos todos os contratos firmados com a prefeitura para

² A posse foi bastante concorrida, e é considerado um marco no processo de fortalecimento do "Carlismo" na Bahia. A vitória no pleito municipal de Salvador é importantíssima se considerarmos que esta era a única cidade onde as forças que giram em torno de Antonio Carlos Magalhães ainda não haviam ganhado uma eleição direta.

alinhamento de preços e suspensos pagamentos de cheques ou ordens emitidas até 31 de dezembro.

- Criação de uma comissão interdisciplinar para fazer levantamento e cobrança da dívida efetiva da Prefeitura, estimada em termos globais pela nova administração em R\$ 1,2 bilhão, praticamente o dobro do calculado pela gestão Lídice.

- No plano da reorganização administrativa, retorno de servidores em regime de cessão a qualquer órgão às repartições de origem até 31 de janeiro; suspensão de movimento de pessoal nas administrações direta e indireta, salvo quando houver designação para ocupar cargo; recadastramento de servidores, vedação contratação de pessoal, inclusive de prestadores de serviço; expediente, inclusive externo, das 13 às 19 horas; controle das folhas de pagamento pela Secretaria de Administração; realização de quantitativo de cargos e controle de frequência em todas as repartições.

- Imbassahy revogou também os atos baixados pela ex-prefeita - sob o argumento de que não correspondem à realidade da máquina municipal - concedendo adicional noturno para servidores na área de educação, modificações nas estruturas da Superintendência dos Transportes e da Emtursa. Foram anulados ainda os 13 Conselhos Comunitários de Saúde e um de Meio Ambiente, criados por Lídice da Mata.

- No âmbito do controle de despesas, suspensão de cheques ou ordens de pagamento emitidas até 31 de dezembro de 1996; submissão de novos pagamentos e de horas extras a autorização; suspensão de novas aquisições relativas a aluguel, reformas, linhas telefônicas, veículos, máquinas, equipamentos e compra de material permanente; criação de grupo especial coordenado por Secretarias de Fazenda e Administração e Procuradoria Geral do Município para apropriação de receita e cobranças da dívida junto a contribuintes, além do ajustamento de uma conta única do município.

A postura autoritária do novo governo foi sentida até pelos barraqueiros de praia de Salvador, que repentinamente foram alvos de uma série de modificações na organização do teu espaço de trabalho pela prefeitura, gerando inclusive conflitos e protestos.

Embassahy enfrenta 1º protesto (07/01/97)

Barraqueiros retirados da Praia do Porto da Barra

Da ordem à cidade, cumprindo as leis e a conduta existentes. Isso foi repetido ontem pelo prefeito Antônio Embassahy, quando acompanhou os trabalhos de recuperação da Barra. Desde cedo, os moradores do bairro e os banhistas na praia testemunharam uma verdadeira operação com mais de 400 homens de vários órgãos municipais e até do estado, que deram início à limpeza do local. Há poucos dias à frente da Prefeitura de Salvador, Antônio Embassahy não escapou do primeiro protesto, feito pelos barraqueiros retirados da Praia do Porto da Barra, mas o problema foi contornado com diplomacia e promessa de solução. Há vários bares e restaurantes irregulares.

Segurança - A Operação Barra, que deverá servir de modelo para outros bairros, envolve desde a sujeira acumulada ao longo dos anos, até indivíduos que comprometem a imagem e a segurança do bairro. Segundo o secretário de Serviços Públicos (Sesp), Ricardo Cavalcanti Araújo, já foram filmados, na madrugada de ontem, os bares onde há prostituição, exploração de menores e tráfico de drogas, para que se identifique estes estabelecimentos e planeje uma ação conjunta com vários órgãos, inclusive Juizado de Menores e Secretaria de Segurança Pública. "Há informações também de que há vários bares e restaurantes irregulares", continuou ele, lembrando que os proprietários de estabelecimentos sem licença estão sendo avisados para retirarem as cadeiras e mesas das calçadas. O trabalho iniciado ontem recebeu elogios praticamente unânime dos moradores, mas teve o protesto silencioso de uma senhora que há muito tempo fez do abrigo de ônibus do Porto da Barra a sua moradia.

Outra clara preocupação do novo governo, bastante sintonizada com os princípios políticos gerais do grupo carlista, está relacionada ao enxugamento da máquina municipal, um dos pilares da chamada política neoliberal. Ainda na primeira semana de governo, o prefeito Embassahy anunciou a extinção de três empresas municipais - a Transur, Comasa e COHAB³ - dentro do projeto da reforma administrativa a ser implementada em breve no município. O prefeito também confirmou a criação do Programa de Desligamento

³ Transur, empresa de transporte coletivo da prefeitura, COHAB, cooperativa municipal de habitação, e Comasa, empresa municipal de saneamento.

Voluntário (PDV), para aqueles servidores interessados em se demitir da prefeitura. Outra preocupação expressa em um outro decreto enviado a Câmara Municipal, é a de estabelecer convênio de cooperação técnica com o governo do estado, medida em clara consonância com um dos motes da campanha eleitoral, a de que uma prefeitura do mesmo grupo político do governo estadual, seria beneficiada com obras e recursos acima do comum no caso contrário. Uma chantagem política que tem se mostrado comum nas últimas eleições. Esta operação política, decorrente do próprio processo de enfraquecimento político vivido pela gestão Lídice da Mata, é muito bem apresentado no artigo “*A Conquista do local: desafios democráticos no governo das cidades*” de Anete Brito Leal Ivo⁴:

“Mas a variável crítica fundamental situa-se na matriz política, ou seja, na qualidade das relações estabelecidas com o grupo político hegemônico que lhe faz oposição no âmbito local, expressa numa investida deliberada e agressiva de reconquista do controle do município, que se traduziu por: (i) um cerco mediático de desqualificação sistemática das ações do governo local; (ii) uma guerra urbana sobre o espaço físico de mobilidade na cidade, através da superposição de ações intergovernamentais sobre o mesmo espaço urbano de intervenção, criando a desordem e o mal-estar físico da cidade; e (iii) o bloqueio de recursos legais de cobrança de impostos e execução financeira. O resultado é que a Prefeita não falou com a cidade a não ser em arenas restritas das ações diretamente implementadas. A violência da luta política sobre o espaço urbano, expresso na dramaticidade do lixo não coletado, no caos do tráfego pela superposição de obras realizadas, nos buracos abandonados, na falta de iluminação, etc..., resultantes da radicalidade da estratégia de oposição sobre o espaço físico urbano reduz os engajamentos solidários e cívicos, forjou uma pedagogia política negativa e autoritária de que só há uma possibilidade para a ordem e a convivência civil, que seria a subordinação da cidade às instâncias políticas do governo do estado, ou seja, a um único grupo político, submetendo os cidadãos e a cidade à uma única opção de política.”

De acordo com dados da época a prefeitura contava antes das reformas com cerca de 20 mil funcionários. Citando um exemplo de empresa municipal deficitária, o prefeito apresentou dados referentes a Transur que tinha no período uma frota de apenas 27 veículos operando, 935 empregados, e com uma dívida acumulada de R\$ 50 milhões, além de um custo mensal de R\$ 860

⁴ Pesquisadora do CRH/UFBA, associada ao CREDAL/CNRS. Professora Convidada da Universidade de Paris III- Chaire S. Bolívar.

mil. A COMASA, outra empresa que se encontrava nos planos de extinção da prefeitura, reunia 851 empregados, 830 deles à disposição de outros órgãos, com um custo mensal de R\$ 500 mil e um passivo no valor de R\$ 3,6 milhões. A Cooperativa Habitacional - COHAB - em 10 anos de criada só construiu 357 casas, tem 575 empregados, 524 deles à disposição de outros órgãos, custo mensal de R\$ 315 mil e passivo no valor de R\$ 5 milhões.

A reforma administrativa na prefeitura incluiu também a extinção da Secretaria de Terras e Habitação e a fusão das Secretarias de Planejamento com a de Meio Ambiente. As questões referentes à habitação e terras em Salvador passaram a ser cuidadas na administração Imbassahy pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura. A reforma incluiu ainda a privatização da Desal (antiga Fábrica de Equipamentos Comunitários - Faec).

Mas de todas as mudanças anunciadas pelo novo governo a mais polêmica está relacionada às mudanças na relação com os sindicatos das categorias que reúnem trabalhadores municipais. O governo enviou ao legislativo municipal um decreto semelhante a um outro enviado pelo governo Paulo Souto em 1995 e já aprovado pela Assembléia Legislativa, criando dificuldades a manifestações grevistas no funcionalismo municipal.

Ato impossibilita greve em Salvador (03/01/97)

Ao anunciar suas primeiras medidas de governo, ontem, o prefeito Antonio Imbassahy não hesitou em baixar um ato polêmico, praticamente proibindo greve no serviço municipal. Seguindo os moldes de decreto assinado pelo governador Paulo Souto em 1995, o decreto municipal que saiu no Diário Municipal hoje considera ilegal o movimento grevista. Imbassahy lembrou que o direito de greve previsto na Constituição Federal ainda não foi regulamentado, o que impede a sua aplicação. Entre as providências que poderão ser adotadas estão a convocação imediata dos funcionários parados, e o desligamento dos servidores com cargos comissionados. **“Estou dizendo como vai ser o jogo, porque quero ser um prefeito com posições claras”** disse Imbassahy, relegando um eventual confronto com os sindicatos dos servidores municipais. (Grifos nossos)

Outro âmbito significativo da ação do novo governo foram às reordenações na Empresa Municipal de Limpeza Pública – Limpurb – que já vinha mergulhada numa grave crise financeira, além de uma série de escândalos na sua administração.

Limpurb ficou com rombo de R\$ 290 milhões (21/01/97)

Com as contas bancárias bloqueadas pela Justiça, a Limpurb aparece como protagonista de um dos maiores escândalos envolvendo dinheiro público dos últimos tempos na Bahia. O rombo na empresa é de R\$ 290 milhões, dez vezes mais que o total da arrecadação mensal de Salvador. A empresa coleciona tantos equívocos que aparece como protagonista de um dos maiores escândalos dos últimos tempos envolvendo o dinheiro público.

Cerca de 80% da frota sucateada

Equipamentos - Cerca de 80% da frota de 158 tratores, caminhões e outros equipamentos estão sucateadas e totalmente inutilizadas. Para complicar, 746 dos seus 5,2 mil funcionários estão à disposição de outros órgãos e ainda ganham em torno de R\$ 450 mil mensais de horas extras. Numa palavra, a empresa que deveria cuidar de 100% do lixo de Salvador é uma sujeira moral e administrativamente.

“No dia 31 deste mês quero todos os servidores que estão a disposição de outros órgãos no pátio da empresa” disse o presidente, avisando antecipadamente que não vai ter onde colocá-los, porque logo de saída “percebe-se que eles não são necessários”. A idéia da administração do prefeito Antônio Imbassahy é implantar na Limpurb o PDV. Segundo Jalon Oliveira, presidente da Limpurb, entre as primeiras decisões está a suspensão do pagamento de horas extras, que agora só serão possíveis em casos excepcionais. A Limpurb foi dimensionada para fazer a coleta de 100% das 68.143 toneladas mensais de lixo que Salvador produz, mas 75% da coleta já está terceirizada. A estatal vai ser enxugada e responderá pelos 25% da coleta e mais a varrição. A partir do próximo mês a PAVTER, a quem a Limpurb deve R\$ 92 milhões conforme documentos da antiga administração, deixará de fazer a coleta de lixo: 60% da coleta será feita pela VEGA-Sopave, 15% pela JG e o restante pela própria Limpurb. O Serviço de manutenção também será terceirizado.

Como se a situação da empresa já não fosse complicada, no final do mês de janeiro de 1997 a nova direção da Limpurb descobriu que 290 funcionários apresentaram documentação falsa durante a implantação do Plano de Cargos e Salários, com o objetivo de conseguirem promoções fraudulentas. A empresa tinha no período um quadro de 5.200 empregados, quatro mil deles trabalhando diretamente nos serviços de limpeza, varrição, coleta, transporte e destinação final do lixo, sendo 2.481 garis. O Plano de Cargos e Salários foi implantado em novembro de 1995, ainda na administração da ex-presidente Nair Prazeres. Em 19 de março do ano seguinte, apareceram nove casos de irregularidades, de funcionários que tinham ingressado na empresa com a documentação falsa e por isso foram sumariamente demitidos. De acordo com Nair Prazeres, em virtude do acontecido,

foi instituída uma comissão interna, e logo foram detectados 190 funcionários envolvidos na fraude da documentação, das áreas administrativa e operacional, que pretendiam melhorar a situação funcional e, conseqüentemente, obter vantagens com o enquadramento previsto pelo plano. Todos os 2.481 garis ficaram excluídos do processo, pois à época a categoria não precisava apresentar comprovação de escolaridade. De acordo com Nair Prazeres, foi constituída a comissão para que fossem esclarecidas de uma vez por todas as suspeitas de irregularidades e para punir todos os responsáveis.

"Não creio que tenha prevaricado quando demiti apenas os nove empregados que tinham entrado na empresa com documentação falsa. Procedi desta maneira porque entendi que estes já tinham sido beneficiados, pois foram contratados já com irregularidade. Quanto aos demais, era preciso que se aprofundassem as investigações. (...) A implantação do plano era uma antiga reivindicação dos empregados da Limpurb e que foi atendida. Suspendi o plano e determinei que todos os funcionários à disposição de outras repartições retornassem à empresa e aqueles que não retornaram foram retirados de folha".⁵

O MOVIMENTO DOS DEDITIDOS DA PREFEITURA

Em meados de fevereiro sob o argumento de correções de irregularidades cometidas durante a gestão Lídice da Mata o governo Imbassahy ordenou um levantamento de todos os contratos ilegais existentes no funcionalismo público municipal. A expectativa por um decreto anunciando demissões era muito grande, já que desde o início do governo o prefeito havia deixado muito claro seus planos de enxugamento da máquina municipal e de terceirização em vários setores dos serviços municipais.

Prefeitura prepara lista (13/02/97)

O prefeito Antonio Imbassahy deve receber até amanhã a relação de todos os contratos ilegais de servidores municipais que foram admitidos sem concurso público a partir da promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988. Os funcionários nessa condição serão demitidos, e a expectativa fica por conta do número de trabalhadores atingidos e do prazo que o prefeito estabeleceu para a adoção da medida.

⁵ Depoimento cedido em entrevista realizada na sede da Limpurb em março de 2001.

O levantamento dos contratos ilegais está sendo feito pela Secretaria Municipal de Administração, que tem prazo até amanhã para concluir o trabalho. O prefeito deve dar detalhes sobre o corte no quadro de pessoal ainda esta semana, conforme informou ontem o secretário de Comunicação da prefeitura, Tasso Franco.

Embora as especulações apontem o contrário, o secretário Tasso Franco é enfático quando afirma que o prefeito não vai baixar decreto nenhum determinando as demissões. "Não existe isso de decreto. O prefeito vai corrigir uma situação irregular", diz. Os contratos ilegais são aqueles firmados a partir da Constituição de 1988 que estabelece a obrigatoriedade de concurso para o ingresso no serviço público, à exceção dos cargos de confiança.

Tasso Franco lembra que cada secretário tem competência para anular os contratos ilegais, o que será feito assim que o prefeito Imbassahy autorizar. Após o corte de pessoal - nos bastidores políticos comentários apontam a demissão de 6.500 servidores -, se necessário, será realizado concurso, diz.

Enquanto a prefeitura ultima detalhes para fazer o corte de pessoal evitando ao máximo desgastar a imagem do Executivo com a adoção da medida, vereadores da bancada governista e de oposição usam a cautela ao comentar o assunto. Isso porque a Câmara Municipal retirou de pauta na convocação extraordinária o projeto que institui o Programa de Demissão Voluntária. O projeto foi apontado como inconstitucional pelos opositoristas. O líder do prefeito na Câmara, vereador Pedro Godinho (PFL), garantiu que o PDV retornaria ao Legislativo para apreciação, em março. O Executivo municipal diz que não tem tempo a perder. Quer iniciar o quanto antes a reforma administrativa.

A notícia veiculada no jornal A Tarde adianta até um possível número de demitidos que chegariam aos 6.500 servidores. O que se verificou mais adiante é que este número ultrapassaria em muito a casa dos 7.000 servidores municipais.

No dia 14 de fevereiro de 1997 a prefeitura anunciou a demissão de 4.741 servidores municipais que estariam supostamente irregulares por não terem sido contratados por meio de concurso público, como obriga a constituição federal promulgada em 5 de outubro de 1988. No momento da demissão a prefeitura chegou a anunciar a possibilidade da realização de concurso público com vistas a regularizar a situação considerada inconstitucional.

Prefeitura anuncia demissão de 4.741 servidores (14/02/97)

A Prefeitura de Salvador vai demitir 4.741 servidores que foram contratados ilegalmente a partir da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. As demissões começam a ser feitas na próxima segunda-feira e têm conclusão prevista para o final do mês, o que representará uma economia mensal nos cofres municipais de cerca de R\$ 5 milhões. O município admite promover concurso público após as

demissões, caso seja necessário o preenchimento de vagas em alguma de suas secretarias.

O prefeito Antonio Imbassahy anunciou o corte de pessoal após ser informado pelo secretário municipal da Administração, José Cabral, da existência dos 4.741 contratos ilegais feitos nas administrações Fernando José e Lídice da Mata. Todos esses contratos serão anulados por diretores de empresas municipais e secretários, poupando o prefeito de baixar decreto. Os funcionários demitidos vão receber apenas os dias trabalhados.

Medida Dura

O prefeito Antonio Imbassahy admite que o corte dos 4.741 servidores é “uma medida dura de ser tomada”. Mas acrescenta que os prefeitos que o antecederam - no caso, Fernando José e Lídice da Mata - praticaram o que chama de ilícito de natureza criminal, conforme aponta o parecer da Procuradoria Geral do Município. De antemão, avisa que os responsáveis pelos contratos ilegais vão ser responsabilizados criminalmente.

“Não vou conviver com essa situação. Vamos inclusive fazer uma comunicação ao Ministério Público para definir a responsabilidade criminal de quem praticou esses atos”, reforça o prefeito. Nesse sentido, o procurador geral do município, Sérgio Ferreira, promete encaminhar dentro em breve um relato sobre as contratações ilegais ao MP para a devida definição de responsabilidades.

O procurador diz que desde já está caracterizado o crime de responsabilidade que pode culminar com pena de reclusão. Agora, adianta Sérgio Ferreira, resta saber quem são os dirigentes de empresas municipais envolvidos. “A princípio, sabe-se que muitos diretores autorizaram as contratações ilegais”. A rigor, os envolvidos devem arcar com o ônus de devolver aos cofres públicos todos os salários que foram pagos indevidamente aos servidores contratados de forma ilegal, diz o procurador.

Até ontem à noite, a prefeitura ainda não havia divulgado a relação dos contratos ilegais por empresas e secretarias. A única informação disponível nesse sentido era que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesp) reúne o maior número de servidores em situação irregular. A Secretaria de Comunicação do município garante que, a despeito das demissões, o prefeito vai remeter à Câmara, em março, o projeto que institui o Programa de Demissão Voluntária - PDV.

As demissões atingiram vários setores da prefeitura, em especial os trabalhadores em Limpeza que lideraram a lista de demitidos. Numa outra empresa municipal, a TRANSUR⁶, que fora extinta através de circular da Secretaria Municipal de Transportes (SMTU) com data da última quinta-feira (13), 370 funcionários que ingressaram na empresa depois de 1988 e sem concurso, foram demitidos. O sindicato da categoria, Sindicato dos Rodoviários, foi o primeiro a se manifestar contra as demissões, realizando uma assembléia com os funcionários da empresa na sede da empresa. Nesta assembléia ficou decidido que

⁶ TRANSUR - Empresa de Transportes Urbanos de Salvador.

os trabalhadores continuariam a comparecer a sede da empresa no horário habitual de trabalho, como se nada tivesse acontecido, até que o problema fosse resolvido. A SMTU diante dos representantes do sindicato foi muito clara em afirmar que nada poderia ser feito em relação aos 370 demitidos que se encontravam em situação irregular, que só receberiam os dias trabalhados. Estas afirmações, de secretários municipais, levaram o pânico aos demitidos que, além de terem perdido o emprego, começaram a perceber a real possibilidade de nada receberem de indenização por serem considerados trabalhadores com contratos ilegais.

Ameaçados de demissão temem não receber (15/02/97)

Os prováveis integrantes do pacote de demissões anunciado pelo prefeito Antonio Imbassahy temem que a atual administração municipal aplique nos servidores o que já vem sendo chamado de "calote trabalhista". Isso porque o anúncio da dispensa de 4.741 trabalhadores divulgado ontem pela imprensa adiantava que só seriam pagos apenas os dias trabalhados, o que pressupõe ignorar indenizações e fundos de garantia a que os servidores têm direito.

Esse é apenas um aspecto a ser considerado nesta medida administrativa do prefeito, que, apesar de legalmente embasada, promete reflexos sociais, "de projeções incalculáveis", como argumentam os dirigentes dos sindicatos das diferentes categorias de servidores ligados à Prefeitura Municipal de Salvador. Além de inviabilizar alguns serviços essenciais, como a manutenção e processamento de todo serviço informatizado da prefeitura, que é realizado pela Prodasal (Empresa Municipal de Processamento de Dados).

Por conta disso, os diretores Agnaldo Filho e Antônio Omena, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos de Processamento de Dados e Informática (Sindidados), anunciaram a ocupação da Prodasal pelos servidores demitidos, a partir de segunda-feira. A decisão foi tomada ontem à tarde, durante assembléia realizada na frente da empresa, em Ondina. Os sindicalistas avisam que só desocuparão a Prodasal quando forem recebidos pelo prefeito para negociar a questão.

Para discutir o encaminhamento jurídico do processo de demissões, o procurador geral do município Sérgio Sanches Ferreira se reuniu durante toda a tarde de ontem com o secretário de Administração José Cabral Ferreira e diretores dessas empresas municipais que foram a principal porta de acesso da força de trabalho que entrou sem concurso público.

As demissões geraram forte reação no meio sindical em especial nos sindicatos que congregam servidores municipais. A irritação com as demissões aumentaram diante da posição da prefeitura de não pagar direitos trabalhistas aos demitidos usando como

argumento a ilegalidade dos seus contratos e ancorando-se na constituição federal para reforçar a inexistência de direitos trabalhistas nestes casos. A posição da prefeitura reafirma com bastante clareza duas marcas da nova administração: a lógica de administração enxuta e terceirizada, e o combate direto aos movimentos sociais que atuam com servidores municipais. Esta nova postura vai ter fortes reflexos na atuação dos sindicatos em especial do Sindilimp que, apesar da disposição ao enfrentamento logo após o anúncio das demissões, veio a sofrer sucessivas derrotas no período.

A prefeitura estava tão convencida da ação que chegou a anunciar que além de não pagar indenizações aos demitidos as demissões não parariam por ali e novos cortes seriam anunciados em breve.

Imbassay diz que haverá mais demissões (18/02/97)

A relação dos 4.741 servidores municipais demitidos pela Prefeitura de Salvador sai publicada hoje no Diário Oficial do Município e não deverá ser única. O prefeito Antonio Imbassahy admitiu ontem que as demissões vão continuar, numa investida para corrigir todas as irregularidades apresentadas na máquina administrativa, conforme acrescentou.

O prefeito descarta a possibilidade de indenizar os demitidos. Reafirma que as contratações dos 4.741 funcionários foram ilegais e a lei não reconhece os direitos trabalhistas em tal condição, analisa, ao tomar por base parecer da Procuradoria Geral do Município. Enquanto aumenta a polêmica sobre os graves reflexos sociais decorrentes das demissões, Imbassahy considera que esse é um assunto superado. "Foram contratos irregulares e não se têm porque questionar a legalidade deles", diz.

Perdas

Se por um lado vai garantir uma economia de R\$5 milhões aos cofres municipais, as demissões vão determinar uma perda de qualidade dos serviços prestados no Município, admite o prefeito. Mas acrescenta que essa queda na qualidade dos serviços será momentânea. Isso porque a prefeitura já está iniciando a contratação de concursados que não foram aproveitados na gestão Lídice da Mata, acrescenta.

Ao participar ontem pela manhã da reabertura das atividades na Assembléia Legislativa, o prefeito garantiu já ter iniciado a contratação de 80 profissionais concursados na área de Educação do Município. Informou que mantém contato com empresas para providenciar o edital para licitação e garantir a realização de concurso público. Imbassahy não estabeleceu prazos para a realização do concurso. O prefeito aguarda a reabertura das atividades na Câmara Municipal, em março, para enviar novamente aos vereadores o projeto que institui o Programa de Demissão Voluntária. O PDV foi retirado de pauta durante a convocação extraordinária na Câmara, após ter sido considerado inconstitucional pelos vereadores.

Insatisfação

A Procuradoria Geral do Município se cerca de todos os dispositivos da lei para provar que as 4.741 contratações foram ilegais e portanto os servidores não têm qualquer direito trabalhista. Enquanto o prefeito se agarra ao parecer jurídico para explicar a situação, parlamentares de oposição e dirigentes sindicais de órgãos do Município tentam reverter a situação que só traz prejuízos para os demitidos.

Ontem, parlamentares petistas se reuniram com o secretário municipal de Administração, José Cabral e com o procurador geral do Município, Sérgio Ferreira, para tentar garantir que os demitidos sejam indenizados. Os deputados federal, Walter Pinheiro, estadual, Nelson Pellegrino, e os vereadores Luiz Bassuma e Zilton Rocha saíram da reunião com a promessa de que os pleitos feitos serão analisados.

A julgar pelo posicionamento irredutível do prefeito Antonio Imbassahy, a análise da reivindicação feita pelos petistas surtirá pouco efeito. O prefeito não perde oportunidade para lembrar a difícil situação financeira do Município. Sustenta a todo minuto que as 4.741 contratações foram ilegais e, portanto, os demitidos não têm direito a nenhuma indenização, mesmo em muitos casos tendo trabalhado por mais de oito anos para o Município. Lei é lei, raciocina o prefeito.

Com a maior parte dos demitidos saindo das suas fileiras, com 2.400 dos 4741 demitidos, o Sindilimp resolveu iniciar os protestos contra as demissões com uma posição ainda tímida, questionado muito mais o não pagamento das indenizações e direitos trabalhistas do que propriamente as demissões realizadas. Após assembléia no pátio da empresa, os trabalhadores seguiram em passeata até a praça municipal.

(18/02/97) Limpurb paralisa as atividades

Líder no listão dos demitidos da Prefeitura Municipal de Salvador, a Limpurb ontem não funcionou. Desde às 4h30min, os funcionários começaram a se reunir no pátio da empresa, na Avenida San Martin. Por volta das 10 horas, saíram em passeata até a Praça Municipal. Lá, foram recepcionados por um contingente da Polícia Militar. Nos discursos, não faltaram elogios à ex-prefeita Lídice da Mata. Os servidores demitidos questionam o ato do prefeito Antonio Imbassahy. O deputado estadual Nelson Pellegrino (PT) afirma que os demitidos têm que receber indenizações pelo tempo de serviço.

A diretoria do Sindilimp e o deputado petista ressaltaram que a Transur já teve 400 ônibus, hoje só tem 20 e está a caminho da total desativação. Acreditam que o mesmo acontecerá com a Limpurb, que lidera a lista com 2.400 demitidos. Durante a assembléia, na San Martin, dois carros da Polícia acompanharam a movimentação.

O mesmo ocorreu durante a passeata. Na Praça Municipal o número de policiais foi maior. Nos discursos, os trabalhadores disseram que não sabiam que teriam saudades de Lídice da Mata em tão pouco tempo. Eles garantiram que vão pressionar a Câmara de Vereadores para lhes dar espaço numa sessão especial. O Sindilimp informou que a mobilização continua hoje. O ponto forte da pauta do sindicato é o recebimento de indenizações por parte dos demitidos. Eles não

admitem que pessoas que trabalharam durante oito a dez anos na empresa saiam sem receber absolutamente nada.

UM MOMENTO DE REANIMAÇÃO POLÍTICA

Esta manifestação foi sintomática para o Sindilimp, já que demonstrou uma forte disposição dos trabalhadores para a luta política e comprovou a disposição da prefeitura em combater a movimentação dos demitidos, colocando grandes contingentes de policiais num cerco as manifestações dos Sindilimp e dos outros sindicatos.



Após esta manifestação várias movimentações importantes foram realizadas no parlamento e na sociedade civil tendo em vista a solução do impasse quanto ao pagamento das indenizações. Merece destaque às declarações e movimentações do presidente da OAB/BA⁷ Newton Cleyde Peixoto e do presidente da CNBB⁸, cardeal dom Lucas Moreira Neves.

Para OAB, demissão é “crueldade” (19/02/97)

No mínimo soa contraditório o ato do prefeito Antonio Imbassahy em demitir quase cinco mil servidores ao tempo em que nomeia novos, de acordo com o decreto do executivo municipal baixado no início do mês passado. A observação é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia OAB-BA, Newton Cleyde Peixoto, para quem é uma crueldade o que a Prefeitura de Salvador está fazendo ao demitir 4.741 funcionários não-concursados.

⁷ OAB/BA – Ordem do Advogados do Brasil, seção Bahia.

⁸ CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Quanto ao não-pagamento de indenizações aos demitidos, o presidente da OAB-BA disse que há entendimento na Justiça de que, só pelo fato de terem efetivamente trabalhado e de não terem concorrido para a ilegalidade, os funcionários devam ser indenizados. Para ele a responsabilidade pela ilegalidade das contratações é do poder público e não dos servidores.

Representação

O vereador Daniel Almeida entregou ontem uma representação à procuradora regional do trabalho da 5ª Região, Virginia Maria Veiga de Sena, pedindo a garantia dos direitos trabalhistas dos funcionários demitidos. Acompanhado da deputada estadual, Alice Portugal, ele afirmou que, “não discutimos o direito que tem o executivo de demitir, mas sim os direitos trabalhistas que estão sendo ameaçados”.

O vereador observou que o decreto baixado pelo prefeito repete o conteúdo do anterior, editado na gestão do ex-prefeito Fernando José, proibindo novas contratações, mas admitindo brechas para a contratação em caráter emergencial. Pelo decreto atual só é possível a contratação para empresas como a Limpurb, exatamente a que teve o maior número de funcionários demitidos.

A procuradora do trabalho, Virginia de Sena, afirmou que o assunto será examinado com brevidade, mas reiterou o conteúdo do Art. 37 da Constituição Federal, que considera nula de pleno direito a contratação de servidores sem a realização de concurso público. Ressaltando a imparcialidade do órgão a procuradora admitiu que fará um estudo minucioso levando em consideração os decretos municipais que tratam do assunto.

Prática do TRT

De acordo com o advogado trabalhista, Florivaldo Cajé de Oliveira Filho, a prática corrente do Tribunal Regional do Trabalho-TRT tem sido a de negar os direitos trabalhistas de funcionários contratados sem concurso público. Ele lembrou que em causas recentes foi negado a um funcionário da Embasa os direitos questionados.

A deputada Alice Portugal disse que, numa cidade onde o desemprego campeia, o gestor público não deve se guiar apenas pela letra fria da lei e com isso aumentar o número de excluídos da sociedade. Para o vereador Daniel Almeida, os servidores devem se mobilizar de forma unificada para que haja alguma alteração na postura do executivo municipal.

Dom Lucas irá a Imbassahy (19/02/97)

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal dom Lucas Moreira Neves, disse ontem que manterá contatos com o prefeito Antonio Imbassahy no sentido de discutir as demissões dos funcionários da Limpurb no tocante às indenizações que os trabalhadores têm direito por tempo de serviço. A questão foi debatida durante audiência com o deputado estadual Néelson Pelegrino, o vereador Zilton Rocha e membros do Fórum de Entidades de Direitos Humanos.

O fórum já havia agendado o encontro com antecedência para debater temas relacionados aos direitos humanos e tanto o parlamentar como o vereador tornaram-se porta-vozes da preocupação dos quase cinco mil funcionários do município em não receber seus direitos trabalhistas. Dom Lucas discutiu ainda assuntos relativos a algumas comunidades de Salvador.

Apesar da pressão exercida por importantes segmentos da sociedade civil o governo municipal continuava firme em seu propósito de não pagar as indenizações utilizando

sempre como base a Constituição Federal. No dia 18 de fevereiro de 1997 a edição do Diário Oficial da Prefeitura de Salvador, que normalmente circula com oito páginas, saiu com 36, consumando a demissão dos 4.741 servidores contratados depois de 5 de outubro de 1988, todos eles lotados em três empresas (Limpurb, Emtursa e Transur) e quatro companhias municipais (Desal, Cohab, Prodasal e Comasa). O próprio Diário Oficial do dia anunciava os estudos da prefeitura para a realização de novas demissões. No dia seguinte, em entrevista ao jornal A Tarde, o procurador geral do município, Sérgio Sanches Ferreira, reafirmou que os demitidos não serão indenizados porque seria um ato ilegal. *“Pagar indenizações também é retirar dinheiro público ilegalmente. A decisão é baseada na Constituição, que diz que as contratações não precedidas de concurso público são nulas e ato nulo não produz efeito jurídico”*, disse ele, salientando que há decisões sobre o assunto tomadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e os servidores têm o direito apenas de receber os dias trabalhados. O procurador ainda afirmou reconhecer o problema social gerado, mas nada podia fazer, repetindo o velho chavão “lei é lei”.

Houve também no período um encaminhamento por parte do procurador geral do município ao Ministério Público para que fosse realizada uma auditoria com a finalidade de acionar judicialmente os ex-prefeitos Fernando José e Lídice da Mata, que autorizaram as contratações, visando processá-los por crime de responsabilidade.

A reação na Limpurb durante aqueles dias foi intensa. No dia 18 de fevereiro de 1997, pela manhã, a Polícia Militar ocupou as dependências da empresa, que entrara no seu segundo dia de greve, prevenindo uma invasão dos prédios e área externa pelos funcionários, anunciada durante a realização de uma assembléia geral. Dirigentes do Sindlimp e da Limpurb haviam acordado o pagamento do salário de dezembro e os dias

trabalhados de fevereiro nos próximos dias, mas apesar das afirmações de alguns dirigentes nenhum acordo fora firmado para o pagamento do 13º salário e das indenizações.

A revolta dos demitidos era visível pela forma como foram demitidos. O depoimento do trabalhador Francisco Moreira dos Santos, um dos demitidos, com sete anos de Limpurb publicado no jornal A Tarde de 19 de fevereiro de 1997 é bastante ilustrativo.

“Quando chegamos aqui viemos trabalhar normalmente, com contrato firmado e carteira assinada. Não nos disseram que nossa situação era ilegal. Agora a gente sai assim, sem direito a nada, como se fôssemos ladrões? Isso é justo? Quem está sendo roubado somos nós. Teve gente que entrou depois de 88, saiu da empresa e foi indenizado normalmente. Pelo menos deveríamos ter o mesmo tratamento”.

As manifestações do demitidos passaram a se tornar comuns na cidade, aumenta adesão dos trabalhadores municipais inclusive dos que escaparam da demissão. A repressão começou a endurecer cada vez mais, passando a acompanhar cada vez mais perto as manifestações, aumentando o clima de tensão entre os demitidos.

Protesto de demitidos agita cidade (20/02/97)

Revoltados com o ato do prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, que demitiu 4.741 funcionários contratados após a vigência da Constituição de 1988 – que proíbe o ingresso no serviço público sem a realização de concurso – mais de mil servidores marcharam ontem pelas ruas do centro para protestar contra a decisão. Impedidos de entrar com o carro de som na Praça Municipal, eles ocuparam a rua obstruindo o tráfego, desviado por policiais de trânsito, que mesmo assim não conseguiram evitar um grande engarrafamento no sentido Campo Grande à Praça da Sé no início da noite.

Na Praça Castro Alves, onde ainda podiam se ver peças da decoração do Carnaval, não havia motivo para festa. Em vez de estarem atrás de um trio elétrico, eles acompanhavam um carro de som, gritando palavras de ordem e cantando marchinhas de protesto. Qualquer pedaço de papel era usado para mensagens escritas pelos próprios servidores, na maioria demitidos da Limpurb. "Onde já se viu fazer concurso para pegar lixo", reclamava Manoel Joaquim Santana, 41 anos e 16 deles dedicados à função de gari.

Em frente à prefeitura, de onde funcionários assistiam à manifestação, a servente Nilza Nonato, demitida depois de nove anos de serviços prestados à Limpurb, lembrava, aos gritos, do dia em que Imbassahy, ainda candidato, foi à sua casa, no Alto da Santa Cruz. "Tomou café lá em casa e apertou minha mão, agora faz uma miséria dessas?" dizia ela.

Não somos culpados - O susto causado aos servidores demitidos foi agravado pela notícia de que não terão direito a qualquer indenização pelo tempo de serviço. Sem emprego, e diante da possibilidade de não terem como recomeçar a vida produtiva,

eles estão sendo incentivados por parlamentares e líderes sindicais a resistirem até que a decisão do prefeito seja revista. Um dos coordenadores do movimento de protesto, o deputado estadual Nelson Pellegrino, informou que está previsto um acampamento em frente à prefeitura a partir de amanhã.

"Como é que a gente ia saber se o contrato era irregular quando entramos na empresa", indagava um servidor demitido que não quis se identificar, acrescentando que, "a nossa obrigação nós cumprimos trabalhando e por isso temos os nossos direitos", assegurava. As demissões foram respaldadas no Art. 37 da Constituição Federal, que vedou, a partir da sua promulgação em 88, a contratação de funcionários públicos não-concursados. Os contratos passaram então a ser regulados por decretos municipais que os permitiam em caráter emergencial, em setores como o de limpeza pública, entre outros.

Quando foram liberados pelo tenente-coronel Josué, da Polícia Militar, para entrar com o carro de som na praça, os manifestantes preferiram permanecer sentados na rua ouvindo os discursos. Sem a presença do prefeito, secretários ou assessores diretos, segundo informou a portaria, a prefeitura permaneceu fechada enquanto alguns funcionários, pelas vidraças, faziam gestos obscenos para a multidão, conforme registrou em seu discurso a deputada Alice Portugal.

Estiveram ainda presentes ao ato público, o presidente da Central Única dos Trabalhadores-Regional Bahia, Almérico Lima, diretores sindicais, os deputados Alice Portugal, Moema Gramacho, João Henrique e os vereadores Daniel Almeida, Zilton Rocha, entre outros parlamentares.



Esta ocupação foi sintomática para o movimento dando-lhe um novo ânimo na luta pela garantia do pagamento das indenizações. Dois dias depois, no dia 21 de fevereiro, os 2.400 funcionários demitidos da Limpurb ocuparam as dependências do Ginásio de Esportes Balbininho em Salvador, local de entrega dos contra-cheques referentes aos salários de dezembro e dias trabalhados em fevereiro de parte dos servidores demitidos. A

diretoria do Sindicato dos Trabalhadores (Sindilimp), estava orientando aos demitidos que não entregassem as carteiras de trabalho ao setor administrativo da empresa, já que se desconfiava que a Limpurb pretendia carimbar formalmente a anulação dos contratos que eram considerados por eles como irregulares. O presidente do Sindilimp, Paulo da Anunciação, alimentava a expectativa de que os outros 2.341 demitidos pelo município, pertencentes às outras empresas e autarquias, também compareçam ao ginásio para engrossar o movimento, o que acabou não se verificando.

Apesar da orientação do sindicato a Limpurb manteve a distribuição do “aviso” aos demitidos, informando “que os atendimentos para efeitos de baixa e pagamento” estavam confirmados sendo indispensável a apresentação da carteira de trabalho para recebimento do contracheque. Tanto os sindicalistas como os servidores sabiam que a anulação dos contratos por parte da Limpurb poderia prejudicá-los no futuro sobre qualquer reclamação trabalhista, principalmente o pagamento do FGTS.

O acordo e o cronograma de pagamento tinha sido estabelecido após entendimentos entre o Sindilimp e a empresa, mas o que os trabalhadores não contavam eram com a “manobra” de exigência da entrega da carteira de trabalho.

Pagamento parcial irrita os demitidos (22/02/97)

Quem passasse ontem pela bilheteria da Fonte Nova poderia até jurar que a Seleção Brasileira vinha jogar em Salvador devido ao movimento de pessoas na porta do estádio. Mas, longe de ser a festividade que ali reina nos dias de jogo, o clima era de revolta no Estádio da Fonte Nova, ontem pela manhã, onde parte dos 2.400 funcionários demitidos pela Limpurb foi receber seus salários em atraso.

“Não pagaram nada. Só o salário de dezembro e os dias de fevereiro sem nenhuma das vantagens como hora extra e vale-transporte”. Os ex-garis estavam tão tensos que chegaram até a tentar impedir o trabalho da imprensa, especialmente fotógrafos e cinegrafistas. Mas nem todo mundo recebeu os salários ontem. Somente os ex-funcionários da casa, demitidos junto com o listão de mais de 4 mil funcionários, divulgado pela prefeitura na última segunda-feira, cujos nomes começam com as letras de A a D. Na segunda-feira será a vez dos trabalhadores de E a J e assim por diante.

Protestos

A manifestação anunciada para domingo foi transferida para segunda-feira às 10 horas no Centro de Convenções onde está acontecendo um encontro internacional com a participação do governo do estado. Esta, aliás, é apenas uma das atividades previstas para o início da próxima semana. Na segunda, às 8 horas, acontece assembleia no Portão I da Fonte Nova onde estão sendo distribuídos os contracheques. O coordenador do Sindilimp, Paulo da Anunciação, acompanhou toda a movimentação dos servidores ontem pela manhã. Ele denuncia que só os funcionários demitidos da Limpurb e da Comasa chegaram a receber seus salários. "Os que estão na ativa assim como funcionários de outros órgãos municipais não receberam um tostão sequer".

O movimento tem sido conjunto entre os diversos sindicatos e associações de classe ligados ao serviço público municipal. "Mas a Limpurb aparece mais devido ao número de funcionários desligados ter sido maior", diz Anunciação, acrescentando que os servidores não entregaram ainda as carteiras de trabalho no departamento de pessoal, devido à desconfiança de que a direção da empresa estaria cogitando anular seus contratos.



Nesta mesma semana houve a reunião do Fórum das Entidades Sindicais que avaliou o quadro formado com a demissão dos 4.741 trabalhadores e a possibilidade do município realizar mais cortes, como vinha afirmando o prefeito Antonio Imbassahy. Outra ação definida pelo Sindilimp naquela semana foi uma concentração no Centro de Convenções, onde se reuniam o governador em exercício, César Borges, e o senador Antonio Carlos Magalhães. O que seria uma manifestação pacífica de funcionários demitidos da Limpurb acabou se transformando em atos de selvageria praticados por indivíduos que se

autodenominaram “seguranças do governo”. Eles fecharam a via principal de acesso ao Centro de Convenções e agrediram manifestantes e o fotógrafo de A TARDE, Paulo Munhoz, que teve seu filme confiscado e sua máquina quebrada por um dos “seguranças”.

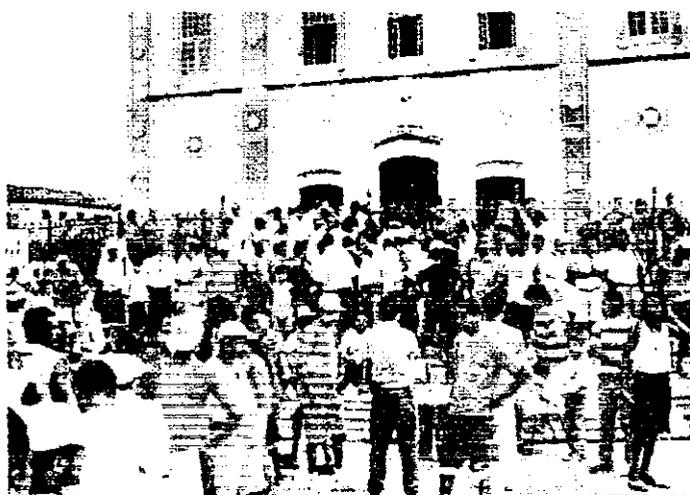
Antes, eles haviam agredido demitidos da Limpurb. Um dos ex-funcionários, José Augusto Lopes de Brito, ex-motorista da empresa de limpeza pública, sofreu várias escoriações. Vários demitidos apanharam. O deputado federal Luís Alberto (PT) foi empurrado pelos seguranças e, no Centro de Convenções, impedido de utilizar os elevadores. Os demitidos da Limpurb choravam, dizendo-se humilhados por terem que enfrentar enormes filas na bilheteria nº 1 da Fonte Nova para receber o salário de dezembro e o 13º e depois apanhar em via pública.

Após o incidente no Centro de Convenções os demitidos resolveram organizar uma vigília na Praça Municipal. Sem repressão policial ou qualquer tipo de interferência, um grande número de servidores municipais demitidos, se concentraram em frente a Prefeitura Municipal de Salvador.



Outro importante ato realizado pelo Sindlimp, que merece destaque por dialogar com as tradições religiosas do povo baiano, foi a concentração no bairro do Bonfim para uma romaria até a Colina Sagrada, na última sexta-feira de fevereiro. A idéia inicial era se

aproximar das autoridades políticas que costumam cumprir o ritual da última sexta-feira do mês, mas este ato também era uma reivindicação dos trabalhadores que esperaram encontrar graças e a resolução dos seus problemas através da ação de Senhor do Bonfim, padroeiro do estado da Bahia e santo com grande devoção entre os baianos.



Marcha e protesto no Bonfim (01/03/97)

Em clima de protesto, mas sem perder a espirotuosidade, um grande contingente de demitidos da Prefeitura de Salvador realizou ontem uma marcha, do Largo dos Mares à Igreja do Bonfim, chamando a atenção da população para o grave problema que vivem. O ditado "quem tem fé vai a pé", foi o principal refrão dos manifestantes, que reclamam a geração de empregos e pagamento das indenizações pelos anos trabalhados no setor público. Durante a manifestação pacífica, eles foram abençoados com água benta e abraçaram simbolicamente a basílica.

Os ex-funcionários, na sua maioria da Limpurb, se concentraram no Largo dos Mares e dali iniciaram a caminhada, escolhendo a última sexta-feira do mês por reunir centenas de pessoas no Bonfim. A ironia teve seu espaço na manifestação, com as figuras do demitido transformado em vendedor de picolés e do homem com mais de 40 anos a ostentar o diploma de honra ao mérito "por ter prestado bons serviços e hoje estar desempregado". Mais marcante, porém, foi o desespero daqueles que tinham salário-base de R\$ 280 e receberam como último pagamento menos de R\$ 18, em razão do "desconto das antecipações das férias".

O ato de ontem contou com a participação de deputados e vereadores e a Polícia Militar acompanhou à distância, sem registro de qualquer incidente. Os funcionários mantêm a vigília em frente à prefeitura e pretendem buscar mais uma vez a intervenção do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Lucas Moreira Neves, para que sejam feitas negociações visando o pagamento dos direitos trabalhistas, como o FGTS, por exemplo.

O deputado estadual Néelson Pelegrino (PT) e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública (Sindilimp), Paulo da Anunciação, informaram que a coordenação dos demitidos está solicitando uma audiência com o prefeito Antônio Imbassahy para esta segunda-feira.

A concentração em frente ao templo fez com que o padre Valter, pároco da basílica, fosse até a área externa para abençoar os manifestantes com água benta. Ele discursou, defendendo a idéia de que a Igreja Católica e dom Lucas intercedam em busca de soluções para o problema gerado pelas demissões. Pregou a organização dos demitidos de forma ordeira, para que a cidadania seja respeitada. Os ex-funcionários pretendem desenvolver outros atos e na segunda-feira, quando o prefeito estará presente na reabertura dos trabalhos da Câmara Municipal, farão nova manifestação em busca da abertura de negociações.

Ainda no mês de fevereiro os demitidos demonstraram mais uma vez a sua criatividade e mobilização realizando um apitaco na praça municipal irritando as autoridades municipais que afirmavam não conseguirem concentração para o trabalho e chamando a atenção das pessoas no local para o problema vivido pelos 4,741 demitidos. Apesar da mobilização vários trabalhadores demitidos já apresentavam sinais de desesperança quanto à resolução do problema, tendo em vista a resistência política apresentada pela prefeitura desde o anúncio das demissões. Uma funcionária da Limpurb demitida que se encontrava no local chorava muito e não parava de afirmar: *“tenho três filhos e meu marido está desempregado desde junho passado. A gente estava sobrevivendo do meu salário. Porque ele ta fazendo isso com a gente. Pobre não tem vez em nada meu Deus!”*.

A Manifestação acabou se radicalizando quando os demitidos cercaram o carro do prefeito Antonio Imbassahy quando este saía da sede da prefeitura. Um manifestante chegou a quebrar o vidro traseiro do carro onde se encontrava o prefeito, causando grande susto na comitiva oficial. O carro precisou da rápida intervenção da polícia para que pudesse sair do local.

(01/03/97) Carro do prefeito atacado por demitidos

A Praça Municipal de Salvador viveu momentos de grande tensão, ontem, por volta das 17 horas, com o cerco feito ao carro do prefeito Antonio Imbassahy, que saía da sede da prefeitura para ir ao Aeroporto Dois de Julho, por um grupo de demitidos da prefeitura, que estão fazendo vigília no local, em protesto. No cerco, que surpreendeu os seguranças, um manifestante mais exaltado quebrou o vidro traseiro do veículo com um soco, um tapa ou uma pedrada, conforme as versões que circularam no local. O motorista do prefeito só conseguiu retirar o carro do local após a chegada da Polícia e Imbassahy passou maus momentos, ouvindo palavras de ordem e outras tentativas de agressão.

A prisão do manifestante gerou um clima de revolta entre os manifestantes, até com ameaça de um confronto mais grave, já que a todo custo os demitidos e sindicalistas, que apóiam o protesto, ameaçavam invadir a prefeitura para resgatar o companheiro que foi detido. A tensão diminuiu após as 18 horas, com a informação de que o manifestante já havia sido liberado. A partir daí, as lideranças, que discursavam exigindo a liberação, passaram a criticar o radicalismo e o extremismo, que quase transformam uma manifestação pacífica num confronto de proporções imprevisíveis.

Após esse incidente a prefeitura começou a desenvolver um combate mais agressivo contra os manifestantes, agora acusados de vândalos e violentos. A disposição do prefeito em não ceder as reivindicações dos demitidos acabou fortalecida com o evento.

Como se não bastasse a resistência da prefeitura, a justiça, através da procuradora-chefe Virgínia Sena deu parecer considerando legais as demissões dos 4.741 servidores municipais, já que as contratações foram ilegais porque feitas sem concurso público, após a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988. De acordo com a sentença os demitidos não têm direito a indenização, por terem sido contratados ilegalmente.

Outro trunfo apresentado pela prefeitura, que estava sendo usado na justificação da necessidade das demissões, foram os novos resultados positivos apresentados pela Limpurb que apresentou economia de R\$ 737 mil, com a renegociação das dívidas com as prestadoras de serviços, e R\$ 1,3 milhão com a demissão dos 2.223 empregados da Limpurb, após a posse da nova diretoria.

(28/02/97)Limpurb apresenta economia de R\$ 737 mil

Os termos dos contratos renegociados com as empresas Vega Sopave, Jotagê, Pavter e Famac, que resultaram numa economia na ordem de R\$ 737 mil por mês para a empresa, foram apresentados ontem à imprensa pelo presidente da Limpurb, Jalon Oliveira. Ele disse que anteriormente o custo por tonelada de lixo coletado era de R\$ 49,16, passando agora para R\$ 39,80 nos atuais contratos. A renegociação atende ao Decreto nº 11.529/97, que determina o enxugamento e racionalização de gastos na máquina administrativa.

Com este ganho a Prefeitura de Salvador pode asfaltar até oito quilômetros de ruas na cidade mensalmente ou recuperar oito salas de aula durante o mesmo período, beneficiando cerca de 10.080 estudantes da rede pública – explicou o presidente da Limpurb, acrescentando que R\$ 1,3 milhão também foram economizados com o desligamento dos 2.223 empregados. Preocupado em demonstrar o enxugamento dos gastos da empresa, Jalon informou que a partir de agora pretende pagar pelas horas extras no máximo 20% do total dos R\$ 509 mil pagos em dezembro.

Campanha educativa

Ao explicar que a limpeza da cidade ainda caminha para a normalização, o presidente da Limpurb sinalizou que em abril a situação ficará regularizada. Disse que a Conder sai do circuito já dia 13 de março, enquanto a Limpurb permanecerá responsável por 25% da limpeza da cidade, que produz 2.300 toneladas de lixo por dia. Anunciou que à frota de 20 caminhões de coleta da Limpurb, que receberão calha para depósito do chorume, serão acrescentados outros 53 novos compactadores.

Estes novos equipamentos terão custo zero para a Limpurb porque estão sendo adquiridos pelas empresas terceirizadas”, explicou.

A luta dos demitidos estava cada vez mais forte, e anacronicamente, mais fraca, devido ao fortalecimento das posições da prefeitura, seja através do apoio da justiça, de segmentos importantes da sociedade civil e, especialmente, do aparato midiático da TV Bahia, empresa de televisão ligada ao senador Antonio Carlos Magalhães e que durante todo o processo apresentava cobertura dos acontecimentos de maneira bastante tendenciosa, levando a população a crer que os demitidos eram arruaceiros, e até mesmos “marajás” do serviço público que o governo municipal se esforça em combater.

No dia 04 de março de 1997, uma terça feira, mais uma grande manifestação foi realizada pelos funcionários demitidos da Prefeitura de Salvador na Praça Municipal. Um forte aparato policial conteve todo o tempo os ânimos dos manifestantes, que pretendiam encontrar o prefeito Antonio Imbassahy, que abriria os trabalhos legislativos da Câmara dos vereadores naquele mesmo dia a tarde. Diferentemente da última manifestação dos

demitidos, aonde o vidro do carro do prefeito chegou a ser quebrado, esta manifestação ficou apenas na provocação.

O clima era muito tenso, chegando a polícia a montar barreiras de isolamento em diversos pontos da praça municipal para impedir o acesso dos manifestantes. Assim que o prefeito Antonio Imbassahy chegou ao local sofreu uma forte vaia dos manifestantes presentes. No dia seguinte os jornais locais estampavam as declarações do prefeito diante do ocorrido: *“Estarei sereno sempre, mas serei rígido quando for necessário, pois não posso compactuar com a bagunça e a desordem. Os erros de administrações anteriores terão que ser corrigidos e a lei será cumprida”*.

Após aquele ato várias reuniões foram realizadas entre vereadores que compunham uma comissão mista em defesa dos demitidos, e a prefeitura buscando uma solução para impasse. A pressão dos vereadores chegou a surtir efeito, levando o prefeito a anunciar na imprensa a possibilidade de pagar as indenizações. Apesar destas declarações o próprio prefeito retornou a imprensa para descartar esta possibilidade.⁹

Ainda assim o movimento manteve a ocupação na Praça Municipal, e articulou um projeto de lei na Câmara Municipal que tentava obrigar a prefeitura a pagar as indenizações. Este projeto chegou a ser aprovado num momento impar de vitória da oposição minoritária, que foi por eles mesmos justificada por “um cochilo” da base governista. Apesar do cochilo o prefeito não tardou em vetar o projeto e articular a manutenção do veto em votações posteriores.

Durante todo o mês de março as manifestações continuaram e em muitas delas a presença da polícia era maciça chegando mesmo a prender carros de som e até trios elétricos usados nas manifestações. A meta principal naquele momento do movimento era

⁹ Ver jornais A Tarde do dia 05/03/1997 e 06/03/1997.

ser recebido pelo prefeito para exercer uma pressão mais efetiva. No dia 18 de março o prefeito acabou recebendo uma comissão de representantes dos demitidos para tentar superar o impasse, o que não acabou acontecendo por falta de acordo entre as partes.

Imbassahy recebe hoje comissão de demitidos (18/03/97)

O prefeito Antonio Imbassahy (PFL) decidiu entrar pela primeira vez pessoalmente no circuito das negociações com os demitidos e recebe, hoje, às 19h30min, no Palácio Thomé de Souza, uma comissão de ex-servidores. Trata-se do aceno mais direto de Imbassahy desde as demissões, que completaram ontem um mês trazendo um rastro de desgaste, insegurança, desentendimentos e confusões de toda ordem na área política municipal.

O anúncio de que Imbassahy receberá os demitidos foi comemorado por vereadores e deputados que têm acompanhado o movimento contra as demissões, mas não significa que o prefeito garanta o pagamento de indenizações, hoje principal pleito dos ex-servidores. Pelo contrário, o prefeito deve acenar com outras alternativas, como recolocação dos demitidos no setor privado, aproveitamento preferencial de quadros no processo de terceirização previsto para a prefeitura e liberação do FGTS, conforme apurado ontem por A TARDE.

Para negar as indenizações, Imbassahy permanece embasado na corrente jurídica segundo a qual os contratos dos 4.741 servidores demitidos eram ilegais e indenizá-los corresponde a, paradoxalmente, reconhecer sua legalidade. "O prefeito quer, de fato, uma solução para o problema e a disposição de receber a comissão é a prova disso", disse ontem o líder do governo na Câmara, vereador Pedro Godinho (PFL).

Além dele, foi convidado para o encontro o vereador Alcindo da Anunciação (PL), que estava sugerindo a reativação de uma comissão suprapartidária para discutir o problema, embora outros parlamentares possam participar da audiência. "Sabemos que a Constituição permite isto", afirmou, referindo-se ao Artigo 37, da Constituição Federal, que, segundo ele, permite a indenização nos casos em que os atos do Executivo se revelarem nocivos aos servidores. "A prefeitura pela primeira vez reconhece a necessidade de tratar do assunto e a possibilidade de uma solução", disse o vereador Daniel Almeida (PC do B)

Já desanimados com as sucessivas derrotas, os demitidos resolvem voltar a Igreja do Senhor do Bonfim para mais uma manifestação simbólica em busca de uma solução para o problema dos 4.741 demitidos.

Demitidos "abraçam" Igreja do Bonfim e pedem proteção (22/03/97)

Cerca de 400 demitidos da prefeitura participaram, ontem pela manhã, de uma manifestação simbólica que partiu do Largo dos Mares em direção à Igreja do Bonfim, onde receberam uma bênção especial e deram um abraço em torno do templo. Eles aproveitaram a sexta-feira para ir à Colina Sagrada pedir a proteção do Senhor do Bonfim para que suas reivindicações fossem atendidas e, ao mesmo tempo, denunciar à população a situação de penúria em que estão vivendo. Viaturas do 8º BP marcaram presença, mas não ocorreram confrontos graves.

O 8º Batalhão da Polícia acompanhou o percurso com um furgão, que seguia os manifestantes, e uma viatura, bloqueando o tráfego na entrada da Avenida Dendezeiros, sentido Bonfim, nas imediações do Hospital Irmã Dulce. No local, o 1º tenente Paulo José, inicialmente, tentou impedir a entrada do carro de reportagem de A TARDE, recomendando que se usasse a Luiz Tarquínio/Imperatriz como via de acesso ao Bonfim. Devido aos protestos, ele reconsiderou, ordenando que o carro de reportagem seguisse o da PM. No percurso da passeata, a conversa dominante dizia respeito à dúvida quanto a liberação do FGTS e a inclusão dos servidores dispensados no Programa de Seguro Desemprego. “A prefeitura ainda não liberou o salário de dezembro e, se não fosse por um dinheiro que tomei emprestado estaria passando fome”, disse um ex-funcionário da Transur, com oito anos de trabalho, que pediu para não se identificar. Ele acrescentou que “esta situação tem que ter logo um desfecho”. “Boa parte dos desempregados ali presente temia dizer seus nomes, antevendo futuras represálias”. No adro da Igreja do Bonfim os manifestantes fizeram uma pausa, e, atendendo à orientação da liderança, começaram a se dirigir para o interior do templo cantando a Ave Maria, de mãos dadas. Nesse momento, o furgão do 8º BPM surgiu pela esquerda da praça acelerando e forçando a passagem pelo meio da multidão. Assustados, os demitidos passaram a entoar o Hino ao Senhor do Bonfim. O deputado Nelson Pellegrino dirigiu-se a sacristia para pedir que fosse dada uma bênção aos desempregados. Enquanto aguardavam, o toque de descontração ficou por conta de Josias de Sousa, demitido da Limpurb, que, de peruca loura e câmera na mão, bancava o repórter de TV, para o riso de todos.

Apoio da Igreja

Do alto da escadaria, o padre Uelson Rodrigues rezou um Pai Nosso e uma Ave Maria e afirmou que a Igreja está solidária e sempre apoiou e apóia a causa dos demitidos. “Todos no Brasil lutam por empregos e salários dignos e nada mais justo que isto”, disse. Ele lembrou que o próprio Jesus recomendou repartir o pão e que as pessoas necessitam de dinheiro para “comprar o alimento necessário, vestir-se, morar e dar assistência à sua família”. O padre conclamou a todos a continuar a luta, mas sem violência. Emocionada, a multidão aplaudiu calorosamente, partindo para um abraço simbólico em torno do templo numa demonstração de união e de fé. Posteriormente, o movimento pretende, em data a ser marcada, realizar nova manifestação até a Residência Arquiepiscopal, no Campo Grande, quando será solicitado a dom Lucas que celebre uma missa na intenção dos demitidos.

Sobre o movimento, o deputado Pellegrino disse que aguarda o retorno do prefeito Antonio Imbassahy de Brasília, para saber dos desdobramentos quanto à liberação do FGTS dos servidores. Por enquanto, os demitidos manterão a vigília na Praça Municipal e, na próxima semana, será lançada uma campanha conclamando a população de Salvador a doar alimentos e dinheiro para os desempregados, enquanto o impasse não é superado. O deputado petista informa ainda que foi formada uma comissão na Assembléia Legislativa para fazer pressão no sentido de que os trabalhadores demitidos sejam inclusos no Programa de Seguro Desemprego.

Em abril o movimento começou a ter alguns sinais de vitórias, com a possibilidade de receberem a segunda parte do décimo terceiro e com a possibilidade de receberem o seguro-desemprego. Neste último caso a vitória seria dupla, já que, além do alívio

financeiro com as quatro parcelas do seguro desemprego, este pagamento fortalece a tese de que os trabalhadores teriam vínculo empregatício com as empresas, o que poderia garantir a eles no futuro o FGTS e a contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria por tempo de serviço.

Demitidos da prefeitura já têm garantido o seguro-desemprego (04/04/1997)

Os 4.741 servidores demitidos pela Prefeitura de Salvador vão receber o seguro-desemprego, em um primeiro indício de reconhecimento do vínculo empregatício dos trabalhadores com as empresas municipais nas quais eram lotados, a despeito de seus contratos terem sido considerados nulos. A liberação do benefício foi autorizada por unanimidade, ontem, pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), em reunião realizada em Fortaleza, com a participação do secretário municipal de Administração, José Cabral.

A decisão do Codefat foi recebida com otimismo pelo prefeito Antonio Imbassahy, que creditou a liberação ao empenho do ministro do Trabalho, Paulo Paiva. O prefeito chegou a agradecer ao ministro pela investida através de telefonema, à tarde. Imbassahy admitiu que alimentava a expectativa sobre a aprovação da liberação do benefício e chegou a externar seu otimismo durante almoço com o seu chefe de gabinete, Gildásio Xavier. O prefeito foi informado sobre a decisão do Codefat pelo secretário José Cabral, que promete se empenhar para garantir a liberação do benefício "o mais rápido possível".

Boa vontade - Enquanto o prefeito enaltece a atitude do ministro Paulo Paiva, o secretário José Cabral cita o que classificou de "boa vontade" do Codefat no trato da questão dos demitidos. Cabral viajou ontem à Fortaleza para participar da reunião do conselho, com nove integrantes, numa composição tripartite. O secretário retorna hoje a Salvador para operacionalizar a liberação do seguro-desemprego.

Cabral planeja uma reunião com os dirigentes das empresas nas quais os demitidos eram lotados para a próxima segunda-feira, quando pretende repassar as informações sobre como garantir a liberação do seguro. "Farei tudo para apressar a liberação", promete. O secretário evitou tecer comentários sobre uma possível liberação do FGTS dos demitidos, o que é aguardado com muita expectativa pelos trabalhadores.

A medida adotada pelo Codefat é vista com entusiasmo pelo líder do prefeito na Câmara Municipal, Pedro Godinho (PFL) e pelo líder da bancada do PC do B na Casa, vereador Daniel Almeida. Daniel avalia que a liberação demonstra que o esforço dos demitidos está surtindo efeito e cita a vontade política do prefeito para solucionar a questão dos trabalhadores. "Espero que o prefeito demonstre a mesma vontade para liberar o FGTS".

A liberação do FGTS e o pagamento da segunda parcela do 13º salário dos trabalhadores esvaziaria de vez o projeto aprovado na Câmara autorizando a indenização aos demitidos pela prefeitura, avalia Almeida. Daí, a Câmara Municipal poderia avalizar o veto do prefeito ao projeto, acrescenta. No próximo dia 29 o Conselho Curador do FGTS vai se reunir e os demitidos certamente torcem para receber notícia favorável sobre a decisão do órgão.

Após a vitória do movimento que garantiu o pagamento do seguro desemprego e do décimo terceiro salário, representantes dos trabalhadores e vereadores da oposição iniciaram uma peregrinação a Brasília para pressionar os membros do Conselho Curador do FGTS a reconhecerem o direito e a autorizarem a liberação do FGTS dos demitidos.

Apesar das últimas vitórias alguns trabalhadores demitidos não suportaram a pressão do desemprego. De acordo com depoimentos de demitidos, um agente de limpeza se enforcou em sua casa por não suportar a situação a que estava submetido. O agente de limpeza, Anailton Santos da Silva, 38 anos, residente no bairro Sussuarana em Salvador já havia comentado com colegas que estava passando privações já que não tinha condições de alimentar seus quatro filhos.

No primeiro dia do mês de maio, data em que se comemora o dia dos trabalhadores, os servidores demitidos resolveram realizar mais uma manifestação visando manter a mobilização e a presença na mídia de suas reivindicações. O que acredito não esperavam é que, após os últimos avanços nas negociações, a prefeitura ordenasse uma forte repressão ao movimento para que não chegassem a Praça Municipal. O que se viu foi uma grande guerra em pela Praça Castro Alves, ironicamente conhecida com a “a praça do povo”.

Manifestantes e PM enfrentam-se no centro (01/05/1997)

A Praça Castro Alves foi palco, ontem, de uma batalha sangrenta envolvendo 90 policiais do 18ºBPM e cerca de dois mil funcionários da prefeitura, que foram demitidos em fevereiro passado. Tudo começou às 18 horas, quando uma passeata dos servidores demitidos saiu da Piedade em direção à Praça Municipal, onde seria realizada mais uma assembléia. Meia hora depois, os manifestantes chegaram ao final da Avenida Sete e foram surpreendidos com um cordão policial que os impediu de seguir adiante. Utilizando um carro de som, os manifestantes tentaram pressionar os policiais a darem passagem, mas não houve progresso nas negociações entre as partes.

“Neste momento, eles jogaram o carro de som sobre uma de nossas viaturas, e a luta começou”, conta o comandante do 18º BPM, tenente-coronel Josué Brandão, que estava na frente do pelotão. “Eles é que começaram a bater na gente”, retruca

Joel Lopes, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos. De acordo com o deputado Nelson Pellegrino (PT), “a briga em si partiu dos dois lados, mas foi provocada, inicialmente, pelos policiais, que fecharam a passagem para os manifestantes”. Os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo e os servidores revidaram com pedradas. Resultado: sobram pauladas, cacetadas e até tiros de revólver, além de muito sangue e quebra-quebra.

Medo de morrer

Durante o combate, que durou meia hora, cerca de 50 manifestantes apanharam com cassetetes dos policiais, que batiam em todas as partes do corpo, inclusive na cabeça. Por sua vez, os manifestantes quebraram nove das dez janelas de vidro do módulo policial da Praça Castro Alves e ainda apedrejaram um ônibus e três viaturas que conduziam os militares. “Pela primeira vez na minha vida tive medo de morrer, fiquei abaixado atrás de um carro e levei duas pedradas no peito”, disse o comandante do 18º BPM, Josué Brandão. “Se alguém esteve perto de morrer, foram os trabalhadores”, rechaçou o presidente do Sindlimp, Carlos Alves Nascimento. Logo após o combate, a PM começou a dar voz de prisão e chegou a deter nove pessoas de forma arbitrária.

Às 19 horas, a Praça Castro Alves já estava quase deserta, com pedras e estilhaços de vidros por toda parte. O módulo policial estava quase todo destruído. Os comerciantes próximos, que pediram para não se identificar, disseram que a confusão parecia ter sido premeditada pela polícia. Na opinião deles, os policiais foram mais agressivos que os manifestantes. “Os policiais armaram o cerco para haver briga”, era o comentário comum às pessoas que presenciaram as cenas. Segundo um comerciante ambulante, dois policiais começaram a empurrar e a bater nos manifestantes logo que eles chegaram no local do cerco, e isso teria sido o estopim da confusão. “Depois disso, o carro de som avançou e a confusão começou”, diz Marretada. Na Praça Municipal, o capitão Josemar Pereira Pinto exibia o rosto todo ensanguentado, consequência de uma pedrada. Segundo o comando do 18º BPM, 15 policiais foram atingidos com pedras na cabeça. “Reagimos porque fomos insultados. Há 60 dias que venho agüentando esse pessoal pacificamente”, dizia o comandante Josué Brandão. “Na confusão, eles tentaram linchar o policial que estava dentro do módulo”, garante o comandante. Segundo ele, “em nenhum momento a polícia queria o confronto”. No entanto, não respondeu sobre o motivo pelo qual a PM teria fechado o cerco, para impedir que a passeata chegasse até a Praça Municipal. “Nós saímos com mais vítimas do que eles, o que prova que fomos atacados”, acrescentou.

Na 1ª Delegacia dos Barris, o demitido da Limpurb Augusto Pereira Santos, pai de oito filhos, estava com um corte profundo de 10 centímetros na testa. Ele chegou a desmaiar. “O policial se aproximou de mim e sem pena lascou a marretada”, contou ele, com muito sangue no rosto. Outros três funcionários da Limpurb também estavam na delegacia com cortes na cabeça. Segundo Joel Lopes, diretor do Sindseps, não dava para quantificar o número de feridos, porque muita gente foi para casa sangrando e com marcas nos corpos. Ele disse, inclusive, que, no meio da confusão, o carro de som ficou com várias marcas de bala. A mesma informação foi passada por comerciantes que presenciaram a batalha, mas a reportagem de A TARDE não localizou o carro metralhado.

O conflito, na Praça Castro Alves, causou ferimentos em 50 manifestantes e 17 policiais militares. Nove pessoas foram detidas, e cinco permaneceram presas até o

pagamento de fiança (no valor de um salário mínimo). O acontecimento foi fortemente noticiado pela imprensa escrita, e logo após começaram as trocas de acusações de ambos os lados. A PM alegava que foi atacada a pedradas e que vários políticos incitaram a manifestação e a violência. Pelo seu lado os demitidos alegavam terem sido atacados com bombas de gás lacrimogêneo e com uma série de prisões arbitrárias após o término do ato.

No meio de um estado de mobilização, após vários confrontos com a polícia, os trabalhadores em limpeza passaram o seu dia, 16 de maio. A maioria dos dirigentes sindicais afirmava nos jornais locais ter poucos motivos para comemorações. Além dos 2.400 trabalhadores da Limpurb demitidos entre os 4.741 anunciados pela prefeitura, os dirigentes reclamam dos baixos salários e das precárias condições de trabalho. Afirmam também que sofrem forte preconceito da sociedade, que não dá importância à tarefa desenvolvida pelos profissionais de limpeza pública. Naquela data, em lugar dos tradicionais festejos, o Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública, Asseio, Conservação, Jardinagem e Controle de Praga do Estado (Sindilimp) decidiu realizar uma manifestação numa das estações de ônibus de maior volume de passageiros de Salvador, num protesto contra a demissão dos 2.400 trabalhadores da Limpurb.

De acordo com o diretor do Sindilimp, Vítor Costa, a Bahia abriga cerca de 10 mil trabalhadores em limpeza, sendo que em Salvador atuam 7.500 trabalhadores. Para piorar a situação da classe, Costa afirma que 75% do serviço de limpeza pública em Salvador é terceirizado. Enquanto o gari que trabalha pela Limpurb recebia, em 1997, R\$ 280, o que trabalha para empresas terceirizadas ganhava R\$ 150. O diretor do sindicato demonstrou mesmo maior preocupação a questão das demissões. *“Os trabalhadores em limpeza vão voltar à Praça Municipal para esta manifestação, porque o prefeito Antonio Imbassahy*

está sendo prefeito para a classe dominante e age como xerife para as classes economicamente desfavorecidas”.

O mês de junho é o momento decisivo de rompimento de todas as tentativas de conciliação entre demitidos e prefeitura. É também, em minha análise, o momento de início do refluxo do movimento que só vai retornar a vitórias no ano de 2001 quando o presidente da república vai sancionar a medida provisória n. 2.164-41, alterando a CLT e permitindo que todos os trabalhadores que foram demitidos por terem seus contratos considerados nulos, recebam o seu FGTS.

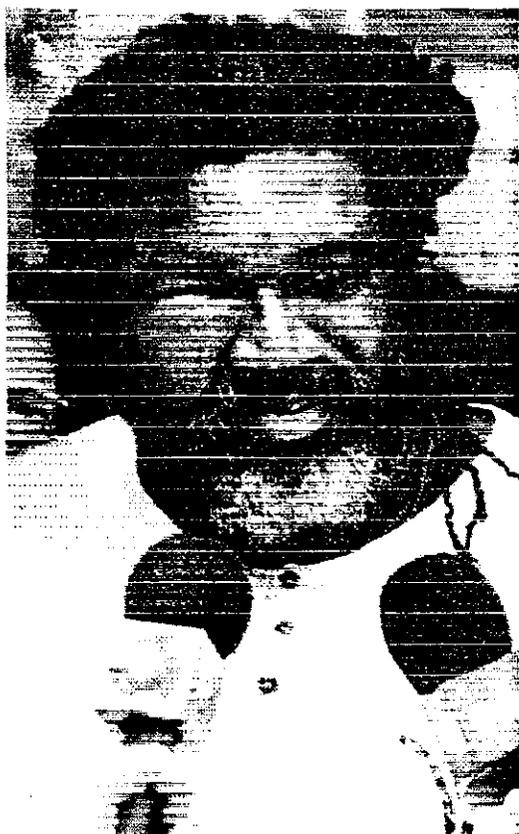
Art. 9º. A Lei no. 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar as seguintes alterações:

“Art. 19 A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º., da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário.”

No dia 08 de junho uma manifestação promovida pelo Movimento dos Demitidos da Prefeitura que saiu da Praça da Piedade e tinha como destino final chegar até a Praça Municipal, que por decreto do prefeito estava proibida como local de manifestações públicas, acabou em mais uma cena de violência, porém com detalhes importantes se considerarmos o estilo de luta promovido pelo movimento e pelo Sindlimp em especial.

Com cerca de 700 manifestantes a passeata foi interrompida mais uma vez na Praça Castro Alves, e dispersada com bombas de gás lacrimogêneo. Nesta última manifestação a reação dos manifestantes foi diferente das manifestações anteriores, já que não houve resistência significativa e logo os participantes se dispersaram sob a nuvem de gás. Apesar da rápida dispersão, como em uma ação premeditada, a polícia prendeu de imediato o então presidente do Sindlimp, Paulo da Anunciação, por “incitação ao crime”, “dano qualificado” a uma viatura da PM, e “lesões corporais”. Só após a liberação do preso é que se percebeu o

tamanho do incidente. Além de ter sido barbaramente torturado, o dirigente sindical teve os seus cabelos, criados ao estilo *rastafari*, cortados a facção pelos policiais. A foto abaixo circulou por vários instrumentos de comunicação alternativos, embora não merecesse nenhuma menção na TV Bahia e nos outros meios de comunicação ligados ao senador ACM.



O acontecimento tem uma forte simbologia se levarmos em consideração a já conhecida prática racista entre membros da polícia baiana, que costuma considerar como “indivíduos suspeitos” os jovens negros da periferia. Vários políticos, dirigentes sindicais e de representantes de movimentos Negro e de Defesa dos Direitos Humanos rapidamente se mobilizaram na época e passaram a exigir a expulsão imediata dos quadros da PM, do capitão Francisco Leal Santos, apontado como autor intelectual e participante das agressões

contra Paulo Anunciação. Em uma entrevista coletiva, realizada na sede do sindicato, o sindicalista, com hematomas generalizados no corpo, principalmente nas costas e no olho direito (impossibilitando 90% da visão), contou, sob indignação e protestos, os mais de quinze minutos em que esteve “tomando pancada e sendo chamado de negro descarado”.

O relato do sindicalista foi feito sob dificuldades de fala: *“As fortes pancadas nas costas e em todo o corpo que recebi, através de punhal e de outro objeto pontiagudo que não me lembro, parecem ter afetado meu pulmão”*, disse Paulo Anunciação. Ele reafirmou que não “provocou” os policiais. As torturas e ofensas aconteceram no trajeto da Praça Castro Alves até a 1ª Delegacia (que fica no bairro dos Barris). Paulo Anunciação, citou dois momentos de maior temor. *“Cortaram meu cabelo à faca, enquanto o capitão dizia, negro nojento. Todos os outros sete soldados riam”*. Próximo à delegacia, continuou, *“voltaram a me bater num dos ombros, com algum instrumento que provocava uma dor terrível”*.

Após passar toda a noite detido, Paulo Anunciação foi posto em liberdade, mediante o pagamento de fiança no valor de R\$ 458. *“Durante o depoimento o delegado tentou omitir alguns depoimentos que prestei, caracterizando crime de racismo”*.

PM dissolve passeata à força e detém presidente do Sindilimp (9/06/1997)

A manifestação de trabalhadores e funcionários demitidos da Prefeitura de Salvador, realizada ontem à tarde, entre a Praça da Piedade e a Castro Alves, resultou na prisão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Limpeza (Sindilimp), Paulo Anunciação. Mais de 130 policiais do Batalhão de Choque e 18º BPM dispersaram aproximadamente 700 manifestantes com o uso de bombas de gás lacrimogêneo, interceptando a manifestação, que deveria terminar em frente à sede da Prefeitura, na Praça Municipal.

O líder sindical foi algemado pelos policiais e levado para a 1ª Delegacia de Polícia, no Complexo dos Barris, onde foi autuado em flagrante por “incitação ao crime”, “dano qualificado” a uma viatura da PM, e “lesões corporais”. Os policiais alegaram que os manifestantes tinham como objetivo apedrejar a sede da Prefeitura e que acabaram arremessando as pedras contra a barreira de policiais e viaturas da PM, na Praça Castro Alves. Lideranças sindicais denunciaram que Paulo

Anúnciação teve seus cabelos -criados no estilo rastafari- cortados a faca pelos policiais e foi espancado, mesmo sem esboçar reação.

Deputado ameaçado

Paulo Anúnciação negou a utilização de pedras durante o ato público. “Estávamos em fila indiana para não prejudicar o trânsito, em direção à Praça Municipal, onde, se houvesse condições, realizaríamos uma assembléia. Senão, iríamos descer a Ladeira da Praça rumo ao Sinergia, nas Sete Portas”, detalhou ele, que foi ouvido pelo delegado Antônio Fernando Soares do Carmo, plantonista da 1ª DP, na presença do deputado Néelson Pellegrino (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que também iria participar da manifestação que foi abortada. “A intenção da PM foi desarticular o movimento, além de prender Paulo Anúnciação, que já estava visado, e a mim”, disse o deputado, acrescentando que entregou oficialmente a responsabilidade pela sua vida ao Secretário de Segurança Pública, Francisco Neto, bem como ao Comando da PM.

O capitão Francisco Leal Santos, do 18º BPM, foi quem apresentou o líder sindical à delegacia, afirmando ser ele recorrente neste tipo de manifestação. Semana passada, os funcionários demitidos de empresas públicas como Limpurb, Transul, Codasal e Cohab realizaram uma manifestação semelhante e passaram em frente à sede da Prefeitura dirigindo xingamentos ao prefeito. Fontes da Polícia Militar garantiram possuir informações, de pessoas infiltradas no movimento dos demitidos, de que a manifestação de ontem iria ser concluída com o apedrejamento da sede da Prefeitura e que este teria sido o motivo da decisão de barrar a passagem dos manifestantes.

O delegado Antônio Fernando enquadrou o sindicalista nos artigos do Código Penal 286, 163 parágrafo único, inciso III, e artigo 129, por “incitação ao crime”, “danos ao bem público” e “lesões corporais”, em vista das pedras contra viaturas e policiais. Autuado em flagrante, ele foi liberado porque os crimes são afiançáveis mas o auto de prisão ainda será remetido à Justiça no prazo de lei, 10 dias.

Após este acontecimento o movimento ganhou força por um lado, já que passou a ter boa parte da opinião pública ao seu lado, mas perdeu força por outro, ao ver grande parte dos trabalhadores, que participavam diariamente dos atos, se afastarem das atividades, muitos inclusive com medo da violência policial.

Dez dias depois da prisão de Paulo Anúnciação, o movimento retornou as ruas para mais uma manifestação que objetivava chegar a Praça Municipal, que a este momento já estava se tornando uma questão de honra para o movimento. Esta preocupação em furar o cerco da polícia e a proibição da prefeitura de realização de manifestações na Praça Municipal fica bastante explícita nos documentos e panfletos do Sindlimp.

Trabalhei o ano inteiro e não tenho dinheiro para comprar nenhum tempero, que vergonha para Salvador. Imbassahy, ACM meu dinheiro ele roubou.

Já fazem mais de 90 dias que o prefeito da burguesia e xerife dos pobres, Antonio Imbassahy, obedecendo ordens do seu chefe ACM, que reza na mesma cartilha do neoliberal FHC, jogou no olho da rua 4.741 trabalhadores da Prefeitura, sendo mais de 2.500 só de trabalhadores da limpeza pública, num total desrespeito aos direitos trabalhistas. Se houve irregularidades na contratação, os culpados foram os prefeitos que contrataram sem concurso público, os trabalhadores não tem nada com isso. Trabalharam duro por seis, sete, até nove anos e merecem receber suas indenizações. Além de não pagar nada, o xerife ainda coloca a polícia para espancar trabalhadores famintos e indefesos, como se uma das piores polícias, considerada pela opinião pública, pudesse resolver os problemas dos trabalhadores. Polícia é pra quem precisa de polícia. Nós precisamos é de justiça social. Os trabalhadores repudiam os atos arbitrários do xerife (prefeito) e exigem pagamento aos demitidos.

A polícia não pode impedir os demitidos de se reunirem na Praça.¹⁰

Mesmo após toda a violência verificada no ato do dia 18 de junho, a polícia não baixou a guarda e manteve o cerco ao movimento tentando impedir a sua chegada a Praça Municipal. Mas uma vez o ponto de interseção entre a polícia e os manifestantes foi a Praça Castro Alves. Num sinal de enfraquecimento do movimento e de certo temor da direção sindical e de boa parte dos manifestantes da violência policial, a direção da manifestação resolveu acatar a ordem da polícia e não avançar buscando furar o cerco.

Polícia Militar impede passeata (28/06/1997)

Salvador conviveu, ontem, com mais uma cena de desrespeito ao direito sagrado do ir e vir garantido pela Constituição. O Fórum dos Demitidos da Prefeitura realizou, no final da tarde, da Piedade à Praça Castro Alves, uma passeata contra a violência policial, racismo e pelo direito da liberdade de manifestação popular. A intenção do Fórum, representada pela CUT e por cerca de 15 sindicatos, era a de se deslocar até a Praça Municipal. A Polícia Militar não permitiu. Nada menos que 150 policiais do Batalhão de Choque e 18º BPM, fortemente armados, portando escudos, máscaras e bombas de gás lacrimogêneo, ocuparam todo o centro da cidade. Só na Praça Castro Alves, 90 policiais do Batalhão de Choque, 10 cães e cinco viaturas formaram um cordão de isolamento, não permitindo a passagem dos manifestantes. O clima foi de muita tensão. Além dos sindicalistas e parlamentares, a passeata contou com a

¹⁰ Panfleto distribuído pelo Fórum de Entidades em Defesa dos Demitidos da Prefeitura de Salvador – CUT em maio de 1997.

participação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Pedro Wilson (PT-Goiás). Ele disse que esteve na Bahia para apurar atos de violência em Salvador (contra trabalhadores e políticos), Pau Brasil (contra os índios) e Rio das Rãs (contra a comunidade negra). Em relação à violência policial praticada contra o sindicalista Paulo Anunciação, que sofreu espancamento e teve os cabelos cortados de faca, Wilson afirmou: “A responsabilidade da violência policial é do governo do Estado. O governo tem dupla culpa. A primeira, por não proteger o cidadão, e a segunda, por agredi-los”. Ele afirmou que o relatório sobre a violência do Estado será encaminhado ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, em Brasília. A decisão de acatar a orientação do comandante do 18º Batalhão da PM agradou o demitido Paulo César da Silva, 29 anos, que está no movimento desde o começo e que prefere quando não há violência. “Espero que o movimento consiga que eles paguem a gente e sem violência”, afirmou ele, lembrando que está numa situação muito difícil tendo que se virar com biscates de carregador nas feiras para sustentar a família.

Este momento é um marco do refluxo do movimento. Apesar de toda a exploração política por parte do movimento e entidades de direitos humanos do ocorrido com o dirigente sindical, Paulo Anunciação, os policiais agressores não foram punidos e a movimentação dos demitidos acabou perdendo espaço na mídia e nas ruas.

Após esta manifestação o movimento realizou poucas atividades expressivas em Salvador, ficando a luta quase que limitada às disputas judiciais pelo reconhecimento do direito a indenização dos demitidos. Em outubro de 1997 a primeira vitória judicial foi alcançada pelo movimento que conseguiu decisão favorável ao pagamento das indenizações na 6ª. de justiça.

Demitidos da prefeitura ganham ação na justiça

Continua avançando a luta dos demitidos da Prefeitura de Salvador. Depois de conseguir receber o seguro-desemprego e ter os tempos de serviço reconhecido pelo INSS para contar a aposentadoria. Agora o primeiro grupo que ingressou na Justiça reclamando a indenização ganhou na 6ª. junta. Ficando a prefeitura pagar a custa do processo, cerca de R\$ 4.000,00.¹¹

A realidade atual do Sindlimp/BA é bastante complexa. Uma série de movimentações internas tem impedido uma maior unidade dos principais grupos que atuam no sindicato. Casado a isso, o forte arrocho imposto pela gestão de Antonio Imbassahy na prefeitura tem

¹¹ Boletim o Vassourão de outubro de 1997.

colocado todos os sindicatos que representam servidores municipais na defensiva. Mas, apesar deste período de refluxo, não podemos deixar de verificar a permanência de uma prática sindical diferenciada neste sindicato, dado que, as atividades políticas que articulam elementos ligados a identidade étnica dos trabalhadores em limpeza continuam a ser realizados, e e cada vez maior a aproximação dos dirigentes sindicais com os segmentos organizados do movimento negro na Bahia.

CONCLUSÕES: A ETNICIDADE NA MOBILIZAÇÃO SINDICAL

*"No fim, tudo dá certo. Se não deu, é porque
ainda não chegou ao fim."*

Fernando Sabino

É inegável, tanto para os cientistas sociais quanto para os sindicalistas em geral, que existe uma crise estrutural no movimento sindical. Uma crise que enfraquece o sindicato enquanto instrumento político e social, e instrumento de luta por melhorias salariais.

Este enfraquecimento é visível na diminuição das greves, nas dificuldades de mobilização que a grande maioria dos sindicatos estão passando, na quebra de conquistas trabalhistas históricas, no aumento desenfreado do desemprego, e no fortalecimento do Neoliberalismo, especialmente no espaço intra-fábrica.

A Reestruturação Produtiva, fenômeno aplicado a partir da crise do modelo fordista, implementa uma série de mudanças no padrão de gestão, não só técnico quanto humano, do trabalho. Valores como o individualismo, a competição, etc., passam a ser estimulados, inclusive entre colegas de trabalho. Isso torna o interesse pela luta sindical, coletiva, cada vez menor por parte dos trabalhadores, dificultando a mobilização das categorias, elemento fundamental na luta sindical.

Além destes fatores estruturais, relativos às mudanças ocorridas no plano da gestão do trabalho, o afastamento político das direções sindicais, que passaram a, em nome do controle das máquinas sindicais, se isolar e aceitar todas as ações antidemocráticas possíveis para não perder o controle político, e as vezes econômico, das direções sindicais, foram decisivos para o afastamento dos trabalhadores dos sindicatos.

Na Bahia a crise não se deu de forma diferente. A grande maioria dos sindicatos passou por dificuldades políticas, na última década, tendo alguns até regredido na sua organização. Vale ressaltar que a ação autoritária do Estado, que na Bahia é uma marca dos últimos governos estaduais, que não abre espaço de negociação, contribuiu de sobremaneira para este enfraquecimento.

O Sindlimp/Ba, sindicato que organiza os trabalhadores em limpeza no Estado, nasce já em um período de refluxo do movimento sindical brasileiro. Numa trajetória que combinou ações de mobilização, com lutas judiciais, o sindicato foi gradativamente fortalecendo sua representatividade, e conquistando melhorias salariais para a sua categoria. Estas vitórias representam bem mais, se levarmos em conta que os trabalhadores em limpeza na Bahia, são na sua maioria trabalhadores com baixa escolaridade e com níveis baixos de renda.

“O Sindlimp/Ba nestes 11 anos de existência representa um marco no movimento sindical. Ele organiza aqueles que os elitistas acreditavam que seria impossível unir: os trabalhadores da área de limpeza, asseio, conservação, etc. É um instrumento de luta dos trabalhadores e tem como objetivo organizar a categoria para conquistar melhores condições de vida e trabalho, salários dignos e união da categoria pois nossa força vem da mobilização.”¹

A experiência de luta do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza da Bahia é por demais enriquecedora. Considerando o fato de ser um sindicato novo, fundado a pouco mais de 10 anos, a capacidade mobilizadora demonstrada pelo sindicato, em especial durante o movimento dos demitidos da Prefeitura de Salvador no ano de 1997, foi e é bastante significativa. Outro fator importante (que merece uma análise mais detalhada) é a presença marcante dos negros entre a categoria. Os trabalhadores em Limpeza, na sua

¹ A VOZ DA LIBERTAÇÃO – Boletim Informativo do Deputado Estadual Paulo Anunciação – Dezembro/2000.

grande maioria composta por negros, assumem algumas características comuns no comportamento, o que favorece a formação de uma identidade coletiva que unifica elementos da negritude com a condição de classe à qual a categoria está submetida.

E qual é o perfil do gari de Salvador? Segundo Vitor Costa, diretor do Sindlimp, em entrevista pública pelo jornal *A Tarde* no dia do trabalhador em Limpeza, ele é em geral negro, morador da periferia ou em áreas de encostas, tem família numerosa e baixa escolaridade. A categoria sofre muito com a discriminação da população.

Um bom exemplo da discriminação sofrida pelos trabalhadores de Limpeza está presente na pesquisa de Fernando Braga da Costa, psicólogo social, que vestiu uniforme e trabalhou oito anos como gari, varrendo ruas da Universidade de São Paulo. Ali, constatou que, ao olhar da maioria, os trabalhadores braçais são "*seres invisíveis, sem nome*".

Em sua tese de mestrado, pela USP, conseguiu comprovar a existência da "invisibilidade pública", ou seja, uma percepção humana totalmente prejudicada e condicionada à divisão social do trabalho, onde se enxerga somente a função e não a pessoa. Braga trabalhava apenas meio período como gari, não recebia o salário de R\$400 como os colegas de trabalho. Segundo ele esta experiência o permitiu descobrir: "*que um simples bom dia, que nunca recebi como gari, pode significar um sopro de vida, um sinal da própria existência*".

O psicólogo sentiu na pele o que é ser tratado como um objeto e não como um ser humano. "*Professores que me abraçavam nos corredores da USP passavam por mim, não me reconheciam por causa do uniforme. Às vezes, esbarravam no meu ombro e, sem ao menos pedir desculpas, seguiam me ignorando, como se tivessem encostado em um poste, ou em um orelhão*", diz. Some-se a isso a idéia de impureza do trabalho em Limpeza que afasta as pessoas por medo de uma "contaminação" física e principalmente moral.

É comum também as reclamações da direção sindical contra as empresas de limpeza urbana, a exemplo da Limpurb, que não fornecem o material apropriado para fazer a coleta de lixo, como luvas, botas e máscaras. Com isso, os trabalhadores ficam expostos a uma série de doenças infecto-contagiosas, sem contar os acidentes de trabalho. A maioria destes acidentes ocorre com as máquinas que os garis trabalham gerando mutilações e até mortes.

“Nós não estamos na limpeza pública à toa, estamos porque somos descendentes de africanos, morávamos na periferia, tínhamos baixa escolaridade, tem dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, por conta desses ingredientes é que nós estamos nesta classe de trabalhadores”²

Desta forma as dificuldades de organização nesta categoria tornar-se-ia um elemento dificultador da ação do sindicato, principalmente levando em conta que a inserção do negro na sociedade de classes, em especial em Salvador, historicamente foi e tem sido mais difícil, jogando grande parte da população afro-descendente ao subemprego, o desemprego ou até mesmo a indigência. O índice de desemprego entre os negros em Salvador, mesmo sendo estatisticamente a maioria da população soteropolitana, é bem superior ao dos não negros, e o tipo de ocupação entre os negros é, na sua maioria, em condições insalubres ou em trabalhos de baixa renda. De acordo com dados do DIEESE relativos ao desemprego nas principais regiões metropolitanas em 1998, o desemprego na Região Metropolitana de Salvador entre as mulheres negras é de 27,6% enquanto que entre as mulheres não negras o índice chega a 20,3% da População Economicamente Ativa. Entre os homens a diferença é ainda maior. Enquanto que 24% dos homens negros da RMS estão desempregados, apenas 15,2% dos não negros se encontram sem trabalho.

² Entrevista concedida pelo Deputado Estadual Paulo Anunciação, ex-coordenador do Sindlimp/Ba.

A AÇÃO SINDICAL CONECTADA A VALORIZAÇÃO DO “SER NEGRO”

Estas características da categoria acabaram por levar a direção do Sindicato a articular em sua ação sindical uma série de signos que faziam referência a identidade étnica negra. Desde questões que recuperam a história de luta do povo negro no Brasil a temas e costumes contemporâneos comuns entre os moradores de periferia, em sua maioria negros.

Indagando qual a origem desta articulação – ação sindical e luta anti-racista – foi difícil concluir, de maneira precisa, se tudo começou a partir de uma ação direcionada da direção sindical, ou se, naturalmente as demandas concretas específicas da categoria acabaram levando a esta configuração.

Em entrevistas realizadas com alguns dirigentes sindicais havia sempre um consenso entre eles da força deste tipo de linguagem “étnica”, e da necessidade de radicalizar esta prática. O interessante é que esta conexão surgiu não de uma orientação clara para a ação, e sim da própria demanda da categoria, que esperava do seu sindicato estas ações, voltadas para as suas raízes culturais.

A própria história de fundação do Sindlimp está muito ligada a luta anti-racista. Os primeiros dirigentes do sindicato já se articulavam na política através do MNU (movimento Negro Unificado), e, portanto já tinham na sua trajetória política este aprendizado de luta anti-racista.

No decorrer da história do sindicato vários elementos ilustraram esta opção de linguagem sindical. Verificamos a presença de signos étnicos em diversas áreas da atuação do Sindlimp, que vai desde as atividades culturais, marcadamente orientadas por músicas mais comuns na cultura negra, como, por exemplo, o reggae; a imagem do Sindicato e dos sindicalistas, que preferem cores e símbolos da cultura negra. O que falar dos cabelos

rastafaris de boa parte dos seus dirigentes, da cores do Panafricanismo na frente da sede do sindicato e das fotos de Bob Marley nas salas internas da sede do sindicato. Quantas festas ao som do reggae de protesto de Edson Gomes foram organizadas, e quantos desfiles de carnaval o bloco afro Xourume organizado pelo sindicato participou?

Mas o principal elemento verificado pela nossa pesquisa realmente está na unificação do discurso. A luta contra a exploração capitalista em nenhum momento foi mais valorizada do que a luta contra o racismo e a opressão do povo negro. A condição de gari daqueles trabalhadores estava sempre ligada à história de escravidão e racismo sofrida pelos negros no nosso país, de acordo com os inflamados discursos dos dirigentes sindicais. A disposição de participar de todos os acontecimentos políticos da luta anti-racista em Salvador foi colocando o Sindlimp como um grande aliado dos movimentos negros organizados em Salvador.

Esta preocupação específica e a forte presença dos seus dirigentes no movimento dos demitidos, acabou levando o Sindlimp a ocupar um espaço significativo no plano político municipal. Este fortalecimento se materializou na candidatura de Paulo da Anunciação, então presidente do sindicato, a vereador em Salvador. Uma candidatura do sindicalismo dos trabalhadores em limpeza, mas também, em igualdade de intensidade, uma candidatura de um segmento expressivo dos negros da cidade. Aqueles que se espremem na periferia de Salvador e não vêm representados pelo movimento negro organizado, que ainda se encontra preso a uma linguagem acadêmica, que possui pouca capacidade de diálogo com este outro mundo dominado pelos negros, tão excluídos que até encontram dificuldades de se sentirem negros.



A campanha foi impressionante. Uma campanha com poucos recursos conseguiu uma inserção enorme em bairros periféricos como o Beiru (hoje Tancredo Neves), com uma forte história de resistência a violência policial aplicada sobre os jovens negros, e também com um enorme crescimento entre os filiados ao sindicato. Ao final do processo eleitoral a candidatura ficou com uma das suplências, e em 1998 iniciou uma nova campanha, visando o cargo de deputado estadual, ficando novamente na suplência, sendo desta vez a primeira suplência. Mais uma vez houve uma enorme ampliação da candidatura, especialmente para o interior, agrupando-se a diversos grupos regionais de luta anti-racista, e na capital com um apoio maciço entre os 4.741 demitidos da prefeitura de Salvador.

Com o vai e vem das cadeiras Paulo Anuniação acabou assumindo uma vaga de vereador em Salvador no início de 1999 e antes mesmo do final do seu mandato afastou-se da Câmara dos Vereadores para assumir a vaga de Deputado Estadual deixada com a morte por acidente do então deputado pelo PT da Bahia, Paulo Jackson.

A ação do mandato estadual foi marcante, já que deu um toque diferente entre os deputados da Assembleia Legislativa. Como o próprio deputado afirmava, ele era o primeiro Deputado negro *rastafari* do estado da Bahia.



Uma das maiores realizações do seu mandato foi a criação da CECAD, Comissão Especial para Assuntos da Comunidade Afro-descendente, que foi instalada na Assembléia Legislativa, e da qual Paulo Anuniação foi presidente até o fim do seu mandato. Além desta iniciativa foram feitas várias outras ações voltadas para a comunidade negra e para os trabalhadores em limpeza.

Abaixo algumas das principais atividades e ações promovidas pelo mandato legislativo de Paulo Anuniação:

Projetos de Lei:

- *Dispõe sobre incentivo fiscal para pessoas jurídicas que empreguem cidadãos rastafaris.
- *Autoriza o Poder Executivo a criar o financiamento subsidiado para a aquisição de material de construção por pessoas de baixa renda, destinado a projeto, à edificação, reforma ou ampliação de moradias populares e dá outras providências.
- Dispõe sobre a bolsa de assistência ao idoso e dá outras providências.
- Disciplina o porte de armamento pela Polícia Militar, em manifestações e atos públicos de cidadãos.

- Institui o Programa de Prevenção, Diagnóstico, Assistência Médica Integral e Orientação Educacional às pessoas portadoras de Doenças Falciformes e outras Hemoglobinopatias no Estado da Bahia.

Indicações:

- Ao chefe do Poder Executivo a instituição da Semana da Consciência Negra na Rede Pública Estadual de ensino no mês de novembro.
- Ao chefe do Poder Executivo o envio de Mensagem à Assembléia Legislativa contendo Projeto de Lei dispondo sobre a criação do Conselho Metropolitano de Limpeza Urbana da Região Metropolitana de Salvador.

Moções:

- Moção de Aplausos à Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo - Irmandade dos Homens Pretos, pela realização do Tríduo Preparatório em Louvor a Santo Antônio de Categeró.
- Moção de Aplauso ao Professor Edvaldo Boaventura, Editor Geral do Jornal "A Tarde".
- Moção de Aplausos pela passagem do Dia do Reggae, comemorado no dia 11/05/01.
- Moção de Aplauso ao atleta Edvaldo Valério, nadador do Baneb Club e do Clube de Regatas Vasco da Gama pela suas conquistas no Troféu José Finkel.
- Moção de apoio e solidariedade a estudante de Letras Vernáculas da UFBA. Ozana Oliveira Sacramento, que foi discriminada racialmente.
- Moção de aplausos pela passagem dos 28 anos de existência da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Ayê, fundado em 1º de novembro de 1973.
- Moção de Aplausos pela passagem do 316º aniversário da Irmandade dos Homens Pretos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora às Portas do Carmo.
- Moção de Aplauso pela passagem do Dia Nacional da Consciência Negra comemorado em 20 de novembro.

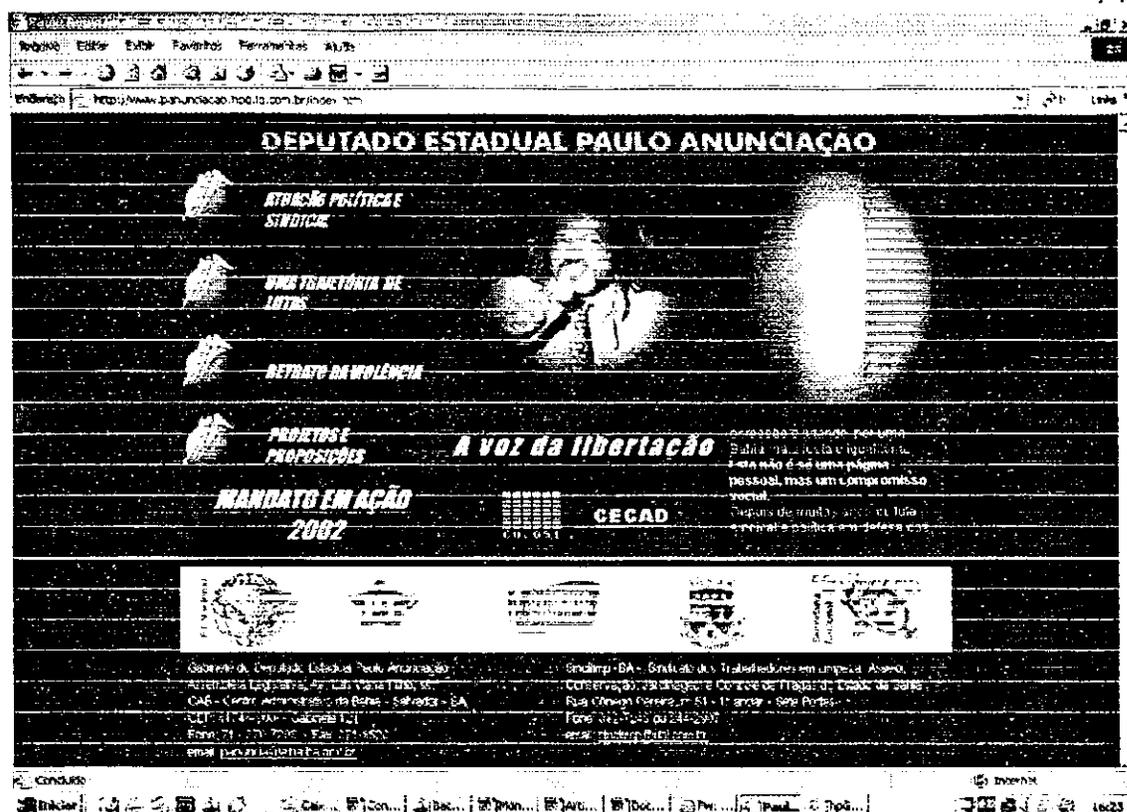
Emendas ao Orçamento:

- Apresentamos um total de 114 EMENDAS ao Orçamento Estadual de 2002, a maioria delas voltadas para a comunidade afrodescendente e população carente do nosso Estado.

Requerimentos:

- Requer a realização de uma Sessão Especial, no dia 21 de março de 2002, para comemorar a criação de um ano da CECAD.
- Requer a realização de Sessão Especial em comemoração ao Dia Internacional para a eliminação da Discriminação Racial, durante o mês de março.
- Requer ao Sr. Presidente desta Casa, que a sessão ordinária do dia 20 de novembro de 2000, seja transformada em sessão comemorativa ao Dia da Consciência Negra.
- Requeremos e foi aprovado a constituição de uma Comissão Especial para Assuntos da Comunidade Afro-descendente no âmbito desta Assembléia, com duração até o final da 14ª legislatura.

É bastante visível a preocupação do dirigente sindical em dar um tom negro e anti-racista ao seu mandato, sem perder o caráter sindical da sua atuação parlamentar. O próprio layout da Homepage do mandato³ reforça este caráter.



Verifica-se na figura acima a forte presença das cores que representam o panafricanismo, em especial o preto. Onde se vê um círculo com as cores verde, amarelo e vermelho, e na verdade um GIF (arquivo de figura animado) onde se alternam as três cores já citadas, e a imagem de um garoto negro, com cabelos rastafari ainda em crescimento, com braços cruzados como que transmitindo uma mensagem subliminar de força e orgulho. Esta figura é muito usada em Salvador como forma de representar esta identidade étnica que deve ser cultivada ainda garoto pelos negros.

³ <http://www.panunciacao.lpg.com.br>



Podemos também apontar nas lutas cotidianas do Sindlimp uma série de elementos e práticas que fazem referência aos valores culturais dos negros. O movimento dos demitidos da prefeitura foi marcado por uma série de criativas atividades das quais se destacam o abraço a Igreja do Senhor do Bomfim, que também é conhecido com Oxalá no sincretismo religioso, muito comum na Bahia, e a visita ao terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá para pedir proteção a Mãe Stella, uma das ialorixás mais respeitadas da Bahia.

Demitidos foram a terreiro pedir proteção a Mãe Stella (02/04/97)

Os servidores demitidos pela Prefeitura de Salvador realizaram, ontem à tarde, uma passeata da Praça Municipal até o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em São Gonçalo do Retiro, para pedir a proteção dos orixás e solicitar o apoio de Mãe Stella, ialorixá do terreiro, para a luta da categoria. A passeata, programada para sair do local às 14 horas, só se efetivou por volta das 16 horas. Os demitidos, que estão brigando pelo recebimento do FGTS e seguro-desemprego, realizaram um percurso de nove quilômetros em aproximadamente duas horas.

Mãe Stella recebeu os servidores demitidos na Casa de Xangô, orixá da Justiça. Ela afirmou que se sentia angustiada com a situação dos trabalhadores, mas observou que a situação econômica do País não era das melhores. “Peço a Xangô que toque na cabeça e no coração do prefeito para que uma solução seja encontrada para o problema. Acho, sinceramente, que ele também está sofrendo com esta situação”. Acentuou, ainda, que era doloroso ver pais e mães de família passando fome e evocou os orixás para dar paz a todos. Mãe Stella também pediu aos trabalhadores muita paciência.

O clima entre os servidores ainda é de muito revolta. Alguns demonstravam seu descontentamento contra os profissionais da imprensa, esquecendo que estes também são trabalhadores. A coordenação do movimento destacou que os demitidos também estavam no terreiro fazendo um reconhecimento público da importância de Mãe Stella, enquanto líder espiritual, frisando a resistência do candomblé aos que quiseram destruir os valores do povo negro.



Ainda no movimento dos Demitidos da Prefeitura a repressão sofrida pelos trabalhadores na manifestação do dia 08 de junho de 1997 em plena Praça Castro Alves, com a agressão, de forte teor racista, sofrida pelo dirigente Paulo Anuniação, reforça ao nosso ver a presença de um componente de luta que também é étnica, já que reivindica a inserção, e melhores condições de trabalho, para uma parcela da mão-de-obra que é essencialmente negra, como é o caso dos trabalhadores em limpeza. E a atitude da polícia de cortar a faca os cabelos rastafari do dirigente sindical demonstra que estava em jogo naquela disputa o interesse da polícia de atacar a mora e estima de um movimento que em nenhum momento evitava demonstrar a “condição de cor” daqueles que foram demitidos.



Este episódio acabou por fortalecer a figura de Paulo Anunciação como uma grande liderança negra, do tipo que sofre ainda hoje a mesma violência que os negros escravos sofreram. Mesmo considerando as poucas vitórias do Movimento dos Demitidos da Prefeitura, já que a reintegração dos demitidos não ocorreu e até o pagamento das indenizações ainda estão emperradas, podemos afirmar que aquele movimento contribuiu significativamente para mostrar a cara negra dos trabalhadores em limpeza para a comunidade política organizada, e também tem contribuído, embora em passo lentos, para mostrar aos próprios trabalhadores em limpeza esta sua cara “de cor”.



CONCLUINDO...

É inegável que o Sindlimp/Ba manteve, entre os trabalhadores de limpeza, um alto grau de representatividade e de mobilização, mesmo no governo de Antônio Imbassahy, onde o Sindicato sofreu várias derrotas.

A luta pelo pagamento das indenizações aos 4.741 demitidos da prefeitura no início do primeiro governo de Imbassahy é uma prova da capacidade de mobilização do sindicato, já que mesmo após seis anos o Sindlimp/Ba ainda continua sendo a principal referência de luta para estes trabalhadores.

Sem dúvida o fortalecimento do Sindlimp/Ba, mesmo diante de todas as adversidades mostradas, é resultado de uma ação mais combativa do mesmo diante dos problemas enfrentados pela categoria. A aposta na mobilização constante, a democratização da entidade e o senso de oportunidade foram decisivos para a legitimação do Sindlimp/Ba.

Outros elementos contribuíram decisivamente para o crescimento do sindicato, em especial a importância política da administração do problema do acúmulo de lixo em grandes metrópoles como Salvador. Foi também decisivo a predisposição ao diálogo da então prefeita Lídice da Mata durante a sua gestão (1993 – 1996) que permitiu ao Sindlimp acumular uma série de vitórias significativas no período.

Mas não podemos desmerecer a capacidade mobilizadora de elementos identitários étnicos, e não podemos deixar de reconhecer que o uso destes elementos pelo sindicato deu uma contribuição importante para a manutenção de seu poder mobilizador e da sua postura radical e combativa. Porém vale ressaltar que nenhum destes elementos, de maneira isolada, garantiriam toda esta história de luta. Portanto preferimos concluir que a convergência pluricausal de uma série de fatores, entre eles o a articulação de elementos étnicos na mobilização sindical, possibilitaram as vitórias políticas do sindicato, vitórias essas existentes mesmo quando houve derrotas no plano mais imediato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *O que é sindicalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984. 95 p.
- ANTUNES, R. *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista (as greves de 1978/1981)*. São Paulo, Ensaio; Campinas, Editora da Unicamp, 1988.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez, São Paulo: 1997. 155 p.
- ANTUNES, R. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: (um estudo sobre a consciência de classe : da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora)*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. 187p.
- ANTUNES, R. *O Que São Comissões de Fábrica*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981. 118 p.
- ANTUNES, R. "Trabalho, Reestruturação Produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro". In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ANTUNES, R. *O Novo Sindicalismo*, São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.
- ARAÚJO, A. *A construção do Consentimento*. Corporativismo e trabalhadores nos anos 30. São Paulo: Edições Sociais, 1998.
- ARONSON, D. R. Ethnicity as a cultural system: na introductory essay. In: HENRY, F. (org.). *Ethnicity in the Americas*. Paris: Mouton, 1976. p. 9-19.
- AZEVEDO, T. *Democracia Racial*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BANTON, M. *A Idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARTH, F. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi. 1955.
- BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa : O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOBBIO, N. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Graal. 1982.
- BOITO JR, A. ... [et al.]. *Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p.
- BOITO JR, A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1991. 312 p.
- BOURDIEU, P. Espaço Social e Gênese das Classes. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, P. Condições de Classe e Posição de Classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. pp. 3-25.

- BRUNO, L. B. *O que é Autonomia Operária*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986. 91 p.
- CANDIDO FILHO, J. *O Movimento Operário: O Sindicato, o Partido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. 203 p.
- CASTRO, M. Raça, Gênero e Sindicato em Tempos de Globalização In: *Cadernos do CEAS*. N 166, dezembro, 1996.
- CASTRO, M. M. M. Raça e Comportamento Político. In: *Dados*. 36 (3). 1993.
- CASTRO, N. A. (Org.). *Relações de trabalho e práticas sindicais na Bahia*. Salvador: UFBA, 1995. 229 p.
- CASTRO, N. A. & GUIMARAES, A. S. A. Movimento Sindical e formação de classe – elementos para uma discussão teórico-metodológica. In: D. Siqueira, G. Potengy e P. Cappellin (orgs.) *Relações de trabalho e relações de poder*. Brasília: UnB, 1996. pp. 47-72.
- CHIARELLI, C. A. G. *Teoria e prática do sindicalismo brasileiro*. São Paulo: LTr, 1974.
- COHEN, A. (org.) *Urban ethnicity*. London: Tavistock, 1974.
- COHEN, A. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. ix-x.
- COMERFORD, J. C. *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção das organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- COSTA, S. A. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção 1960/64*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986. 192p.
- COUTINHO, C. N. *GRAMSCI*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: *Gramsci e a América Latina*. Org. COUTINHO, C. N. , NOGUEIRA, M. A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 103-127
- CRUZ, A. *A Janela Estilhaçada. A crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DA MATTA, R. Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo a Brasileira. In: *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DIAS, E. *Historia das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. 330 p.
- DRUCK, G. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. In: *Caderno CRH*. N.º 24/25, Salvador, CRH, EDUFBA, 1997, p. 21-40.
- DRUCK, G. Flexibilização, Terceirização e Precarização: a experiência dos sindicatos. In: Franco, Tânia (org.). *Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?* Salvador, EDUFBA, 1997, p. 117-155.
- ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. 240 p.

- FERNANDES, F. *A Integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1964.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FILGUEIRAS, L. A. M. A Desestruturação do Mundo do Trabalho e o “mal-estar” desse fim de século. IN: *Cadernos do CEAS*, N.º 171, SET-OUT/1997, P. 9-29.
- FOOT, F. & LEONARDI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- FREITAS JR, A. R. *Sindicato. Domesticação e Ruptura*. São Paulo: OAB-Depto. Editorial, 1989.
- FUCHTNER, H. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 259 p.
- GIANNOTTI, V. *O que é Estrutura Sindical*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1988. 74 p.
- GOFFMAN, E. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado. Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GRAMSCI, A. *Conselhos de Fabrica, Sindicatos e Partidos*. Cara a Cara (revista do Centro de Estudos Everardo Dias). Campinas, v.1, n. 2, p. 161-177, jul./dez. 1978.
- GUIMARÃES, A. S. ... [et al.] *Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*. Salvador: Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Sindical / CEPAS, 1994. 428p.
- GUIMARAES, A. S. A. ... [et al.] *Classes, trabalho e diferenciação social: a Bahia nos anos 80*. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA: Fator, 1990. 109 p.
- GUIMARAES, A. S. A. *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia do anos oitenta*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- GUIMARAES, A. S. A. & CASTRO, N. A. *Espaços regionais de construção da identidade: A classe trabalhadora no Brasil pós-77. Ciências Sociais Hoje: 1988*. São Paulo: ANPOCS, 1989.
- GUIMARAES, A. S. A., AGIER, M. & CASTRO, N. A. *Imagens e Identidades do Trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- IANNI, O. *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- IBRAHIM, J. (Apres.). *Perspectivas do novo sindicalismo*. São Paulo: Loyola-CEDAC, 1980. 62 p.
- LARAIA, R. Relações entre negros e brancos no Brasil. In: *BIB – O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1979. pp. 11-21.
- LENIN, V. I. *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961. 351 p.
- LENIN, V. I. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Global, 1981.
- LOPES, J. S. L. (Coord.) *Cultura e Identidade Operária*. São Paulo/Rio de Janeiro: Marco Zero/Ed. Da UFRJ, 1987.
- MANFREDI, S. M. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 325 p.
- MARTINS, H. H. T. de S. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1989. 190 p.
- MARX, K. y ENGELS, F. *El Sindicalismo: teoria, organización, actividad*. V. 1. Barcelona, Laia, 1976.
- NETO, A. M. de C. CARVALHO, R. A. A. de (Org.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: PUC, Instituto de Relações do Trabalho, 1998. 399 p.
- NOGUEIRA, O. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. In: *Tanto Preto quanto Branco*. São Paulo: Queiroz, 1985.
- OFFE, C. *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OFFE, C. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- OLIVEIRA, F. *A Usina dos sonhos*. Salvador: EGBA, 1996.
- OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PEDREIRA FILHO, V. S. *Comissões de Fábrica: um claro enigma*. São Paulo: [s.n.], 1994. 283p.
- PIERSON, D. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RODRIGUES, I. J. (org.) *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUC, UNITRABALHO, 1999.
- RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979. 223p.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990. 151p.
- RODRIGUES, L. M. *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968. 360 p.
- RODRIGUES, R. N. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

- SANSONE, L. Os Objetos da Identidade Negra: Consumo, Mercantilização, Globalização e a Criação de Culturas Negras no Brasil. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social* 6(1). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- SANSONE, L. Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões). *Estudos Afro-asiáticos* 23. Rio de Janeiro, s. e. 1992.
- SEYFERTH, G. A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos. In: *Anuário Antropológico* 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- SEYFERTH, G. Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1983
- SFERRA, G. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987. 93p.
- SKIDMORE, T. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SILVA, R. A. da... [et al.]. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984. 130 p.
- SINGER, P. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo: Atual, 1987.
- STACCONE, G. *GRAMSCI. 100 anos Revolução e Política*. Petrópolis: Vozes, 1991. 115 p.
- TEIXEIRA, N. G. (org.). *O Futuro do Sindicalismo no Brasil: o dialogo social*. São Paulo: Pioneira, 1990. 205 p.
- TELES, J. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. 289p.
- THOMPSON, E P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma critica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E P. *A formação da classe operaria inglesa: A arvore da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.
- VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 288 p.
- VIANNA, L. W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *Boletim Bibliográfico BIB*. Rio de Janeiro: ANPOCS, nº 3, 1978.
- VIANNA, S. *O sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1953. 224 p.
- WEBER, M. Relações Comunitárias Étnicas. In: *Economia e Sociedade, Vol. 1*. Brasília: Editora da UnB, 1991.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(aplicado na entrevista com Paulo Anunciação, ex-coordenador do Sindlimp/BA)

1. Há quanto tempo você está trabalhando no setor?
2. Quanto tempo você tem de atuação sindical? E como diretor?
3. Na sua opinião quais foram as maiores conquistas do sindicato desde a sua fundação?
4. Fale das principais pautas de reivindicações do Sindicato durante as mobilizações que ocorreram no último biênio do governo Lidice da Mata?
5. Tente comparar como eram as condições salariais e de trabalho antes desta greve e quais foram as vantagens incorporadas após a greve.
6. Você acha que a categoria a qual o sindicato representa é muito discriminada no dia a dia?
7. Na sua opinião como podemos acabar com o racismo no Brasil?
8. Para você o racismo é consequência do capitalismo? Com o fim do capitalismo acabaria também o racismo ?
9. Você acha que a posição clara do sindicato contra o racismo contribui para uma maior mobilização dos trabalhadores?
10. Na sua opinião existe uma unificação das lutas sindicais de caráter econômico com a luta contra o racismo no caso específico da categoria?
11. Se você fosse apontar o que ou quem é o principal responsável pelas vitórias do sindicato durante o período que estamos analisando, o que você indicaria?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(aplicado na entrevista com a ex-prefeita Lidice da Mata)

1. Qual foi o seu grau de envolvimento com o Sindlimp/BA e a Limpurb durante os dois últimos anos (95 e 96) do seu governo?

2. Tente descrever os principais acontecimentos e características políticas do período que antecede estas mobilizações do Sindlimp/Ba.
3. Qual a situação da Limpurb no período e qual seria o papel da tentativa de cobrança de uma Taxa de Lixo?
4. Quais foram os principais atores políticos envolvidos diretamente nas negociações?
5. Na sua opinião o que pesou mais nos resultados obtidos neste período: a postura combativa do sindicato ou a predisposição à negociação da Prefeita Lídice da Mata? Porque?
6. Você acha que a unificação do discurso sindical com o discurso anti-racista utilizado pelo Sindicato contribuiu para o fortalecimento do mesmo durante a Greve?